OS PRÓXIMOS **10 ANOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL:** TENDÊNCIAS

PATRIMONIO.PT
para todos nós

OS PRÓXIMOS **10 ANOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL:** TENDÊNCIAS

PATRIMONIO.PT
para todos nós

FICHA TÉCNICA__

Coordenação editorial__ **Catarina Valença Gonçalves**

Apoio à coordenação__ **Gonçalo Magano**

Design e paginação__ **Angelina Caixeiro**

Edição__ **patrimonio.pt**

Propriedade__ **Spira – revitalização patrimonial**

Impressão__ **Nprint – Artes Gráficas**

Depósito legal__ **512998/23**

ISBN__ **978-989-98859-2-9**

Autores__ **António Lamas**, **Augusto Mateus**,
Catarina Valença Gonçalves, **Guta Moura Guedes**,
Joana Sousa Monteiro, **José Luís Neto**,
Lino Tavares Dias, **Luís Pereira**, **Paulo Pires do Vale**,
Rosário Correia Machado, **Sónia Talhé Azambuja**

PATRIMONIO.PT
para todos nós

Um projecto__ Spira revitalização patrimonial

Mecenas exclusivo__ FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP

Apoio ao lançamento__ EGEAC LISBOA · MUSEU DE LISBOA PALÁCIO PIMENTA · CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL · MUSEU DA HORTA

Na senda da sua longa e sólida experiência no sector do Património Cultural, a Fundação Millennium bcp apoiou, em 2020, a realização do *Estudo Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, um trabalho de fundo determinante para o desenho de políticas concretas e de longo prazo, atendendo ao evidente potencial económico e social dos bens culturais espalhados pelo país.

Fê-lo no exercício da sua responsabilidade social institucional, configurada numa acção participativa no desenvolvimento da Sociedade e de partilha de valores com a Comunidade. De facto, a Cultura é o eixo prioritário da acção da Fundação, assumindo uma forte intervenção em projectos de preservação e recuperação de património classificado, bem como na dinamização de um elevado número de actividades relacionadas com a divulgação de património artístico e arquitectónico.

Continuar a contribuir para a preservação, valorização, mas, também desenvolvimento, inovação e transformação da forma como gerimos estes bens colectivos, através da Monografia *Os Próximos 10 Anos do Património Cultural em Portugal: Tendências* que agora aqui se edita, é assim um corolário evidente de todo o trabalho que a Fundação tem vindo a desenvolver neste fundamental campo de actuação, indo ao encontro da sua missão, capitalizando o conhecimento adquirido na sua consistente acção no sector e contribuindo para a sustentabilidade deste património insubstituível.

Os últimos 10 anos foram marcados por avanços consideráveis no campo do Património Cultural no nosso país: as novas dinâmicas turísticas evidenciaram o valor económico deste recurso e a pandemia, ironicamente, aproximou os portugueses destas infraestruturas plenas de história e significado. Mas, para que o cumprimento de todo o potencial, económico e social do nosso património se concretize plenamente, é necessário pensar de forma estratégica, agrupando os conhecimentos de diferentes áreas de saber e definindo uma linha orientadora de actuação a longo prazo.

A presente Monografia, com as reflexões dos seus reputados autores, aproxima-nos desse objectivo. A Fundação felicita a Spira por mais este contributo para a política do sector e regozija-se de ver o trabalho de fundo, editado em 2020 com o apoio exclusivo da Fundação, ganhar nova forma, apresentando valiosos contributos para um cada vez mais harmonioso e consequente desenvolvimento deste legado patrimonial excepcional, herdado dos nossos antepassados.

Embaixador António Monteiro
Presidente da Fundação Millennium bcp

FUNDAÇÃO
MILLENNIUM
BCP

Nota: manteve-se a grafia original dos autores dos textos, exceptuando no Índice. Em tudo o mais, o texto foi escrito respeitando a ortografia pré-Acordo Ortográfico.

ÍNDICE___

Apresentação___
PARA TODOS NÓS
Catarina Valença Gonçalves
7

Economia do património___
O PATRIMÓNIO COMO ACTIVO ESTRATÉGICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO FUTURO
Augusto Mateus
13

Gestão patrimonial___
GESTÃO DO PATRIMÓNIO PÚBLICO. REFLEXÕES
António Lamas
29

Educação patrimonial___
A PEDRA DE EXU. A CULTURA COMO AVENTURA
Paulo Pires do Vale
39

Formação nas áreas do património___
FORMAÇÃO EM PATRIMÓNIO CULTURAL
Lino Tavares Dias
45

Museus___
A CAMINHO DE MUSEUS MAIS COLABORATIVOS
Joana Sousa Monteiro
65

Património paisagístico___
ACÇÕES PRIORITÁRIAS NA GESTÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO NA PRÓXIMA DÉCADA (2023-2033)
Sónia Talhé Azambuja
83

Património arqueológico___
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO EM PORTUGAL. REFLEXÕES PARA O ANO DE 2033
José Luís Neto
93

Conservação e restauro___
OS PRÓXIMOS 10 ANOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS
Luís Pereira
107

Projectos de desenvolvimento local de base patrimonial___
TERRITÓRIOS PATRIMONIAIS
Rosário Correia Machado
119

Design e arquitectura___
NOTAS SOBRE O DE AGORA EM DIANTE
Guta Moura Guedes
129

Considerações finais___
EVENTUAIS TENDÊNCIAS A 10 ANOS NO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL
Catarina Valença Gonçalves
135

Os autores
153

Referências bibliográficas
158

OS PRÓXIMOS
10 ANOS
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL
EM PORTUGAL:
TENDÊNCIAS

Para todos nós

Catarina
Valença Gonçalves

Pode um país com as características de Portugal – tanto do ponto de vista geográfico, como social, como económico – permitir-se não considerar de forma estratégica um recurso endógeno como o Património Cultural?

Pode este país gerir este recurso de forma eminentemente re-activa, sem pensamento prospectivo, e sem ser a uma escala temporal proporcional à perenidade do recurso em si mesmo?

Pode, ao ano de 2023, Portugal continuar a não deter uma Estratégia Nacional de Património Cultural, agregadora de todas as suas valências e actores?

Para tudo existem causas, para tudo existem soluções.

Cientes das primeiras, mas eminentemente focados, como sempre, nas segundas, a Spira avançou para esta nova tentativa de contribuir para um raciocínio que urge levar a cabo de forma sistematizada no nosso país: como podemos retirar todos os dividendos deste bem cultural colectivo, deste capital na forma de infra-estrutura ancestral herdada, com valor social e económico em potência e tão harmoniosamente espalhado pelo território nacional?

Depois do Estudo *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social* publicado em 2020, a Spira volta a promover a reflexão crítica e estratégica sobre o sector, agora a pretexto da celebração dos 10 anos da plataforma de comunicação de referência no Património Cultural – a patrimonio.pt.

Desta vez, optámos por convidar 10 especialistas a partilharem a sua visão a uma década relativamente a este activo estruturante do nosso país. Em todos os textos dos nossos au-

tores perpassa a profunda crença no potencial estratégico deste recurso. As tendências e visões partilhadas são, assim, múltiplas, relevantes e passíveis de serem postas em prática se se atender ao princípio colectivo e colaborativo de trabalho a desenvolver para se conseguir atingir esses propósitos vários:

O contributo do valioso activo estratégico que é efectivamente o Património Cultural numa nova economia de serviços marcada pela inteligência e pela inovação, pelo conhecimento e pelas competências, pelo maior valor aportado tanto no quadro económico, como no quadro de uma cidadania mais democrática, conforme antecipa Augusto Mateus.

A mais-valia de juntar a dimensão natural e cultural no quadro das políticas públicas de gestão patrimonial, num modelo com escala, orientado pelos princípios da boa gestão, focando-se na garantia da entrega de valor ao cliente / visitante / consumidor / usufrutuário / depositário pelo serviço prestado e adquirido; mas, também, o colocar em prática de modelos de gestão integrada, antecipando a figura de um *trust* – inspirado no longo caminho já levado a cabo pelos britânicos e pelos seus sucedâneos europeus; ou, por fim, a evidente importância dos "Métiers d'Arts" na garantia da sustentabilidade do sector e da urgência em intervir neste campo de forma consistente no nosso país, como preconiza António Lamas, sustentado, neste último ponto, por vários outros autores, em especial por Sónia Talhé Azambuja.

A fundamental questionação conceptual daquilo que tem sido o nosso modelo de ensino / aprendizagem, da imperiosidade da integração da reflexão e da experiência artísticas nos processos, como augura poeticamente Paulo Pires do Vale: um Património Cultural a surgir como palco de futuros possíveis, como verbo de acção, como espaço de criação de cidadania, práticas democráticas e estímulo a, mais do que a novos fruidores do património, antes a novos produtores culturais, criando saudáveis regimes de apropriação.

A evidente internacionalização teórica e conceptual da nossa museologia, sistematizada por Joana Sousa Monteiro, através do reforço do caminho de participação activa nos fóruns internacionais estratégicos, trazendo para Portugal novas visões do ser museu – infra-estruturas comunitárias em potência promotoras do desenvolvimento sustentável, inclusive à escala do forte conceito de vizinhança, numa nova escala humana, num novo museu que se quer (antes de tudo?) empático.

Ou, na óptica de Lino Tavares Dias, a defesa da integração de todos no processo de definição de políticas públicas neste sector, criando delegação de competências de proximidade à maneira das IPSS; mas, também, fomentando a necessária transversalidade das áreas científica e técnica nos ensinos do Património Cultural, ensinos esses forçosamente ao longo da vida e reunidos numa desejável Academia do

Património, ajudando a colmatar a falta de recursos humanos com vontade e capacidade de actuar nos territórios onde efectivamente está o Património Cultural – novamente, ponto secundado por vários autores.

Os desafios complexos que se colocam no campo da Conservação & Restauro integrada, nomeadamente, no envelhecimento dos quadros especializados no sector público com a dupla perda quer de transmissão de conhecimento, quer de capacidade de intervenção efectiva; as exigências da veloz reabilitação urbana; a importância de construir, conjuntamente com o Estado, edifícios legislativos eficazes – desafios postulados por Luís Pereira.

A imperiosidade de re-organização do campo da arqueologia, com a elevação de um museu a entidade operativa verdadeiramente nacional, contemplando as valências em terra e em mar, deliciosamente descritas por José Luís Neto.

A incontornabilidade da qualidade dos modelos de governação e de capacitação, acompanhados da formação contínua dos recursos humanos nos diplomaticamente complexos projectos de desenvolvimento local de base patrimonial, conforme a longa experiência no terreno de Rosário Correia Machado permite concluir.

E, por fim, no olhar de Guta Moura Guedes, a criação de novo património aportado não somente pelo design e pela arquitectura mas, sobretudo, por serem estas as áreas que mais comummente oferecem visões de fora, fundamentais aos processos criativos e inovativos identificados na nova economia de Augusto Mateus.

Os próximos 10 anos são também os anos do Plano de Recuperação e Resiliência e do novo Quadro Comunitário de Apoio: a abundância de meios e o curto período temporal para o aplicar, desprovido de estratégia macro e de planos aplicados – não fôra este o país liliputiano, maravilhosamente classificado por José Luís Neto –, com poucos recursos humanos qualificados eleva o desafio da próxima década a níveis dificilmente antes conhecidos no sector. As perguntas colocadas no arranque deste texto ganham reforçada importância.

Mas sublinhamos como todos os autores são conhecedores, passivamente e na primeira pessoa, de oportunidades falhadas no campo do Património Cultural: todos experienciaram as imensas dificuldades de operar de forma inovadora neste sector, marcado por uma inconstante e castradora política que, até hoje, não conseguiu acompanhar o potencial contributo para um desenvolvimento harmonioso do país guardado neste Bem Colectivo. E, contudo, apesar de todas as circunstâncias adversas e do lamento relativamente “a tudo o que já poderia ter sido”, todos estes autores, hoje aqui, promovem, ressaltam, enaltecem e partilham o seu profundo entusiasmo para com este recurso endógeno do nosso país.

É, pois, com uma mensagem de esperança, crença, capacidade e vontade de contribuir para essa utopia que, pelo menos a 10 anos, alimentamos esse propósito com este contagiante entusiasmo do valor deste recurso, do progresso que dele pode provir, e da importância de contarmos com todas estas experiências profissionais múltiplas – em áreas de actuação, em idade, em formação, em natureza institucional e, eventualmente, em orientações políticas: a solução é forçosamente sistémica e colaborativa.

É certo que outros temas, como as Artes & Ofícios ou matérias complementares do Património Cultural como a Comunicação, a Tecnologia ou a fundamental relação com a Arte Contemporânea, mereceriam igualmente destaque numa monografia prospectiva como esta: não esperaremos outros 10 anos para empreendermos essa reflexão.

Até lá, a Spira manifesta a sua profunda gratidão, em primeiro lugar, a todos os autores: foi a sua abertura, interesse e generosidade que permitiu consubstanciar esta Monografia. Agradece, igualmente, ao Gonçalo Magano – a mão invisível e extremamente eficiente, como sempre, por detrás desta publicação, assim como enaltece o profissionalismo da designer Angelina Caixeiro com quem é um gosto trabalhar. Cumprimenta, reconhecida, o Museu de Lisboa e a Católica Porto Business School pelo apoio no lançamento desta Monografia, em Lisboa e no Porto, respectivamente, assim como a Nuno Artur Silva e ao Professor José Manuel Félix Ribeiro que aceitaram fazer a apresentação da obra, em cada um dos locais.

Por fim, a Spira agradece à Fundação Millennium bcp por se associar a esta nova publicação e por partilhar da convicção da importância de promovermos reflexão política estratégica no campo do Património Cultural: orgulha-nos a relação de mais de 10 anos estabelecida entre a Spira e a Fundação; orgulha-nos, igualmente, que duas entidades privadas possam também ser as promotoras de um trabalho que, julgamos, se tem revelado consistente em torno deste Bem Colectivo, procurando contribuir para que o Património Cultural seja, efectivamente e cada vez mais, para todos e cada um de nós. E, adicionalmente, nos próximos 10 anos, com todos e com cada um de nós.

O património como ativo estratégico no desenvolvimento económico do futuro

Augusto
Mateus

Refletir sobre a relação entre a Economia e o Património, no quadro de prospetiva "controlada" que nos foi proposto (os próximos 10 anos), obriga a situar o presente como um tempo de profunda incerteza e mudança, a aprofundar a relevância das interações entre a cultura e a economia nas novas configurações da produção, do consumo e da cidadania, ao nível da economia e da sociedade, e a questionar os limites do crescimento económico em Portugal, precisamente a partir das debilidades do desenvolvimento do Património Cultural enquanto ativo económico estratégico.

Uma transformação societária em curso dominada pela incerteza

Os anos mais recentes, depois de cerca de uma década onde se manifestou e foi parcialmente controlada uma crise financeira internacional de significativas proporções que atingiu, particularmente, o sul da Europa, onde os ajustamentos económicos e sociais foram mais exigentes devido à expressão das dificuldades associadas a uma dívida soberana especialmente elevada, têm sido marcados pelo encadeamento de múltiplas perturbações e crises.

Os processos de crise e mudança que geraram um aumento muito significativo da instabilidade e da incerteza, devem merecer, assim, a maior preocupação e atenção, do ponto de vista da antecipação da evolução económica e social e da construção das respostas necessárias.

As consequências da pandemia

A superação da pandemia da covid-19 e da crise económica e social por ela despoletada, cujos efeitos destrutivos e verdadeiras proporções ainda não são completamente conhecidos, não se fará por um simples "regresso ao passado", por uma simples normalização da dimensão sanitária e por uma simples retoma da atividade económica, uma vez que as alterações despoletadas pelas restrições comunitárias de mobilidade, abriram as portas a mutações muito profundas nomeadamente nos tempos e nas formas de trabalhar, de consumir e de viajar que desafiam os modelos convencionais de organização dos mundos urbano e rural.

As economias saídas da pandemia comportam, dentro de si, e no seu relacionamento global, disparidades e assimetrias pouco comuns, nas situações, características, comportamentos e dinâmicas dos agentes económicos e sociais, que questionam muito diretamente quer a possibilidade de utilizar referenciais centrais ("médios") na análise, quer a utilidade de pressupor a afirmação de tendências espontâneas de convergência e coesão nos processos de crescimento económico.

A diversidade económica expandiu-se, assim, brutalmente. As economias, no futuro próximo, comportarão níveis de assimetria e disparidade bem mais elevados que não podem ser confundidos, no entanto, com meros problemas de repartição do rendimento.

O regresso da inflação

O ciclo relativamente longo que nos trouxe do final do século XX à segunda década do século XXI, vivido quase sem inflação e até com alguns momentos de deflação, fechou-se repentinamente, a partir do primeiro trimestre de 2021.

Na política macroeconómica das economias mais desenvolvidas, muito em especial na área do euro, onde se tinha tornado possível aumentar o endividamento público reduzindo, ao mesmo tempo, o peso dos encargos do seu serviço com juros, essa inércia manifestou-se, sobretudo, por uma excessiva criação monetária alimentada pela nova hierarquia entre política monetária e política orçamental implícita nos programas de compra de ativos pelo banco central.

Ao nível das famílias e consumidores, isto é, também, ao nível dos eleitores, onde a longa prevalência de custos imediatos inexpressivos no seu próprio endividamento tinha operado um forte enviesamento na preferência pelo curto prazo, essa inércia manifestou-se, sobretudo, por níveis demasiado elevados de consumo e investimento (habitação) e demasiados baixos de poupança nas trajetórias adotadas na recuperação pós-pandémica.

O regresso da inflação coloca questões tanto mais complexas quanto se fez com pressões em todas as suas possíveis causas – inflação pela procura, alimentada pelos fortes efeitos dos confinamentos na acumulação de uma importante liquidez pelas famílias sob a forma de um misto entre poupança não consumada e consumo em suspenso; inflação pelos custos, alimentada pelas fortes alterações sofridas pelos mercados internacionais das principais matérias-primas (nomeadamente fontes energéticas, alimentos não processados e minérios e materiais básicos) potenciando a volatilidade de preços aumentados pelo reforço substancial das rendas públicas nos respetivos mercados internacionais.

O equilíbrio dinâmico entre as variáveis reais e as variáveis monetárias, bem mais vasto do que o inevitável ajustamento entre níveis de inflação em alta e níveis de crescimento em baixa, marcará a conjuntura económica no próximo futuro.

A crise político-militar mundial

A invasão da Ucrânia pelas tropas da Federação Russa não configura nem um ato isolado, nem um conflito meramente local. Configura, antes, a instalação de uma grande conflitualidade geopolítica de natureza global que reflete, também, a inadequação das grandes instituições internacionais, construídas depois da II Guerra Mundial e reformuladas depois do fim da "Guerra Fria", perante as transformações políticas, económicas e sociais geradas por uma globalização sem precedentes das economias, quer no seu conteúdo, quer no seu ritmo.

A nova conflitualidade geopolítica alimenta-se, também, das novas pressões sobre os recursos estratégicos, renováveis e não renováveis, que envolvem a própria sustentabilidade do planeta, isto é, envolve, para além das lógicas de repartição ou distribuição, uma disputa mais vasta sobre os custos da Humanidade para o próprio planeta, em função dos modelos de produção e de consumo associados à obtenção e/ou manutenção de determinados níveis de desenvolvimento económico e social.

As transformações das primeiras três décadas do século XXI possuem uma clara dimensão estrutural, uma vez que vão tornando irreversivelmente caducas tecnologias e instituições, modos de produção e distribuição, formas de socialização e afirmação individual, sem darem origem a novas formas e mecanismos suficientemente duradouros e equilibrados de organização estável das sociedades, dos Estados e das economias.

A evolução económica será muito provavelmente marcada, nas próximas décadas, por uma profunda alteração das empresas, dos mercados, dos comportamentos e das políticas públicas suscetível de mudar a face do trabalho, da vida urbana e rural, dos mecanismos de redistribuição do rendimento e dos modelos de governança económica local, regional, nacional, supranacional e mundial.

Os motores das transformações em curso na economia

A crise que temos de superar exige, para que as mudanças que se vierem a consumar representem formas indiscutíveis de progresso económico e social, a construção de uma nova centralidade para o papel do conhecimento e das competências, não só como base de uma nova organização económica, mas, também, como base de uma nova cidadania democrática.

A articulação dessa nova centralidade do conhecimento com a valorização da cultura e a promoção da criatividade será, também, decisiva para assegurar, na aceleração das transformações societárias em curso, o triunfo da inteligência sobre a mera necessidade e o primado da inovação sobre a mera reposição de rotinas não sustentáveis.

A revelação mais explícita e alargada dos limites ecológicos e sociais dos modelos de produção e consumo vigentes, bem como a produção de fortes assimetrias, entre pessoas, empresas e territórios, sob o impacto das próprias disparidades da pandemia e da crise económica e social em curso, têm vindo a conjugar-se para instalar uma marca inexorável de aceleração das mudanças e transformações no pós-pandemia.

A identificação do cerne das mudanças em curso exige, em primeiro lugar, uma referência aos seis domínios que parecem configurar os principais "motores" da referida aceleração no terreno das grandes realidades económicas. São eles:

__ *Uma economia muito mais centrada na criação de valor, logo muito menos focada nas quantidades produzidas.*

Esta economia instala-se através de processos muito mais interativos e globais (cadeias de valor) e de mecanismos de partilha da riqueza produzida muito mais complexos (envolvimento crescente de *stakeholders* (portadores de opções, direitos e interesses) diversificados, enquanto portadores de interesses e opções parcialmente convergentes e que superam os limites das empresas tomadas individualmente, para além dos *shareholders* (detentores do capital, nas suas formas mais "industriais", mais "financeiras");

__ *Uma organização do trabalho não só muito mais centrada em competências evolutivas em ciclos curtos (logo muito afastada das lógicas quer da mera "força de trabalho", quer mesmo das qualificações convencionais estabilizadas em ciclos longos).*

Esta organização do trabalho comporta um novo e expressivo passo em frente no aprofundamento e densificação da combinação entre "máquinas", "trabalho" e "informação" que, para além de fazer "explodir" as fronteiras convencionais das diversas atividades e operadores económicos, revoluciona as próprias condições de trabalho introduzindo novos patamares de diversidade e instabilidade acrescidas;

__ *Uma digitalização, alimentada pela capacidade de processamento em tempo real de quantidades gigantescas de informação em ficheiros de dados, voz e imagens, em documentos e vídeos, pelo desenvolvimento da computação cognitiva e pela generalização da utilização da inteligência artificial ou programável e das formas de autoaprendizagem das máquinas.*

Esta digitalização, que se está a tornar rapidamente global nos planos coletivo e individual, nos domínios público e privado, nas dimensões do social e do pessoal, no relacionamento com as coisas e com os outros, bem como do relacionamento das coisas entre si, abarca não só a gestão económica e a decisão política, mas também a generalidade das tarefas quotidianas de consumidores e cidadãos. A digitalização global envolve, para além de uma desmaterialização sem precedentes, uma configuração radicalmente nova da territorialização do trabalho e do consumo alimentada por interações alargadas entre o "global" e o "local" suportadas pela mobilidade mundial da informação;

__ *Um sistema energético que, pela primeira vez na história da Humanidade, terá múltiplas fontes numa geração muito mais descentralizada, embora tendendo para um predomínio progressivo das fontes renováveis.*

Este sistema energético em gestação obrigará a uma revisão global da configuração e gestão das redes de transmissão para responder a novas exigências de resiliência e comportará múltiplas formas de armazenagem, num contexto de reforço claro da eletrificação, consumando uma quase-revolução do segmento descendente final da cadeia de valor alimentada pela proliferação de redes inteligentes e pela geração descentralizada. A relevância da investigação e da inovação na busca de soluções disruptivas sob a pressão das restrições ecológicas não abrandará, tal como as disputas sobre a intensidade na utilização, e sobre a dimensão das rendas associadas, dos combustíveis fósseis;

__ *Um novo incremento na sustentabilidade, apoiado num movimento alargado de efetiva descarbonização, bem para além das fronteiras da indústria e da energia, alcançando, nomeadamente, a logística e a mobilidade e transformando significativamente não só a habitação, o consumo e o lazer, como o próprio coração das infraestruturas urbanas pela generalização de práticas de circularidade, combate ao desperdício e valorização dos resíduos.*

A aceleração da descarbonização comportará, necessariamente, quer um novo equilíbrio entre cidade e campo, entre concentração e desconcentração, quer o surgimento de novas formas de habitat e de novos modos de vida, favorecendo a reinvenção das cidades e a hibridização entre o urbano e o rural, nomeadamente;

__ *Um movimento no sentido do reequilíbrio da globalização alimentado não só pelos avanços na digitalização e na desmaterialização, mas também pela reavaliação da profundidade territorial e da densidade empresarial das cadeias de valor globais (suscetível de alterar substancialmente os conceitos de "off-shore" e de "near-shore").*

Este movimento encontra expressão nas formas de compatibilização seja entre economia real e economia financeira, seja entre riscos e oportunidades, seja entre escassez e abundância de recursos e rendimentos. A reconfiguração da globalização assumirá no futuro próximo um papel determinante na evolução da Humanidade, nomeadamente, no terreno absolutamente decisivo do balanço entre conflito e cooperação.

Valor e Património: o crescimento económico para além do tangível

A relação entre Cultura, Património e Economia é ainda pensada, nas abordagens mais convencionais, num quadro onde a própria economia é pensada num contexto há muito ultrapassado dominado pela produção quantitativa de bens, enquanto mercadorias pouco diferenciadas, com base na mobilização de quantidades físicas de fatores de produção relativamente homogéneos ("terra", "capital" e "trabalho").

As economias modernas não podem ser adequadamente compreendidas apenas como espaços de mera "produção de mercadorias por meio de mercadorias", dominados por relações prioritariamente quantitativas e materiais. As consequências da utilização desse paradigma, antigo e estreito, tendem, nomeadamente, a conduzir a uma errada avaliação do valor económico efetivamente gerado e a uma desvalorização das formas de investimento em capital cultural e patrimonial.

A afirmação da "economia do valor" sobre a "economia das quantidades"

Os processos de crescimento económico, bem como as dinâmicas económicas mais globais envolvendo quer a produção, a distribuição e o consumo, quer a criação e repartição da riqueza, comportam, cada vez mais, o desenvolvimento e utilização de fatores e ativos intangíveis que, desse modo, vão ganhando crescente relevância na explicação e compreensão dos contornos e características assumidas por aqueles processos e dinâmicas.

A afirmação da economia do valor sobre a economia das quantidades não significa, no entanto, um mero processo de substituição, onde a segunda cederia o seu lugar à primeira, mas antes, uma progressiva e complexa mistura entre fatores tangíveis e intangíveis que exige uma nova combinação entre a eficiência na mobilização dos primeiros (por referência aos respetivos custos de produção) e a eficácia na mobilização dos segundos (por referência à respetiva geração de valor através das suas qualidades diferenciadoras).

A “economia das quantidades” surgiu como uma economia centrada na produção de mercadorias relativamente homogéneas e indiferenciadas e fortemente individualizadas, seja ao nível dos bens, seja ao nível dos serviços, alimentando, desse modo, uma notória diferenciação entre a “indústria” e os “serviços” (pela cor dos “colarinhos”, pela localização das atividades nos espaços urbanos, pelo estatuto no trabalho ou pela posição social dos respetivos protagonistas), enquanto a “economia do valor” surge como uma economia centrada na produção de soluções e experiências diferenciadas e diferenciadoras (“customizadas”, isto é, flexíveis sem deixarem de ser massificadas), quer pela integração crescente entre bens e serviços que se complementam, quer pelo ativismo crescente dos consumidores na organização dos segmentos mais a jusante das cadeias de produção e distribuição, forçando a sua renomeação como “cadeias de valor”.

O indiscutível declínio da dimensão e da relevância das simples mercadorias nas “economias do valor”, onde se assiste à não menos indiscutível ascensão da relevância da cultura e da criatividade como fatores competitivos, não significa, no entanto, que elas possam ser concebidas como economias mais subjetivas ou virtuais, uma vez que, enquanto “economias reais”, comportam uma base material decisiva (continuando a satisfazer necessidades humanas e sociais evolutivas e continuando a gerar problemas dramáticos de sustentabilidade associados à utilização dos recursos naturais do planeta) e fornecem toda a informação objetiva necessária para o funcionamento concorrencial dos mercados e das transações.

O declínio da relevância das meras mercadorias encontra o seu terreno principal de afirmação no trabalho, onde a distância entre o mundo da “mão de obra” e o mundo do “capital humano” é tão grande quanto a distância entre a “força” suportada por qualificações genéricas duradouras adquiridas por formações iniciais e as “competências” específicas suportadas por níveis de educação muito mais intensos e por qualificações especializadas menos duradouras mantidas por formações ao longo da vida ativa.

Os serviços como peça central na “economia do valor”

Os serviços tornam-se, assim, uma peça central na afirmação da “economia do valor” sobre a “economia das quantidades”, seja, em primeiro lugar, através da terciarização do consumo, isto é, da ocupação de uma posição determinante na estrutura e na dinâmica dos consumos individuais, familiares e coletivos, pelo desenvolvimento dos serviços às pessoas, seja, em segundo lugar, através da servitização da produção, isto é, da multiplicação de atividades enriquecedoras da adaptabilidade e flexibilidade da produção suportadas pelo conhecimento, pela tecnologia e pela informação, nomeadamente, pelo desenvolvimento dos serviços às empresas.

A produção de bens e serviços torna-se, desta forma, muito mais complexa e híbrida originando o surgimento de múltiplas "economias de rede" onde acesso ao conhecimento e à tecnologia, a montante, e o acesso à rápida identificação da evolução das necessidades humanas e das tendências prevalecentes nas procuras, a jusante, adquirem uma relevância decisiva para redefinir, de forma muito nítida, as próprias fronteiras dos principais negócios e atividades económicas.

Os "serviços" entram na "indústria", tal como a "indústria" entra nos "serviços", enquanto a "logística" se alarga para a frente e para trás, densificando as redes de distribuição, enquanto as formas de intermediação, nomeadamente comerciais, procuram crescentemente articular a defesa das margens com a oferta de novos serviços.

A afirmação da "economia do valor" deve muito à generalização da "economia da informação" a um ritmo bastante rápido, entretanto acelerado pela "internet das coisas" que, em articulação com a "internet das pessoas", já converteu a produção, aquisição, difusão e tratamento da informação, com o suporte da computação cognitiva, da inteligência artificial e em geral do que se convencionou chamar "Big Data", numa tarefa central a todas as atividades económicas.

A economia do valor é alimentada pela desmaterialização, pela diferenciação e pelo reforço da dimensão intangível na definição e valorização dos bens e serviços, traduzindo-se, como vimos, numa redução muito importante do papel e peso das simples mercadorias. O valor cria-se e afirma-se crescentemente pelas interações propiciadas pelos fatores intangíveis e não tanto pelas características e funcionalidades isoladas incorporadas nos produtos.

Esta perspetiva inclui óticas tão distintas e relevantes como a configuração do próprio mercado de trabalho onde se afirma a já referida centralidade do capital humano suportada pela combinação de competências formais estruturadas pelos processos de educação e formação profissional com competências soft adquiridas no mundo do trabalho, o papel dos serviços na diferenciação dos bens ou novas preocupações que os agentes económicos incluem nas suas estratégias de negócio e produção (sustentabilidade, cultura, tecnologia, criatividade, conhecimento…).

A afirmação dos fatores competitivos intangíveis

As economias com maior densidade e concentração de fatores e ativos intangíveis comportam características próprias que as afastam significativamente das economias centradas nos fatores e ativos tangíveis, quer nas lógicas de investimento, quer nas formas de gestão do capital humano, quer nas escolhas estratégicas de localização física das atividades e de posicionamento concorrencial nos mercados, quer, ainda, nos modelos de financiamento e acumulação de poder económico.

Os ativos intangíveis comportam (HASKEL e WESTLAKE, 2018) quatro grandes características: a) são muito mais facilmente *escaláveis*, partilhando mesmo um certo tipo de "ubiquidade", isto é, a respetiva utilização simultânea em múltiplas localizações; b) são mais *específicos* à empresa e ao negócio onde se desenvolvem e acumulam, configurando "custos afundados" dificilmente recuperáveis exigindo estratégias empresariais mais sólidas e mais orientadas para a consolidação da competitividade num horizonte de prazo mais longo; c) são geradores de significativas *externalidades*, nomeadamente, daquelas que resultam das interações inovadoras em processos e produtos ao longo das cadeias de valor e d) são portadores de significativas *sinergias*, permitindo acelerar o desenvolvimento tecnológico e o ritmo de inovação.

As características dos ativos intangíveis tendem, de um modo geral, a produzir trajetórias de progresso económico onde se misturam elementos amplificadores das capacidades de criação de valor, elementos amplificadores do risco associado quer ao investimento intangível, quer à maior contestabilidade dos atributos diferenciadores dos fatores intangíveis, e, ainda, elementos indutores da necessidade de partilha com outros do valor gerado.

O Património Cultural em sentido amplo constitui um motor de grande relevância no desenvolvimento de ambientes de inovação onde os investimentos são mais facilmente escaláveis e produzem sinergias e externalidades positivas mais amplas.

Poucas dimensões influenciam tanto a génese da criatividade nas economias como setores culturais dinâmicos e vigorosos desenvolvendo no encontro de procuras e ofertas crescentemente qualificadas poderosos estímulos.

O investimento na cultura e na criatividade complementa o investimento na ciência, no conhecimento e na tecnologia, surgindo os serviços como um instrumento relevante da capacitação dos cidadãos, pelo enriquecimento cultural, pela promoção da criatividade, importante no desenvolvimento das chamadas *soft skills*, e, desse modo, no próprio desenvolvimento da inteligência empresarial, base fundamental da construção de novos fatores de competitividade sustentáveis.

A construção de sinergias entre a Economia, a Cultura e o Património é decisiva para a afirmação de um novo paradigma competitivo na economia portuguesa

A economia portuguesa tem enfrentado um longo período de dificuldades assinaláveis na adaptação às alterações, relativamente radicais, sofridas quer pela configuração das próprias atividades económicas de produção e consumo, quer pelas condições de concorrência nos diferentes mercados provocadas, em particular, pela aceleração da globalização, pelo alargamento da União Europeia e pelas regras da União Económica e Monetária, nomeadamente, depois da transição para o século XXI.

Três áreas críticas de ação na construção de um novo paradigma competitivo

A economia portuguesa enfrenta, por isso mesmo, a imperiosa necessidade de conseguir acelerar e completar a transição para um *novo paradigma competitivo* marcada, decisivamente, por três áreas críticas de ação onde se ganha, ou se perde, no futuro próximo, o sucesso na superação da crise estrutural de crescimento e convergência da economia portuguesa:

__ O *aumento cumulativo da produtividade-valor* (primado do "melhor" sobre o "mais") reconhecendo que as principais dificuldades competitivas da economia portuguesa não correspondem tanto a problemas de produtividade física nas operações de transformação e produção (*eficiência*) mas, sobretudo, a problemas nascidos quer de uma combinação de fatores produtivos demasiado estreita e insuficientemente diferenciada, quer de um posicionamento ainda limitado nos segmentos com maior relevância nas cadeias de valor de satisfação de procuras de empresas e de consumidores em mercados concorrenciais, onde a integração de serviços avançados e criativos com modelos de produção e distribuição flexível é decisiva (*eficácia*);

__ O *desenvolvimento de novos fatores competitivos no terreno da competitividade não-custo* (combinação específica de processos de inovação e de diferenciação indutores de maior valor acrescentado) reconhecendo que importa alargar e sistematizar organicamente um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, mais liderantes ou mais seguidistas, nas diferentes e complexas atividades que permitem mobilizar conhecimento e criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e que, por ora, são ainda incipientes e fragmentadas na economia portuguesa, especialmente no que respeita à consolidação da valorização cumulativa de *ativos estratégicos como o capital humano e o capital patrimonial*;

__ A *intensificação de uma ativa participação na globalização reequilibrando o balanço de ameaças e oportunidades* (afetação prioritária de recursos às atividades de bens e serviços transacionáveis com uma redução do conteúdo importado das exportações e um aumento da capacidade nacional de satisfação da procura interna) reconhecendo que a reorientação da economia portuguesa para fora, mas a partir de dentro, que constitui uma prioridade decisiva para favorecer as condições de crescimento a prazo da economia portuguesa, exige quer uma mudança global na afetação dos recursos, quer uma nova articulação entre a produção de serviços e a produção de bens.

A entrada da economia portuguesa numa era de crescimento diminuído e de convergência europeia interrompida constitui uma evidência incontornável, não só da crise de competitividade estrutural da economia portuguesa, como, também, da perda de eficácia das políticas públicas de promoção do crescimento, que o presente estudo aborda nas suas múltiplas dimensões relevantes.

A recuperação económica em curso só será efetiva e duradoura se conseguir acentuar e priorizar as suas dimensões estruturais, isto é, se para além de colher os benefícios conjunturais da recuperação económica mundial e europeia e da superação dos efeitos das medidas de austeridade implícitas no ajustamento macroeconómico imposto pelas dificuldades de financiamento da economia, conseguir obter ganhos de produtividade alimentados pela correção progressiva dos principais défices competitivos da economia portuguesa, que permitam recolocar a economia portuguesa numa trajetória de convergência com o nível médio de desenvolvimento da União Europeia.

O objetivo de uma recuperação económica e financeira em direção a novos modelos sustentáveis de crescimento e convergência está indissoluvelmente ligado, no caso português atual, a um objetivo de profunda reformulação do sentido da afetação dos recursos em direção às atividades de bens e serviços transacionáveis, isto é, corrigindo a ineficácia alocativa que conduziu a economia portuguesa a uma estagnação do crescimento económico.

Ligar internacionalização e competitividade num esforço global e integrado

O reconhecimento das dificuldades fundamenta uma visão onde a promoção efetiva da competitividade só poderá ter sucesso se for estreitamente articulada com a promoção do *reforço e diversificação da internacionalização da economia portuguesa*, sem deixar de garantir a *difusão interna alargada dos seus resultados pelo conjunto da população e pela variedade dos territórios*.

A promoção do reforço da competitividade e da internacionalização da economia portuguesa deve ser entendida como um *esforço de natureza global*, mas capaz de combinar múltiplos esforços concretos e diversificados, nomeadamente, os que se reportam:

__ À *intensificação do ritmo de inovação e/ou diferenciação*, suportado não apenas pela tecnologia, mas, também, pelas novas "artes e ofícios" da criatividade e pelos dividendos de um relevante capital patrimonial, material e imaterial, para melhorar quer a posição ocupada nas cadeias de valor, quer os próprios modelos de negócio empresarial - seja, claro, nos principais setores de especialização atual da economia portuguesa que possuem uma base económica e uma experiência exportadora já relevantes, seja, também, em novas áreas emergentes de especialização suscitadas pelo novo relacionamento entre o mundo "desenvolvido" e o mundo "emergente";

__ À *estruturação e progressiva consolidação de atividades emergentes associadas à valorização económica do conhecimento* como, por exemplo, os produtos e serviços especializados nas tecnologias de informação e comunicação, no quadro mais geral da transição

digital, as atividades geradoras de valor na saúde pelos produtos desenvolvidos e pelos serviços e cuidados prestados ou, ainda, as atividades baseadas em novos materiais, no quadro mais geral da transição para uma economia verdadeiramente circular;

__ À *valorização económica e gestão integrada e sustentável* de fileiras de produção e cadeias de valor, combinando bens e serviços e baseadas em *recursos endógenos e ativos específicos, localizados e não transferíveis* que configuram *fatores competitivos de natureza identitária e patrimonial alargada,* como, por exemplo, nos casos do turismo, do agroalimentar, das atividades associadas à floresta e ao mar e das próprias indústrias culturais.

O desafio da construção de um novo paradigma competitivo no quadro das grandes transições económicas e sociais em curso no mundo é, portanto, em primeiro lugar, um desafio de renovação dos fatores competitivos estratégicos suscetíveis de gerar economias mais dinâmicas, isto é, com maior potencial de criação de riqueza do ponto de vista de necessidades humanas e sociais evolutivas.

O desafio da construção de um novo paradigma competitivo no quadro das grandes transições económicas e sociais em curso no mundo é, em segundo lugar, um desafio de aligeiramento das restrições físicas e materiais das atividades económicas suscetível de gerar economias menos ancoradas nos bens reforçando a servitização da produção e a terciarização do consumo e menos intensivas na utilização e desperdício de recursos.

O desafio da construção de um novo paradigma competitivo no quadro das grandes transições económicas e sociais em curso no mundo é, em terceiro lugar, um desafio de reorganização e transformação dos seus processos, conteúdos e resultados suscetível de gerar economias muito mais equilibradas na relação entre a humanidade e o planeta, na relação o material e o imaterial, entre as tecnologias e as competências e, sobretudo, entre a criação e a repartição de riqueza.

O desafio da construção de um novo paradigma competitivo é, assim, também, um desafio de renovação das chamadas políticas industriais.

O reconhecimento do valor específico apreciável da cultura, da criatividade e do conhecimento para o crescimento e o desenvolvimento económicos arrasta consigo a necessidade de um novo enquadramento para o "património" enquanto conjunto de ativos diversificados, tangíveis e intangíveis, suscetíveis de serem desenvolvidos e valorizados ao longo do tempo, como forma estratégica de "capital", através de políticas públicas adequadas que podem ser designadas por "políticas industriais", não para alimentar um regresso ao passado de um indústria que já não existe, mas, antes, para alimentar a viabilização de um futuro onde a economia consiga densificar substancialmente o seu valor pela utilização sustentável e inteligente dos seus ativos mais distintivos associados ao património científico, cultural, histórico e natural.

As *modernas políticas industriais* estruturam-se através quer da correção das falhas de mercado, da gestão de externalidades, redução das assimetrias de informação, redução do risco e da incerteza e garantia de mercados concorrenciais abertos, quer da promoção da inovação e da diversificação das atividades, isto é, através de iniciativas capazes de catalisar o surgimento de novas vantagens competitivas com expressão nos mercados globalizados e, portanto, também, no mercado interno europeu e no mercado doméstico português.

As *modernas políticas industriais são transversais*, não tomam partido pela oferta, ou pela procura, mas, antes pelas formas de eficiência coletiva que permitem gerar cadeias de valor de resposta rápida a procuras diferenciadas, com base em novas tecnologias, novos processos e novos produtos, com maior incorporação de conhecimento, mais baixo teor de carbono e maior incorporação de dimensões patrimoniais portadoras de valor, diferenciação e diversidade.

O *foco principal da melhoria da competitividade em Portugal* não pode deixar de ser a c*ompetitividade valor ou a competitividade não custo*, isto é, o aumento da eficácia geradora de riqueza suportada pela qualidade dos modelos de negócio, pelo dinamismo dos mercados de distribuição e venda e pela adequação dos processos de acesso à tecnologia e ao conhecimento. A melhoria da competitividade da economia portuguesa só será uma realidade duradoura se for baseada no reforço da capacidade concorrencial do nosso tecido empresarial.

A promoção da competitividade-valor suscita a construção de um *novo equilíbrio entre inovação e diferenciação* em articulação com as reformas e ações que acelerem o movimento em direção a novos princípios de competitividade e atratividade no comércio e no investimento internacional. Este novo equilíbrio que significa, também, uma nova combinação dinâmica na mobilização do conhecimento, por um lado, e da cultura, do património e da criatividade, por outro, só pode ter sucesso no estímulo à intensificação da especialização internacional da economia portuguesa e no combate ao duplo défice numa participação na globalização insuficientemente dinâmica e qualificada e, sobretudo, insuficientemente ancorada nas geografias determinantes do crescimento económico mundial.

As *reformas estruturais*, sem as quais este novo paradigma não ganhará a força necessária para se impor na economia portuguesa, devem visar, assim, de forma explícita e ambiciosa a construção de verdadeiras sinergias entre as atividades empresariais e as atividades culturais e criativas.

O reforço da interação entre a Economia, o Património e a Cultura será decisiva para permitir alcançar com sucesso resultados suficientemente positivos na inovação e na diferenciação da produção de bens e de serviços com valia à escala mundial. É neste processo que o património se poderá afirmar como valioso ativo estratégico na promoção de uma nova competitividade da economia portuguesa indutora de rendimentos mais elevados e de melhores condições de vida para a população.

O contributo do Património Cultural e da criatividade para potenciar o valor dos bens e dos serviços que Portugal transaciona com o exterior, através da inovação e da diferenciação, deveria ser inquestionável, mas, infelizmente, ainda não o é.

A cultura e a criatividade têm uma palavra a dizer no processo de internacionalização da economia portuguesa, não só através do reforço direto das exportações do próprio setor cultural e criativo (sinergia cultural), como também no reforço indireto do desempenho de todas as atividades produtoras de bens e de serviços mais expostos à concorrência internacional. A cultura e a criatividade contribuem para a atratividade dos destinos turísticos (sinergia turística) bem como para a inovação e a diferenciação dos produtos com que as indústrias portuguesas competem nos mercados externos (sinergia industrial).

A economia é, cada vez menos, um caminho entre matérias-primas e produtos acabados, mas, cada vez mais, uma mistura explosiva de inovação e de diferenciação. Neste sentido, todas as atividades económicas ("indústrias") serão culturais e criativas ou simplesmente não persistirão.

Gestão do património público. Reflexões

António
Lamas

1. Património imóvel público

A gestão de monumentos, conjuntos, sítios arqueológicos, paisagens culturais, parques ou jardins de valor cultural, classificados ao abrigo da Lei do Património Cultural 107/2001, de 8 de setembro – estejam sob tutela direta do Estado, dos municípios ou de uma empresa de capitais exclusivamente públicos, como no caso da Parques de Sintra – Monte da Lua[1], coloca diferentes problemas, mas todos os casos requerem administrações competentes, compenetradas do interesse público em causa, dedicadas, com objetivos claros, dotadas de meios técnicos e financeiros adequados e obrigadas a transparente prestação de contas.

A responsabilidade pela classificação e proteção do Património Cultural é da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), que também gere diretamente muitos monumentos, parques e jardins propriedade do Estado, através da sua organização regional ou, no caso dos principais bens, através de diretores escolhidos por júris nomeados para o efeito. Para a gestão e conservação dos bens culturais que tutela – por todo o país – a DGPC distribui as verbas que recebe do orçamento do Estado e as receitas de visitas ou eventos promovidos em cada local.

Para além de bens imóveis construídos ao longo da história para defesa (castelos e fortalezas nas fronteiras e na costa) ou para alojamento de instituições públicas (ex: prisões e universidades), à posse do Estado vieram parar, em diversas épocas, muitos outros bens, provenientes, nomeadamente, de ordens religiosas (dos Jesuítas, em 1767, e das ordens extintas, em 1834); da Coroa (palácios reais); ou da Igreja após a proclamação da República, em 1910[2].

[1] Criada pelo DL 215/2000, de 2 de setembro, os seus estatutos foram revistos pelo DL 292/2007, de 21 de agosto, e pelo DL 205/2012, de 31 de agosto.

[2] Os bens da Igreja foram nacionalizados em 1910, mas devolvidos em 1940, com a assinatura da Concordada com o Vaticano, com exceção dos templos classificados como monumento nacional até 1945.

Sobretudo em 1834, centenas de conventos e outros imóveis de valor histórico foram ou vendidos ou afetos a hospitais, tribunais, bibliotecas, arquivos, escolas, quartéis e outros serviços públicos.

Tratando-se de bens imóveis classificados, a sua proteção deve ser a principal preocupação dos respetivos gestores. Envolve colaborarem na definição de zonas especiais de proteção (ZEP) para cada um e na elaboração de planos de salvaguarda para cada ZEP e, também, colaborarem com as autoridades com competência para impor o cumprimento da Lei do Património (DGPC e tribunais), alertando-as para a sua violação.

Hoje, depois da experiência da Parques de Sintra - Monte da Lua, SA (PSML), defendo que – numa visão holística e didática de património e seguindo avançadas práticas europeias[3] – a gestão dos bens naturais – o Património Natural – constituído por áreas florestais, formações geológicas e costeiras, habitats de espécies animais e vegetais,de valor excecional do ponto de vista estético, científico ou da conservação, coloca os mesmos problemas, e deve ser semelhante à gestão de bens culturais.

É com base na minha experiência neste domínio que procurarei refletir.

[3] A exemplo do *National Trust* do Reino Unido.

2. Gestão de bens culturais públicos

Começarei pelo último requisito referido em 1. para uma gestão qualificada de bens culturais públicos: que os seus gestores disponham de meios técnicos e financeiros adequados, de que prestem contas de forma transparente.

Os meios financeiros para a recuperação, manutenção e funcionamento de qualquer monumento, parque ou jardim públicos (incluindo a sua divulgação e fruição pública), só podem provir dos contribuintes (Orçamento do Estado ou fundos europeus); de mecenas (muito raros em Portugal); de receitas do turismo cultural; ou de rendimentos das próprias propriedades.

Mais recentemente, no Reino Unido e, depois, em França, surgiram formas de financiamento do sector cultural por lotarias nacionais: "*Heritage Lottery Fund*" criado em 1994, e "*Loto du Patrimoine*", criado em 2018. Em Portugal, foi criada a "*Raspadinha do Património*" em setembro de 2021, mas foi descontinuada em 2022.

O património não foi construído para ser visitado, mas o estímulo das receitas que o Turismo Cultural pode trazer à sua valorização e conservação são hoje, mais do que nunca, indispensáveis, em particular em Portugal, onde as graves limitações orçamentais do sector cultural público, em particular as da DGPC, são conhecidas e todos os equipamentos culturais que tutela lutam com carências de pessoal e de recursos financeiros.

Foi o que defendi e pus em prática quando fui nomeado para presidir à PSML em 2006, e fui surpreendido por esta não receber qualquer contribuição do orçamento do Estado (ainda não recebe) e apresentar um passivo de mais de 9 milhões de euros.

3. A experiência da Parques de Sintra – Monte da Lua

Como é conhecido, a UNESCO classificou, em 1995[4], a zona norte da serra de Sintra, como Paisagem Cultural de Sintra[5] e, em 2000, em resposta a pressões da UNESCO, o governo criou a PSML, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, para reunir, em contexto empresarial, as instituições com responsabilidade na salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural. E entregou-lhe a gestão das principais propriedades do Estado na zona[6], que estavam, em geral, em muito mau estado de conservação, com a missão de as estudar, proteger, restaurar, manter, divulgar e abrir à fruição pública.

[4] Ver em https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/

[5] O conceito de Paisagem Cultural (território em que se conjugam valores naturais e culturais de excecional relevância) foi aplicado pela primeira vez na Europa, pela UNESCO, em Sintra. Hoje, em Portugal, o Alto Douro Vinhateiro e as Vinhas da Ilha do Pico são também Paisagens Culturais de valor mundial. Lamentavelmente, porém, o conceito de Paisagem Cultural não está plasmado na legislação portuguesa, e as que são Património da Humanidade são equiparadas, na Lei do Património, a Monumentos Nacionais.

[6] Os parques e palácios da Pena e de Monserrate, o Castelo

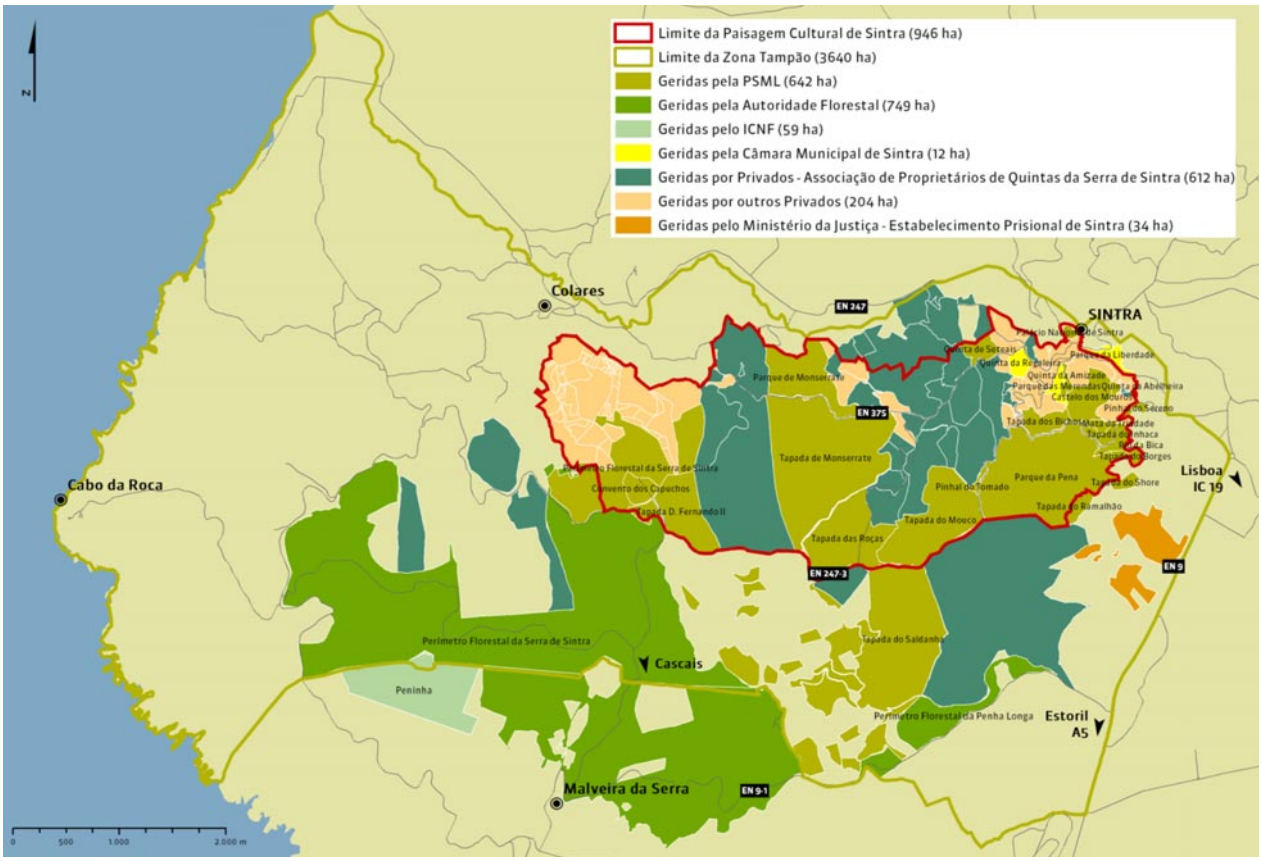

Figura 1__ Propriedades públicas e privadas na área da Paisagem Cultural de Sintra.

O plano de recuperação da empresa que apresentei aos acionistas[7] em 2006, envolveu, entre outras medidas, o recurso às receitas provenientes da sua abertura à fruição pública (entradas nos monumentos e parques, e receitas de lojas, cafetarias e aluguer de espaços para eventos).

O crescimento do número de visitantes e receitas deveu-se, fundamentalmente, à qualidade das intervenções de recuperação integral de espaços, conduzidas à vista dos visitantes (*"abrir para obras"*) para que pudessem apreciar a complexidade dos trabalhos e onde eram aplicadas as receitas das suas visitas; à sua divulgação suportada num excelente *site,* acoplado a um moderno sistema informático de bilhética; e a serviços de apoio e satisfação dos visitantes.

Costumava apresentar esta estratégia como o "*círculo virtuoso"* do património da PSML: restaurar e abrir locais à visitação, gerar receitas provenientes dessas visitas e, com elas, recuperar mais locais.

Através da redistribuição de receitas entre monumentos, parques e jardins, uns mais capazes de atrair receitas do turismo e outros menos (a *"gestão integrada"* das várias propriedades"), foi possível recuperar a empresa, recrutar um corpo de competentes colaboradores, restaurar progressivamente o património à guarda da PSML e enriquecê-lo com a aquisição de várias propriedades adjacentes, indispensáveis à sua proteção, e de muitas peças históricas para o acervo dos palácios.

dos Mouros, o Convento dos Capuchos, o Chalet da Condessa d'Edla e diversas tapadas e, em 2012, os palácios de Sintra e Queluz e a Escola Portuguesa de Arte Equestre. Mais recentemente, foram confiadas à gestão da PSML áreas florestais na zona envolvente do Convento dos Capuchos, da Peninha e do Cabo da Roca.

[7] São hoje acionistas o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro (35%); o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (35%); o Turismo de Portugal e a Câmara de Sintra (ambos com 15%). O Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), que foi acionista inicial, foi extinto em 2007 e substituído pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que deixou de ter estatuto legal que lhe permita ser acionista da PSML.

Figura 2__ Escavação arqueológica no Castelo dos Mouros, realizada à vista dos visitantes.

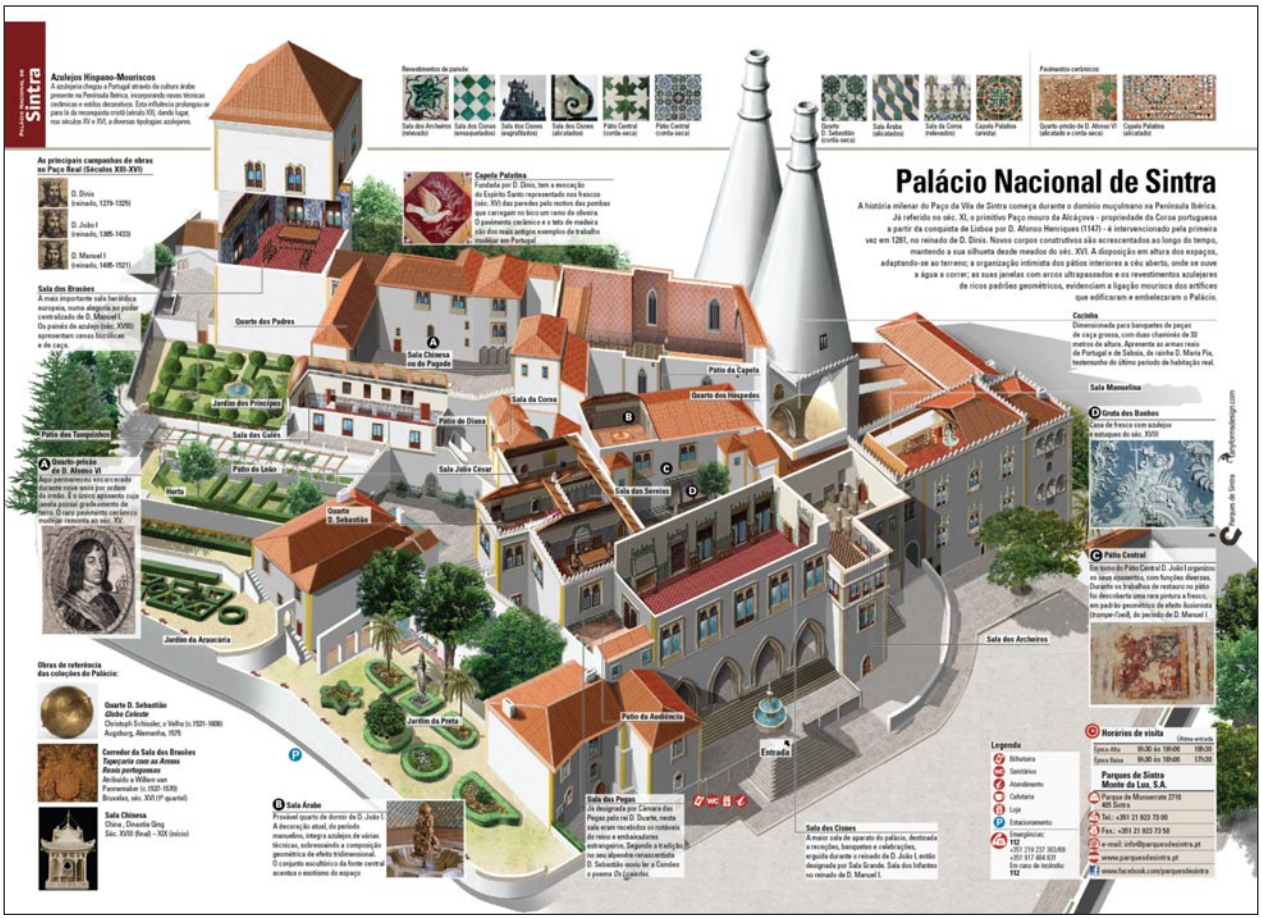

Figura 3__ Exemplo dos mapas infográficos para apoio à visita, desenvolvidos para todos os monumentos e parques – Palácio de Sintra – real. Anyforms Lda.

O sucesso do modelo de gestão da PSML[8] foi possível devido à flexibilidade e às regras de gestão empresarial a que obedece, em especial a obrigação da prestação pública de contas (*accountability*), e ao facto de o recrutamento de colaboradores ter sido conduzido exclusivamente com base no mérito e na adequação do seu currículo aos lugares a preencher.

Ao longo dos anos em que administrei a PSML, tive ocasião de refletir sobre estas vantagens em comparação com a gestão que uma direção-geral ou um instituto público poderiam desenvolver, e sobre qual seria o enquadramento legal e o modelo de gestão mais adequado para a salvaguarda, valorização e fruição de património cultural e natural público, de base territorial, e de alto valor.

[8] Demonstrado pela subida, em 9 anos, do número de visitas e receitas que, de cerca de 590.000 visitas e um passivo de mais de 9 milhões de euros em 2006, foram, em 2016, mais de 2,2 milhões de visitas e 25,7 milhões de euros de receitas, transformando Sintra no primeiro polo português de turismo cultural, seguido de Belém, em Lisboa.

4. O modelo da PSML requer revisão e maior abrangência

O modelo de uma sociedade anónima para a PSML, em que os acionistas são instituições públicas, foi original em 1995, é ainda único em Portugal, mas deve ser corrigido e aperfeiçoado.

Para além dos acionistas terem variado (diferentes a cada revisão dos estatutos), os seus estatutos não asseguram nem estabilidade empresarial, nem que os acionistas sejam entidades adequadas tendo em conta o objeto da sociedade e os valores dos ativos a gerir: por exemplo, quando a PSML foi criada em 2000, o IPPAR[9] era um dos acionistas, mas hoje nenhuma entidade pública com responsabilidade na área do património cultural é acionista da empresa.

Por outro lado, apesar da PSML ter recebido do Estado a responsabilidade pela gestão de vastos bens culturais do mais elevado valor – classificados como património nacional e mundial por se situarem na área da Paisagem Cultural de Sintra – não lhe foram conferidas competências para poder zelar pela salvaguarda e valorização da sua envolvente, como teria sido intenção inicial, e a DGPC, o ICNF e a própria Câmara de Sintra, não têm reconhecidamente meios, nem empenho, para o fazer[10]. E zelar pela qualidade das zonas envolventes dos bens culturais é indispensável para a sua adequada fruição.

Sempre lamentei esta limitação, tanto mais que bastaria que aquelas entidades, reconhecendo que a PSML tinha maior presença local, capacidade e meios, procurassem a sua colaboração[11], e a proteção da Paisagem Cultural de Sintra teria sido muito mais eficaz. Mas essa colaboração nunca foi pedida.

Acresce que a experiência da PSML mostra que a proteção do património construído, ou do património paisagístico e natural – harmoniosamente combinados na Paisagem Cultural de Sintra – requer a mesma competência, sensibilidade, envolvimento dos cidadãos e organização, pelo que modelos de gestão com flexibilidade empresarial como o da PSML, podem ser aplicados tanto na gestão de Património Cultural como de Património Natural – a exemplo do *National Trust* do Reino Unido.

Outro aspeto que os estatutos da PSML não acautelam é que, como sociedade anónima, pode distribuir resultados pelos acionistas – o que consegui que não acontecesse durante os meus mandatos, em que estes foram aplicados somente na valorização do património à guarda da empresa – mas, depois de eu sair, a PSML passou a suportar despesas da Câmara de Sintra e a distribuir dividendos aos acionistas.

Em conclusão, um modelo de gestão melhorado, que possa ser aplicado noutros locais, deveria: combinar a flexibilidade empresarial com as restrições de uma entidade sem fins lucrativos; ter um claro envolvimento na proteção do património à sua guarda, nomeada-

[9] Sucessor do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) entre 1992 e 2007.

[10] Vide a triste "saga" do processo de construção do hotel da Gandarinha, no centro histórico de Sintra. Aprovado pela Câmara em 2005, protestos públicos levaram ao seu embargo em 2019. Após algumas alterações, que a DGPC incompreensivelmente aceitou, o embargo foi levantado e a gigantesca obra avança. Curiosamente, não conheço neste caso, qualquer intervenção prática da UNESCO, que esteve sempre muito atenta, e bem, às intervenções que promovi na PSML.

[11] Na Paisagem Cultural de Sintra, Património da Humanidade – equiparada a Monumento Nacional na Lei do Património – todas as transformações e intervenções de privados ou instituições públicas estão, em princípio, dependentes da aprovação do Ministério da Cultura (DGPC). O Ambiente tem competência sobre a área, por esta fazer parte do Parque Natural de Sintra-Cascais. E a UNESCO, por sua vez, exige a elaboração de um Plano de Gestão para os bens que classifica. O governo encarregou a PSML da elaboração desse Plano, cuja primeira versão foi entregue à Comissão Nacional da UNESCO, ao governo e à Câmara, em 2014. Os pareceres sobre intervenções poderiam ser dados pela PSML por delegação da Cultura, que devia ser acionista da empresa, e do Ambiente, vinculativos mas apeláveis para os ministros da Cultura e do Ambiente.

mente zelar pelas respetivas zonas de proteção, dando parecer prévio sobre intervenções públicas e privadas; e poder exercer o uso do direito de preferência, em nome do Estado, na transação de propriedades na zona. Deveria também ser acompanhada por um conselho de especialistas[12], representantes de instituições ou individualidades de reconhecida competência na área do património que tutela, cultural e natural, que possa apreciar projetos e resultados, assegurando publicamente qualidade às intervenções da empresa.

Contudo, penso que a correção das intervenções da PSML e da sua sustentabilidade política e económica, não passa só por melhorar o seu modelo empresarial: é preciso buscar inspiração em soluções organizacionais de outros países e numa visão alargada da gestão do património.

Entre todas as organizações gestoras de património cultural e natural e modelos de "governança", a mais notável e maior, é o "*National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty*" ou, simplesmente, o *"National Trust"* da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte (*nationaltrust.org.uk*)[13] presidida pelo soberano, agora Carlos III.

É um fundo com carácter filantrópico (uma *Charity*) constituído em 1895 por três mecenas para *"a preservação permanente e benefício da nação de sítios de interesse histórico ou beleza natural"*[14], sob o inspirador lema *"for ever, for everyone"*, adquirindo-os por compra ou doação do Estado ou de particulares. Tem mais de 5,7 milhões de membros e mais de 44.000 voluntários. Entre doações, rendimentos das propriedades que gere e apoios vários como o do "*Lottery Fund*", vive sobretudo de quotas de membros e receitas de visitantes.

Recomendo vivamente o estudo desta instituição (ver Relatório do *National Trust* de 2021-22) e, também, o estudo de outras figuras de gestão do património cultural, como o English Heritage, outro *Charity Trust*, sucessor do departamento do Estado que geria monumentos e bens culturais públicos, assim como o modelo dos Patronatos espanhóis, de que o Museu do Prado é um exemplo.

O modelo legal de *Trust*, de raiz anglo-saxónica, tem vindo a ser aplicado em vários países europeus. Os seus gestores – "*trustees*" – são *curadores*[15] de bens em nome de quem lhos entrega e a quem se destinam (uma designação muito apropriada tratando-se de bens de valor cultural).

Penso que a transcrição/adaptação da figura do *Trust* para a legislação portuguesa[16] permitiria utilizá-la em muitos casos em que o objetivo não é o lucro e se recorre, por ausência de outra melhor solução, à figura de Fundação ou, no caso da PSML, a uma empresa de capitais públicos.

Mas o *National Trust*, é também uma organização inspiradora de boas práticas na gestão do património, em particular as resultantes da sua preocupação com a sustentabilidade do

[12] Durante o meu mandato, foi instituído um Conselho Científico e Consultivo com personalidades convidadas, com currículo relevante nas áreas de atividade da PSML, e estabelecidos protocolos com centros de investigação e laboratórios universitários no âmbito do restauro do património cultural e natural.

[13] Há também um *National Trust* na Escócia.

[14] Como monumentos, casas senhoriais, jardins, parques, zonas costeiras, paisagens protegidas, áreas de proteção da biodiversidade, etc.

[15] No caso do *National Trust*, os *trustees*, entre 9 e 15, são nomeados por um Conselho de 36 membros de diversas especialidades e proveniências: 18 eleitos pelos membros e 18 nomeados por outras organizações cuja atividade se relaciona com a do *Trust*. Os membros elegem periodicamente essas organizações. A organização do *Trust* é regional.

[16] Há cerca de 8 anos, esteve em estudo um projeto de lei neste sentido.

património: as mudanças climáticas, as emissões de carbono, os consumos de água, a preservação da vida selvagem e da biodiversidade.

Por fim, refiro que, sempre que me interrogam sobre se o modelo de gestão integrada do património desenvolvido na PSML, com recurso ao Turismo Cultural, pode ser aplicável noutro local, eu respondo que sim, se funcionar sem fins lucrativos e envolver a gestão de património natural e cultural diversificado e atrativo; localizado num perímetro coerente e controlável; com suficiente dimensão para justificar equipas técnicas especializadas em várias áreas e requerer, não só manutenção mas ambém investimentos, porque estes são a maior fonte de energia e motivação[17].

Penso em locais como Belém, em Lisboa, e no centro histórico de Évora[18] e, hoje, também, no projeto do Bairro C, em Guimarães.

5. Novas categorias e formas de fruir o Património Cultural

Por definição, património é o que herdámos dos nossos antepassados. Embora não sejamos obrigados a gostar de tudo o que herdámos, devemos "aprender" a apreciar o Património Cultural, porque enriquece o ambiente em que vivemos e assegura qualidade de vida. E, por isso, queremos que os nossos descendentes também tenham a possibilidade de o fruir e, esse querer, conduz-nos a preservá-lo e valorizá-lo – a Salvaguarda e Valorização do Património – e a acrescentá-lo – a Construção de Património.

As afirmações de que o Património é fundamental para a identidade de cada povo e que preservá-lo é um dever para com os nossos antepassados e a nossa história, são válidas, mas são perspetivas conservadoras, não são mobilizadoras, nem operativas. A visão positiva – e indutora de ações eficazes para a preservação do Património – é a de que precisamos dele para vivermos num ambiente melhor.

E há novas formas de aprofundar esta visão.

Recentemente, a minha participação no júri de seleção dos Prémios Europeus do Património – Europa Nostra, levou-me a apreciar novas perspetivas sobre a relevância do Património Cultural na vida das pessoas e das comunidades e no seu desenvolvimento social, traduzidas em novas categorias de prémios – para além da tradicional associada à "Conservação e Adaptação para Reutilização": a "Investigação"; a "Educação, Formação e Competências"; e o "Engajamento ou Comprometimento e Sensibilização dos Cidadãos" (categoria em que o projeto português "Museu na Aldeia"[19] foi premiado em 2022).

[17] Como a recuperação do património gerido pela PSML está quase concluída, defendi que o governo deveria entregar-lhe, para gestão, mais património público na sua "área de influência", o que de facto aconteceu com a recente entrega de diversas zonas florestais na zona ocidental da Paisagem Cultural de Sintra.

[18] Em Évora, no centro histórico intramuros, também Património da Humanidade, as principais instituições detentoras de Património Cultural, entre as quais a Fundação Eugénio de Almeida, estão a desenvolver acordos para um sistema de bilhética e divulgação comuns.

[19] Apoiado pelo Município de Leiria, pela Rede Cultura 2027, Politécnico de Leiria e União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.

Estes Prémios contemplam hoje vários projetos de valorização do património, evidenciando a preocupação com a sua sustentabilidade, o seu significado para as populações, a criatividade na difusão de formas de fruição e transmissão inter-geracional de saberes, associada à formação e investigação mas, também, a nível das tecnologias necessárias à sua conservação.

De facto, muitas candidaturas aos Prémios Europa Nostra 2022 demonstraram que, sem a existência de técnicos e artífices competentes não são possíveis intervenções, nem pequenas nem grandes, de recuperação qualificadas de bens móveis e construções, como evidenciado, em particular, em várias candidaturas francesas[20] e como sucede no grande estaleiro da reconstrução da Catedral de Notre-Dame em Paris, que sigo com atenção. O sucesso deste imenso empreendimento, deve-se à França ter uma longa tradição de apoio às *"arts et métiers"*, que sustentam um vasto acervo de pequenas e médias empresas que responde às necessidades de qualidade de vida e ambiente de uma sociedade exigente.

Em Portugal, para além do atual contexto de dificuldades na oferta de serviços de construção em geral, a conservação do Património é uma área desguarnecida, que as instituições que gerem património público têm que apoiar através de encomendas qualificadas e da formação em obra.

Se fosse mais novo, gostaria agora de me dedicar à promoção das "artes e ofícios" para a conservação e construção de património...

[20] Renovação do Museu Carnavalet e restauro do Hôtel de la Marine, em Paris; restauro – premiado em 2022 – da Villa E-1027 de Eileen Gray e Jean Badovici, em Roquebrune-Cap-Martin.

A pedra de Exu. A cultura como aventura

Paulo
Pires do Vale

"Exu matou um pássaro, ontem, com uma pedra que lançou, hoje."

Ditado iorubá

01__ E se lidássemos com a cultura como matéria viva e incandescente? É assim que deve ser tratada: não como o morto que temos de velar, mas corpo pulsante de sangue e respiração. Objecto de desejo e excitante fecundidade. Em vez de reverência e afastamento, ela pede-nos amorosa proximidade. Um corpo a corpo. Entrega mútua. Disponibilidade. Não apenas um conhecimento descomprometido, mas preocupação apaixonada.

02__ E se enfrentássemos o património como uma aventura? Não um território já desbravado, mapeado e seguro. Nem, sequer, algo passado. Ele permanece como urgente presente. Um continente deconhecido, não a certeza assegurada e imóvel que uns (mais velhos e senhores da verdade) devem ensinar a outros (mais novos e meros consumidores). É tarefa infinita, construção interminada, processo de diálogo intergeracional, de criação de sentido em comum. Implica escuta e participação. Luta e resistência. Conflito e negociação. Ou seja: promoção de cidadania. De democracia.

03__ E se não usássemos o pretérito perfeito? Há coisas que não podemos abandonar como que fechadas num armário ou já realizadas. O funcionamento da existência é bem mais complexo. O mundo e a vida estão cheios de fantasmas. Precisamos de uma subversão temporal, descolonizar o tempo. Deixar de o pensar como linha de progressão causal, com um princípio, meio e fim. Tudo bem definido, consequente e arrumado. Na verdade, o futuro não está apenas à nossa frente, mas atrás de nós. Há muito por redescobrir e promessas por cumprir no passado. Ou traumas por resolver, individuais e colectivos. Fantas-

mas com quem temos de aprender a viver ou, noutros casos, compreender que eles não existem e, então, desaparecem. O passado tem um futuro – assim saibamos aproveitar, hoje, o presente, para lançar as pedras certeiras.

04__ E se pensassemos a cultura como um gerúndio? Um verbo, não um predicado. O património como acontecimento, uma ação, um a fazer, em vez de julgarmos as artes e os patrimónios como "coisas". (E não deve ser assim também uma aula? A procura, a investigação, a descoberta comum entre professor e alunos de uma verdade viva em acontecimento: não simplesmente a passagem, a transmissão de algo já morto e inalterável). Em vez de lidarmos com os outros como consumidores, olharmos para eles como colaboradores. Em vez de "fazer para", "trabalhar com". Uma mudança de paradigma, na educação e na cultura: da democratização à democracia (cfr Carta do Porto Santo).

05__ E se deixássemos de usar a palavra democratização? A linguagem é um campo de combate e o lugar da revolução: a nomenclatura é uma forma política, promove valores e recria o mundo. As palavras são destruidoras ou criadoras - e uma revolução tem de passar pelos conceitos que recusamos, promovemos ou inventamos para moldar uma nova ordem. Afinal, no princípio era o logos. A palavra "democratização" transporta ainda uma hierarquização paternalista, com boas intenções, entre o especialista que define o que tem valor cultural, o que é importante e deve ser conhecido, e aqueles que consomem o que foi escolhido por outros. A noção de "democracia cultural" institui um paradigma diferente: em vez do ponto de partida ser a desigualdade a ultrapassar, parte da igualdade a confirmar. Afasta-se da menorização do outro, valorizando o que ele sabe, o que é, a sua especificidade cultural, as suas tradições, a sua voz. Para que cada um possa participar na cultura de todos, temos de capacitar e dar condições para que isso aconteça - nesse sentido, é fundamental que se valorizem as especificidades culturais, pessoais, territoriais, e que todos tenham acesso a múltiplas e diversificadas experiências e manifestações culturais, e possam descobrir a forma própria da sua participação activa. Em vez de "levar cultura" ao território, é preciso dizer que em todo o território já existe cultura: é fundamental valorizar a cultura que aí existe para, depois, poder identificar as expressões culturais que aí faltam e que é necessário colmatar. Ou seja, cumprir a Constituição – que garante não só o acesso à fruição cultural, mas à produção cultural. A cada um ser agente cultural. Um operador estético. Esta subversão política/cutural do lugar do poder (e a democracia exige a partilha do poder, também na área cultural) é a de uma capacitação democrática, de valorização e responsabilização de cada um pela cultura de todos.

06__ E se usassemos a palavra cultura sempre no plural? Seria mais exacto escrever culturas, para não cair no perigo do reducionismo e na tentativa de tornar o diferente no mesmo. Para não nos arrogarmos a achar os nossos conhecimentos e gostos culturais como o canône, o modelo e o pináculo a partir do qual avaliamos (e desvalorizamos) outros. É preciso assumirmos, definitivamente, a diversidade como um bem. Sermos saudavelmente omnívoros. Abraçarmos a multiplicidade e não suspirarmos pelo arrogante uno como o bem a alcançar. Também a democracia não é unanimidade: ela é e deve ser conflitual, agónica. A cultura só existe no plural. É o sistema simbólico que atribui sentidos à

vida e que se manifesta de formas múltiplas e de modos distintos em diferentes comunidades. Essa rede simbólica, que faz a mediação entre a pessoa e o mundo, permite compreender que o "mundo" seja um "horizonte de possibilidades", mais do que um conjunto de coisas. Organiza uma mundividência própria, um olhar que cria e transforma o mundo em que cada um, cada comunidade, vive.

07__ E se compreendessemos que a alteridade está já no coração da identidade? Que somos outros, temos outros em nós. Que ninguém, pessoal ou comunitariamente, é sem essa relação com diferentes. Somos mesclados, mistura, impuros. E isso é um bem. Somos o resultado de muitos. A tentativa ficcional de uma identidade forte, pura e segura (quer nacional, quer pessoal) é uma armadilha perigosa. Acolher a fragilidade que somos, abrirmo-nos aos outros, é parte da aventura cultural. Da colaboração e criação de comunidade. Por vir, uma comunidade sempre por vir.

08__ A cultura exige, também, enquanto aventura, o esquecimento - aparente oxímoro. Não ficar preso ao falsificado e fácil "foi sempre assim", ao "não se pode fazer de outro modo". A educação deve ser conservadora, mas sem promover o conservadorismo castrador. Pelo contrário: dar uma herança, mas sem ensinar a enterra-la na areia. Pô-la a render, com todos os riscos inerentes. Dar raízes e asas (outro oxímoro). Dar um solo seguro, mas para impulsionar o salto.

09__ Somos dos velhos que ficam na praia, ou dos que se atiram e arriscam habitar na travessia? Exu é, na religiosidade afro-brasileira dos Orixás, o senhor das travessias. Das encruzilhadas (como Hermes, na mitologia grega, com quem Exu tem outros traços semelhantes). Lugares de perigo, de movimento, de assaltos e encontros que podem mudar a vida. Lugares de aventura – interior, mais do que exterior. De reinvenção e transformação. Exu sabe que o tempo não é linear. Ele lança uma pedra, hoje, e acerta num pássaro ontem. Um mito de uma comunidade não-histórica, expressão de uma outra forma de relação com o tempo. De compreensão da vida como lugar do aberto, em que os diferentes tempos se misturam. De um passado que não determina causalmente o futuro. Basta uma pedra bem lançada. Certeira. E se há pedras que matam, outras libertam de armadilhas.

10__ Está a escola a lançar pedras certeiras? Nas narrativas dos Orixás, quando Exu aparece, vira tudo "de pernas para o ar". Separa o inseparável, faz cair os poderosos, ajuda os pobres a enriquecer. Numa palavra: indestina. Num sentido positivo, sem as maldades de que o controverso Exu também é capaz, precisamos que a escola seja esse lugar de indestinação. De sublinhar que não há destino traçado. O passado, a condição presente social e económica da família, não podem determinar a totalidade da vida presente e futura. É preciso abrir portas e janelas nesse mundo de cada um que chega à escola. Dilatar o mundo, o horizonte de possibilidades. É esse também o poder das artes e dos patrimónios: permitem, a cada um, a descoberta de possibilidades de si antes desconhecidas. Desaprender o que julgamos certo.

11__ Os patrimónios e o trabalho dos artistas permitem responder melhor ao célebre repto "conhece-te a ti mesmo" – e nesse "ti" está também o mundo, o horizonte de possibilidades em que vivemos como comunidade, a nossa circunstância, os outros e a sua influência em nós. Contrariamente à pretensão de um conhecimento imediato de si próprio, enredado em ilusões, preconceitos e hábitos, a arte e as manifestações culturais são a mediação necessária para o reconhecimento pessoal de cada um e da comunidade que somos (ou que projetamos e sonhamos): é preciso sair de si em direção a essas manifestações culturais que são um depósito da humanidade, para que o auto-conhecimento possa acontecer – em vez de ficar a olhar para o seu umbigo.

12__ Os educadores patrimoniais, os artistas, os mediadores, os professores, os alunos, os historiadores, os políticos, cada um de nós precisa de saber lançar ao passado as perguntas que ainda não foram respondidas para nos conhecermos melhor como comunidade. Perguntas de hoje e feitas a partir de diferentes lugares e pontos de vista diversos, por pessoas com origens distintas. Sem exclusões. Aí, outros sentidos e descobertas se farão. O património será já outro. Acertaremos em pássaros que, antes, não se viam. Nesse sentido, é preciso aproximarmo-nos do que está perto para escutar o longínquo, e afastamo-nos para o que está longe para daí vermos melhor o que nos está próximo.

13__ Se a cultura for experimentada como matéria vital, parte pulsante da sua vida, não como matéria de erudição e conhecimento cinzento a transmitir, os cidadãos lutarão por ela. Precisamos de aprender a transmitir assim a cultura: algo que é nosso, que queremos fazer nosso, em apropriação. Ela é extimidade: exterioridade íntima. Algo que é externo e interior, a um tempo. Nesse sentido, as manifestações artísticas são um laboratório existencial onde não se olha apenas para qualquer coisa que nos é exterior, mas que nos é própria. Mais íntimo que o seu próprio íntimo. Uma segunda natureza, que necessitamos de promover, salvaguardar e transformar, com o mesmo activismo com que precisamos de lutar pelo ambiente.

14__ É necessário tomar consciência de que cada um é um agente cultural, como hoje sabemos que somos agentes ambientais. Cada cidadão deixa (ou não, por omissão) uma pegada cultural. No seu lugar específico. Não é preciso ser artista ou curador, nem sequer adulto, para se ser agente de cultura. Somos já, de forma inconsciente. É preciso torná-lo consciente. Então, teremos muitos mais cidadãos activistas culturais, a lutar pela cultura no seu Km^2, como lutam os jovens, hoje, pelo clima: por ser vital! Conscientes de que a sua vida depende disso. Activistas pelo ambiente cultural: a cultura pertence-lhes, é parte da sua vida, íntima – como outra natureza. Uma segunda natureza. Mas para isso, não basta conhecer, tratar a cultura como matéria de conhecimento, mas paixão. Nada de grande se faz sem paixão. Como estamos a passar essa paixão?

15__ Ao contrário do que tantas vezes insistimos, os jovens não são o futuro, são já o presente e têm um voz, saibamos nós escutá-la e promover a sua participação. A mudança

começa aí, na partilha dos nosso pequenos ou grandes poderes – até do que reconhecemos como património. Como o interpretamos e revitalizamos. Como criamos um sentido comum em comum. Há um papel insubstituivel para cada um neste palco, neste jogo, no seu Km2. Um comprometimento a que chamamos cidadania cultural, e que promoverá o desenvolvimento de uma comunidade que compreende que as artes e os patrimónios fazem parte da vida – e não uma via paralela, um luxo só para alguns – e que reconhece que a cultura existe para transformar a existência e não para a decorar.

16__ Exu é uma divindade cheia de contradições. Essa ambiguidade também é essencial às artes e aos património em educação. As instituições gostam de assegurar certezas imutáveis, mas as manifestações artisticas (e podemos dizer o mesmo das ciências) existem como lugares de dúvida e disputa, de escândalo e desordem. A escola – a cultura, a sociedade – tem de saber lidar com essa incerteza. Com a excepção, e não apenas com a regra. É esse o encanto e o mistério que nos faz partir à aventura. E partir é sempre um arriscar-se a ganhar ou perder, um aventurar-se: não apenas no mundo, ou na cultura como algo exterior, mas no mais íntimo de si mesmo. Corremos o risco de escutar, num torso, uma voz que nos diz “muda a tua vida!”; enfrentarmos numa encruzilhada uma esfinge que coloca uma pergunta impertinente e vital; ou repetirmos, a dançar pelas ruas da cidade, sem dar conta disso, uma canção que lembra “a beleza de ser um eterno aprendiz” e que a vida “é bonita, é bonita e é bonita”. Sem vergonha.

Formação em Património Cultural

Lino
Tavares Dias

A formação em património é prioritária, indispensável e fundamental.

Há que encontrar formas de a fazer de modo que seja acessível a todos os cidadãos interessados, sem restrições de origem ou proveniência, capaz de motivar cidadãos, de responder às necessidades sentidas em qualquer espaço do território nacional, de ter efeitos a curto prazo, de habilitar cidadãos orgulhosos por contribuírem profissionalmente para a salvaguarda da herança e da identidade.

Nesta reflexão também procuro apontar uma eventual estratégia cujo desenvolvimento permita atingir os desideratos através de medidas cuja operacionalização prossiga os intuitos pretendidos. A busca da melhoria operativa implica a inclusão de práticas que sejam vantajosas em todos os sentidos, procurando fazer melhor, através de estratégia entendida como a procura de uma forma singular de competir, não por ser a melhor forma de competir para toda a gente, mas porque permite adaptar especificamente as soluções adequadas.

Organizo a reflexão em três pontos:

1. O agora…
2. O antes…
3. O devir…

1. O agora…

Património e Identidade são duas noções que ao longo do tempo tornaram-se interdependentes, evoluindo para a simbiose de interesses e responsabilidades que atualmente parece comum a cidadãos e a governantes. Esta foi das propostas de reflexão apontada num encontro que, sob o título *Patrimoine et passions identitaires*, aconteceu em janeiro de 1997, em Paris, onde também foi defendida a elaboração de uma ética de conceção e de pratica em património (LE GOFF, 1999).

Sendo uma temática muitas vezes abordada ao longo dos anos, e os conceitos parecerem teoricamente aceites, a materialização de medidas adequadas a um sério aprofundamento prático destas noções continua muito complexa, principalmente porque os alvos, pela sua amplitude e vastidão, são difíceis de limitar e atingir. Também os ambientes sociais e económicos que se podem harmonizar com a evolução das noções de Património e de Identidade são não só diversos como, por vezes, indefinidos, inviabilizando respostas tipificadas.

É reconhecido que, atualmente, a maioria da população mundial está urbanizada e para ela são privilegiadas políticas e medidas que procuram incluir preocupações com o património e a identidade cultural. Mas podemos estar a incorrer num lapso. Sabemos que uma grande proporção dos habitantes urbanos modernos não tem estilos de vida citadinos ou urbanos, entendido tal como alguém que vive em bairros onde podem caminhar, ter acesso fácil a cultura, entretenimento, lazer, emprego, espaços verdes, espaços públicos e mercados. Muitos vivem estilos de vida suburbano, colados às periferias das cidades, mesmo que habitem moradias independentes envolvidas por relvados.

A mudança do tipo de uso do território e o inerente tipo de população, está a provocar o verdadeiro abandono do edificado tradicional, esvaziando muita paisagem cultural rural, mas, também, transfigurando paisagens urbanas históricas, as vizinhanças e as entreajudas de proximidade, bases da identidade e da assunção do património.

Assim, um problema do século XXI não é o de nos estarmos a tornar urbanos demasiadamente depressa, mas sim o de que não nos estamos a tornar suficientemente urbanos, o que facilita misturas conceptuais e cria conflitos na aplicação de medidas práticas.

A falta de sintonia e de reconhecimento da identidade do património, quer por imaturidade do novo enquadramento social, quer por desapego cultural, é um problema sentido em algumas modernas comunidades que apenas estão ligadas por preceitos administrativos. Sabemos que o que deixa de ser usado perde o sentido no quotidiano, tende para o esquecimento, para a perda de utilidade.

Por outro lado, se em 1990 a população portuguesa com menos de 25 anos representava 36.3%, em 2015 o seu peso não foi além de 24.8%. Em sentido inverso, a população idosa (com mais de 65 anos) representava, em 1990, 13.6% e em 2015, 20.6% do total.

O número de indivíduos jovens, onde se encontra a maioria dos estudantes, tem vindo a diminuir nos últimos 20 anos, o que resultou numa variação média de menos 1.56% entre 1999 e 2019. A variação negativa mais acentuada ocorreu entre 2001 e 2002 com uma perda de 6.07%.

Ligeira alteração sentiu-se em 2018 e 2019, em que se verificou um ligeiro acréscimo no número de indivíduos entre os 15 e os 24 anos: de 1 091 449 em 2018 para 1 095 766, uma subida de 0.4%.

As estimativas demográficas do INE para 2019[1] indicavam que, em Portugal, residiam um total de 1 095 766 indivíduos com idade entre os 15 e os 24 anos, o que representava 10.6% da população total.

No entanto, nos censos de 2021, o grupo populacional que teve uma redução mais significativa foi o das pessoas até aos 15 anos de idade, que desceu 15,3% e representa hoje 12,9% do total, enquanto a população jovem em idade ativa (dos 15 aos 24 anos) desceu 5,1% e as pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos diminuíram 5,7%.

Estes números e a sua distribuição pelas várias regiões do país podem ajudar a explicar que alguns projetos de formação na área do património lançados na década de 90 tenham vacilado por falta de suficiente número de jovens interessados. Foi-se sentindo a dificuldade de reunir, nas regiões, anualmente, conjuntos de estudantes que formassem turmas com suficiente massa crítica. Resistiram apenas algumas experiências com alguns cursos profissionais em escolas situadas em sítios urbanos com especiais condições, como são os casos de Sintra e Setúbal.

Apesar de reconhecermos os atores que atuam no património e percebermos a amplitude das suas intervenções na sociedade portuguesa, confrontamo-nos com os limitados índices populacionais ativos em algumas regiões, o que reduz as capacidades de reação local, municipal e, por vezes, até regional. De facto, não chega afirmar que se impõe ao Estado o papel de desenvolver, até ao limite das suas possibilidades financeiras, a gestão e valorização da nossa memória coletiva. É indispensável ter técnicos com formação multidisciplinar para o planeamento, quer para garantir as intervenções mínimas de mera manutenção do existente, quer para assegurar intervenções mais complexas.

Mas estamos perante uma demografia complexa e, em simultâneo, estamos confrontados com índices e tipos trabalho em mutação que, por vezes, parecem dificultar a estabilidade de emprego a médio e longo prazo. Um problema que atualmente muito se faz sentir, é a falta de estudantes jovens que, depois de formados, habilitados técnica e cientificamente, possam garantir nas suas regiões a continuidade da salvaguarda dos acervos das gerações passadas.

[1] Informação disponível no sistema de *Geomarketing Sales Index* da Marktest e na sua aplicação web Municípios Online.

Tal mutação tem sido menos sentida em alguns domínios da intervenção social porque as iniciativas individuais de boa vontade e as estruturas associativas – entre nós, as IPSS – têm tido um papel fundamental, completadas por saberes e experiências profissionais comprovadas. Estas estruturas beneficiam, mais ou menos amplamente, da delegação de competências dos "serviços públicos" que suportam jurídica e moralmente as suas ações e desempenhos. O mesmo não se passa, tradicionalmente, em matéria do património, especialmente com o arquitetónico e o arqueológico[2].

[2] Reconhecemos algumas exceções, comprovadas pela persistência ao longo de décadas. São exemplo o Centro de Arqueologia de Almada e o Campo Arqueológico de Mértola, para além de associações e movimentos de cidadãos, por vezes com suportes municipais.

A gestão pública do tipo piramidal descendente, confundida com a noção de centralismo, tem especial vocação nos países latinos, incluindo Portugal, onde as instituições públicas e, sobretudo, o Estado, continuam preponderantes ao longo de décadas, delas dependendo a legitimidade e o reconhecimento do objeto patrimonial.

Raramente se discutiu a necessidade de trabalho científico profundo e rigoroso que suporte a decisão de reconhecimento público, entendendo-se que tal só é possível através de organismos públicos concentrados.

Nas últimas décadas, a profissionalização de quadros técnicos tem sido acompanhada, por exigência óbvia, do incremento do uso de uma linguagem específica que procura responder às necessidades de aprofundamento da conceptualização, da definição, da avaliação, da classificação e de hierarquização da erudição. O objetivo principal tem sido a produção de texto científico que suporte a posterior materialização rigorosa.

A uma conceptualização e a uma teorização aplicada, o poder público responde, quase sempre, com a edição e prática de procedimentos administrativos aplicados ao património classificado.

Mas, como salientou Vasco Graça Moura, *"as questões ligadas à identidade cultural não podem resolver-se nem se regulamentar como as relativas à produção de manteiga ou à exploração dos recursos do mar"* (MOURA, 2013: p. 13).

Quem tem vivido embrenhado, ao longo de décadas, neste tipo de abordagens, defende que se deve salvaguardar cada vez mais a herança cultural como resultado de um longo processo de existência das sociedades implantadas no espaço e no tempo, em interação com fatores da mais variada ordem, incompatível com a aplicação de soluções de pensamento de modelo único. Reconhece-se que a herança cultural tem uma dimensão espiritual e antropológica, ligada a escalas de valores humanos identitários, éticos, estéticos e afetivos, para além de outros imprevistos com que somos confrontados, embora distintos caso a caso.

Num mundo em que as minúcias da vida e do trabalho, das técnicas e das profissões, se alteram com muita frequência, a única qualidade humana capaz de fazer frente a tudo isto é a inteligência. Como salientou João Lobo Antunes (1986), a inteligência não pode ser en-

sinada, mas pode ser despertada, inspirada, desenvolvida, por um ensino em condições propícias, incentivador de aprendizagens ao longo da vida, capazes de nos fazer crescer técnica, científica e eticamente, como cidadãos e como profissionais.

Estamos, em simultâneo, perante o desafio de reinventar os sistemas de gestão de forma a inspirar os seres humanos a trazerem diariamente para o trabalho todas as suas capacidades que, obviamente, são melhoradas pela formação.

Nas últimas décadas, em Portugal, tem sido notável a evolução dos profissionais que trabalham em património, felizmente com consequências positivas: eficácia, solidez de pensamento, paixão associada à alta consciência de missão, além da dedicação que não convém subestimar.

Em contrapartida, esfumou-se gradualmente a formação de técnicos intermédios de património oriundos das escolas profissionais e não se sente qualquer preocupação formal das entidades responsáveis. Discutem-se, mais ou menos publicamente, algumas meras transferências administrativas dos monumentos para os municípios, para as comunidades intermunicipais ou para as comissões de coordenação. Em contrapartida, não se vislumbra qempenhamento ou preocupação com os profissionais, a sua qualificação, a adequação a novas exigências e desafios que o trabalho em património exige, muito para além da receção de turistas.

Num processo de participação cívica nas políticas públicas, às entidades de tutela, sejam ministérios, secretarias de estado, direções gerais ou municípios, é exigido que incentivem os profissionais, que garantam a permanente melhoria das suas capacidades técnicas, científicas e pessoais. Neste sentido, processos participativos devem-se tornar abrangentes e articulados em muitos âmbitos, entre os quais, a formação ao longo da vida. Está provado que estes processos participativos causam especial interesse e motivam os profissionais.

2. O antes…

Constatamos que a década de 70 do século XX, muito por efeito das recomendações internacionais, foi marcada em Portugal pelo crescimento da sensibilização social e política pelo tema “património cultural”, denotando-se também maior consciencialização das populações, de que resultou o incremento da atividade a ele associada, especialmente sentido nos campos da arqueologia, da etnografia e dos museus.

Por exemplo, a atividade arqueológica tinha como particularidade a concentração do trabalho de campo nos meses de Verão, especialmente as escavações, já que era uma atividade desenvolvida exclusivamente por professores e quase sempre como segunda

prioridade e durante o verão. Em contrapartida, nos anos 80 a atividade em arqueologia era, por vezes, desenvolvida com alguma pujança, quer pelo número de pessoas envolvidas, quer pelos meios aplicados.

Ao contrário do que acontecia com a maioria das intervenções em arqueologia, as intervenções no património construído eram já assumidas por profissionais, embora conduzidas quase exclusivamente para trabalhos de restauro e para obras de construção civil. Raramente se registavam intervenções globais com projetos de arquitetura.

Em finais da década de 70, os Campos Arqueológicos de Braga e Mértola surgiram como experiências piloto, as quais, através do desenvolvimento de atividade arqueológica ao longo de todo o ano, num sistema tendencialmente profissional, procuraram conjugar as respostas científicas com as patrimoniais e estas com o planeamento urbano e até com o funcionamento administrativo.

A charneira para os anos 80 foi marcada pela criação de normativos que formalmente procuraram regulamentar e incrementar a intervenção em Portugal.

Em 1980, foi criado o Instituto Português do Património Cultural e, com ele, foram gradualmente criadas estruturas profissionais, regulamentadas algumas carreiras e apontados os respetivos conteúdos funcionais.

Praticamente em simultâneo, sediada no Porto, tinha sido criada em 1979 a primeira Delegação Regional da Cultura do Norte, por decisão de Sá Carneiro e Vasco Pulido Valente, e que foi dirigida por Rui Feijó.

A nova "constituição da república", aprovada em 1976, apontava no artigo 79.º que o Estado tinha *"a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português"*. Foi uma responsabilidade, então, muito assumida por muitos cidadãos, autarcas e instituições.

Vale a pena fazer uma breve reflexão sobre as políticas de defesa da memória, sinónimo de património, que foram desenvolvidas ao longo desses anos, por distintos governos e por diversos dirigentes, por múltiplas pessoas com diversificadas formações académicas, sociais e políticas.

Ao longo dos anos, desde 1974, uma das maiores responsabilidades na área da cultura foi a defesa do direito de autor, o reconhecimento e a formalização da responsabilidade científica nas intervenções em património. Isto ligava-se muito com uma política de busca de proximidade, com a regionalização e a desconcentração. Foram criados os primeiros serviços regionais vocacionados para intervir em património cultural.

O crescimento, lento e gradual, foi-se dando entre 1980 e 1990. Sentíamos que este novo sistema procurava promover o desenvolvimento de ações que exigiam o trabalho per-

manente de profissionais capazes de assegurar cronogramas específicos e garantir o apoio a projetos de trabalho e de investigação.

Ao longo dos anos, fomos percebendo a importância da investigação e da gestão de proximidade, da regionalização e desconcentração, da qualificação das equipas de trabalho, da qualificação e do suporte conceptual das tutelas da cultura e do património, das autarquias e dos autarcas inteligentes, da internacionalização, da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, além da ética.

As solicitações que fomos sentindo no desempenho diário reforçaram o que já então julgávamos fundamental e que podemos sintetizar como necessidade do desenvolvimento do ensino da história, da ciência e da técnica na educação escolar, assim como o reforço e encorajamento das ligações entre a investigação e o ensino, a todos os níveis, conscientes de que isso só se conseguia se dispuséssemos de recursos humanos nos diversos escalões profissionais.

Entretanto, a adesão de Portugal à CEE, depois denominada União Europeia, trouxe novas exigências. O ritmo explosivo de grandes obras públicas, com novos financiamentos e com rigorosos cronogramas de execução, começou a exigir respostas rápidas e por vezes até imediatas. Isto foi muito sentido no património e a resposta foi difícil porque não estávamos equipados com uma atualizada carta arqueológica para todo o país, mas também porque os ritmos do trabalho arqueológico não se conciliavam facilmente com os denominados "ritmos de rentabilidade" das obras de construção civil, públicas e privadas. Era evidente a falta de qualidade técnica e de sensibilidade preventiva nos processos de encomenda, do que resultava pouca qualidade na intervenção em património.

Os desafios que se colocavam para intervir em património nos anos 80 eram principalmente a falta de profissionais, a falta de empresas qualificadas e a tradicional limitação orçamental. Perante um mercado muito reduzido, as arquitetos, os engenheiros e os empreiteiros não se tinham preparado para trabalhar em consonância com os princípios de salvaguarda que começavam a ser apontados pela UNESCO. Também, por vezes, os métodos modernos custavam a ser admitidos pelas entidades da tutela, então muito preocupadas com o licenciamento centralizado das obras e no posterior controle remoto das execuções.

Os profissionais que nessa época constituíram as primeiras equipas do novo Instituto do Património (IPPC), sentiram a falta de técnicos especializados, profissionais, que constituíssem equipas com os arqueólogos e com outros técnicos superiores, capazes de viabilizar as intervenções específicas e garantir respostas aprofundadas.

Sentia-se que a formação de técnicos capazes de desenvolver os conteúdos funcionais exigia também reflexão sobre os novos perfis de competências e que esta conjugação só seria conseguida através de um ensino com grande vertente de formação em contexto de trabalho, já que para se ser eficaz teríamos de estar em consonância com as exigências práticas do dia a dia.

Em 1987 e 1988, numa ação do IPPC[3] e do IEFP, fizemos a experiência de formação de operários especializados para manutenção de estações arqueológicas. Tratava-se de formação sem certificação académica, garantindo tão só a qualificação profissional. Antes, Adília Alarcão, a partir do Museu de Conímbriga, tinha lançado formação pioneira para técnicos de conservação e restauro com incidência na arqueologia.

Pouco depois, Portugal atreveu-se a organizar cursos para garantir a dupla certificação, académica e profissional[4]. Em 1989, foi lançado pelo Ministério da Educação o projeto das escolas profissionais (AZEVEDO, 1994: p. 92), vocacionado para garantir aos jovens, em simultâneo, habilitação académica e qualificação profissional promovidas de forma inovadora, incentivando a *"participação visível dos atores sociais não tradicionais ao sistema formal de ensino"* (MARQUES, 1994: p. 74). Para o funcionamento destas escolas o Estado assegurava apoio financeiro e apoio técnico, especialmente dirigido ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos.

Em contrapartida, para este "novo ensino profissional" era exigido um projeto educativo próprio de cada escola, o qual, depois de reconhecido, se desenvolveria com autonomia pedagógica e com garantia de contexto de trabalho[5].

Globalmente, o Estado garantia a qualidade do sistema através de acompanhamento e inspeção e, principalmente, garantia a certificação das competências profissionais em simultâneo com a equivalência plena ao 12º ano para prossecução de estudos.

Como escreveu Vitorino Magalhães Godinho "*…aos 15 anos é difícil um jovem escolher carreira"* (GODINHO, 1974: p. 73). Esta situação foi reconhecida pelos promotores do ensino profissional que procuraram salvaguardá-la. De facto, o jovem que termina o curso profissional com 18 ou 19 anos, já com qualificação para o emprego, tem salvaguardada a possibilidade de prosseguir outros caminhos, incluindo o acesso ao ensino superior.

Depois destas decisões políticas, estavam criadas todas as condições para o lançamento da formação de "técnicos intermédios especializados". Era o momento ideal para o lançamento das formações que faltavam no âmbito da arqueologia e do património, desenvolvendo-se em "banda larga" a noção de intervenção em monumento ou sítio, denotando-se que crescentemente era indistinto o monumento do sítio: um e outro eram cada vez mais a mesma coisa, coerentemente articulados na Paisagem, com o intuito de os resgatar para o conhecimento.

Em 1990, foi criada a Escola Profissional de Arqueologia como escola pública e, com ela, o curso de "assistente de arqueólogo"[6]. Nos anos seguintes, por proposta das direções do IPPC e do sucedâneo IPPAR, foram analisadas necessidades de novas formações e criados os cursos de "assistente de conservação e restauro" e de "técnico de gestão e acolhimento", este com o intuito de especializar o desempenho profissional na relação com os públicos.

[3] IPPC – Instituto Português do Património Cultural. IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.

[4] Quando, na mesma data, comparamos a inovação portuguesa verificamos que a Espanha, através das "escolas taller", ficou exclusivamente pela formação profissional.

[5] Não foi por acaso que as escolas profissionais dedicadas exclusivamente a formação em património foram criadas em *Tongobriga* e em Mértola, sítios que garantiam condições de permanente contexto de trabalho, sem ambientes simulados.

[6] Destinado a jovens com o 9.º ano de escolaridade, com a duração de 3 anos. O assistente de arqueólogo, sempre sob a supervisão do arqueólogo, é o técnico que executa tarefas específicas de campo e de laboratório, entre as quais se contam: escavação, recolha, inventariação e tratamento de materiais arqueológicos; topografia, desenho e fotografia. Além disto, dele se espera que participe em atividades de estudo, conservação e valorização do património arqueológico.

Convém salientar as razões que nos levaram a propor ao Ministério da Cultura, através do então IPPC, e ao Ministério da Educação, então através do GETAP, a criação de uma escola vocacional para a área do património, inicialmente com vertente acentuada na arqueologia. As razões podem ser assim sintetizadas:

__ Necessidade de formação especializada de técnicos intermédios para intervir em património classificado[7];

__ Inexistência em Portugal de formação certificadora até 1990[8] (SANTOS, 1998: p. 304);

__ Especificidade e complexidade do trabalho técnico em património nacional classificado;

__ Especificidade da ética na intervenção em património cultural;

__ Responsabilidade constitucional dos órgãos do Estado na salvaguarda do património classificado;

__ Reconhecimento do património classificado como o bem mais "nobre" da identidade nacional;

__ Possibilidade desta escola funcionar num espaço que lhe pudesse servir de "oficina" diária, tal como os cursos de medicina e enfermagem usam o hospital como sua oficina quotidiana;

__ Reconhecimento conceptual do que devia ser uma escola vocacional e plena adequação aos objetivos pretendidos;

__ Reconhecimento de que a formação de técnicos capazes de desenvolver adequados conteúdos funcionais exigia reflexão sobre os novos perfis de competências e que esta conjugação só seria conseguida através de um ensino com grande vertente de formação em contexto de trabalho, já que para se ser eficaz teríamos de estar em consonância com as exigências práticas do dia a dia.

Decorridas décadas sobre a criação da escola, muitas intervenções e perspetivas jorraram sobre a área do património e alguns dirigentes, regionais e nacionais, contribuíram com distintas perspetivas, quer adequadas, quer estranhas ao indispensável empenhamento institucional. Decorridas três décadas, continuamos a defender que os objetivos iniciais estavam certos e eram adequados[9].

Mas, recordemos, a década de 90 "começou" em 9 de novembro de 1989 com a queda do muro de Berlim, espraiando o entendimento da identidade da Europa. Recordemos, também, que a mesma década "terminou" em 11 de setembro de 2001 com o ataque às torres gémeas e com tudo o que isso significou.

As alterações sociais e políticas que decorreram destes factos históricos, para além de outros, como a guerra civil jugoslava em que o património classificado foi alvo propositado

[7] Apesar das carreiras terem sido criadas em 1980 pelo Decreto-Lei 403/80 de 26 de setembro, e regulamentadas em 1983 por despacho conjunto do Ministério da Cultura e Coordenação Científica e do Ministério da Reforma Administrativa de 8 de abril, até 1990 não tinham sido realizadas quaisquer formações específicas.

[8] Em 1995 os trabalhadores na área do património, então mais inovadora, representavam 0,5% dos profissionais nas atividades culturais em Portugal, enquanto que na área dos museus e arquivos, então mais tradicional, representavam 12,8%.

[9] Muitos dos profissionais formados nas escolas profissionais dedicadas ao património integraram, em todo o país, quadros técnicos de estruturas municipais e do Estado.

de bombardeamento na Bósnia e na Croácia, mudaram perspetivas, prioridades e consequentes estratégias culturais, económicas e políticas.

Depois, as décadas do séc. XXI foram vividas sob o efeito do rápido crescimento da economia chinesa, do desenvolvimento impressionante da revolução digital, da pujança da juventude na primavera árabe, dos efeitos incomensuráveis do "*smartphone*".

A UNESCO e o Conselho da Europa publicaram nestas décadas muitas reflexões e propostas que ainda ajudam a abordar e a intervir em património, de que salientamos a Convenção da Paisagem e a Declaração de Namur pelas motivações e leituras abrangentes, desafiadoras para governos e para cidadãos.

Qualquer proposta de formação pensada em 2022 para ser aplicada na próxima década tem de ter, e responder, na prática, a estes reptos. Por outro lado, aproveitando as experiências de formação das últimas décadas, uma nova proposta de formação, especializada e profissional, para ser eficaz tem de se adequar às atuais respostas que os sistemas de ensino desenvolvem em Portugal.

3. O devir…

"Estamos hoje a decidir o que o mundo será em 2050, a preparar o que ele será em 2100. A nossa forma de agir determinará se os nossos filhos e os nossos netos viverão num mundo habitável ou se terão de lidar com um inferno, odiando-nos por isso. Para lhes deixarmos um planeta em condições dignas, é necessário pensar o futuro, compreender de onde ele vem e como agir sobre ele".

Assim Jacques Attali iniciava o texto do prefácio do livro *Breve História do Futuro,* editado em França em 2006 e em Portugal no ano seguinte (ATTALI, 2007).

Tal como Attali apontou, antes de 2030, todos, à exceção dos muito pobres, estarão ligados em todos os lugares a todas as redes de informação através de infraestruturas de banda larga, móveis e fixas. Todos estarão, assim, em situação de ubiquidade nómada. Estas infraestruturas permitirão também gerir melhor a segurança urbana, os congestionamentos dos transportes e a prevenção de catástrofes. Estas ligações em rede permitirão que diferentes cidadãos em distintos sítios, estejam presentes, em simultâneo, em atos e atividades, sem que se tenham de deslocar. As reuniões à distância, assim como conferências e aulas, que pareciam uma exceção complexa, tornou-se solução generalizada durante a recente pandemia do COVID, transformando a exceção em regra formalmente defendida. O computador, quer no uso de TAC adaptada, quer no levantamento gráfico de um monumento ou na leitura do subsolo por processos não invasivos, permite aos arquitetos e aos arqueó-

logos obter informações rápidas e rigorosas sobre solos e peças, o que até há poucos anos era inacessível ou demorado.

Também os motores de busca são atualmente ferramentas indispensáveis, vulgarizados no quotidiano por pessoas de todas as gerações e formações.

Atualmente, podemos acompanhar o percurso de um produto que encomendamos pela internet, sem provar e sem apalpar. Os robôs para uso doméstico generalizam-se, fazendo os mais distintos trabalhos. Os nossos automóveis já hoje nos alertam e nos transmitem, em permanência, as mais diversas informações, preventivas e cautelares.

Perante estas realidades em permanente mutação, se *quisermos saber que modelo de educação necessitamos para o século XXI, temos a necessidade de analisar a questão do ponto de vista social. Qual o género de mundo que nos espera nas próximas décadas?*

Embora tenhamos de reconhecer que existem diferenças culturais profundas entre as diferentes regiões do mundo e que em distintas regiões os problemas sociais, económicos e políticos são muito diferentes, também é preciso notar que no meio de tanta heterogeneidade existem algumas tendências comuns e universais que nos afetam a todos, embora com impacto diferente nas múltiplas populações do planeta.

Estas questões, embora à medida da época, já foram abordadas num encontro realizado em 1996, em que se debatiam as perspetivas para a educação no século XXI (STAVENHAGEN, 1996: p. 69).

Em 2022, depois da pandemia global que nos influenciou a todos, continuamos a não saber qual o género de mundo que nos espera nas próximas décadas. Percebemos que a globalização não se assumiu como mera moda histórica, mas foi oportunidade para romper com muitos laços tradicionais para, em contrapartida, compartilhar o progresso e o conforto à escala mundial. A globalização apontou-nos aspetos preocupantes, problemáticos e duvidosos. Se aparentemente a globalização apontava prioritariamente para alteração das relações económicas, aspeto em que se evidenciava, também implicou alterações muito significativas na transformação, mais ou menos paulatina, das identidades nacionais e na nossa visão imediata do mundo. Estas perspetivas imediatistas têm sido muito sentidas no património, onde se tem notado a excessiva osmose que o turismo por vezes impõe quando a orientação orçamental é só para os “monumentos que enchem o olho”, geralmente justificada por novos conceitos de ócio e apoios do marketing.

Também estas novas exigências e condicionantes do lazer na sociedade contemporânea, e o papel que o património representa no turismo cultural, prevenindo colisões culturais (BAPTISTA, 1997: p. 37), obrigam à melhoria da qualificação dos intervenientes e à sua especialização. Também, tal como em 1999 apontou Manuel Maria Carrilho, devemos exigir,

sempre, com ambição, novos objetivos e novas estratégias na definição de uma cidadania patrimonial como condição de sucesso de uma política de defesa e de valorização do património, assim como devemos apostar na qualificação que propicia o conhecimento, estimula a criatividade e aumenta a produtividade (CARRILHO, 2001: p. 111).

Tradicionalmente, na arquitetura de sistemas escolares, é considerada prioritária a capacidade e a responsabilidade de desenhar e construir um modo de escolarização que garanta a empregabilidade. Esta é uma perspetiva problemática e de difícil concretização num curto prazo, concentrada na observação local ou regional, não conseguindo responder ao âmbito nacional. Recordo um apontamento que João Lobo Antunes salientava na formação na medicina: "*um médico necessita não só de ser ensinado, como também treinado. Por ensinar refiro-me à transmissão de conhecimentos, e para isso dependemos dos nossos mestres; por treino quero significar o cultivar das aptidões que dependem das nossas oportunidades e de nós próprios*" (ANTUNES, 1996: p. 34).

Numa entrevista no Diário de Notícias em junho de 2022, o reitor da Universidade do Porto, salientou que *"hoje em dia, não conseguimos prever o que serão as profissões do futuro. A evolução do conhecimento faz-se a tal velocidade, que nós temos sobretudo de formar pessoas que saibam pensar e adaptar-se aos desafios do futuro."*

Numa reflexão sobre a evolução do reconhecimento do património em Portugal, da sua investigação, recuperação e gestão, julgo que seria muito útil o desenvolvimento de um contrato social entre os atores (COLARDELLE , 1998: p. 123) que nele intervêm e o Estado, com o objetivo de garantir formação especializada e permanente reflexão aprofundada, em complemento das formações que o ensino superior já proporciona, atuando a montante e a jusante destas, em consonância com as exigências da progressão ajustada de carreiras profissionais na área do património cultural.

Julgo que deveria ser assumida politicamente pela tutela a existência de uma "Academia de Património", de âmbito nacional, credibilizada e com a preocupação de transversalidade de áreas científicas e técnicas. Deveria ser privilegiada a fórmula de parcerias institucionais que favorecesse a confluência de ideias que vai além da influência que motiva mimetismos usados nas estratégias de intervenção.

Esta "Academia de Património" deveria ser defensora intransigente da ideia de educação durante toda a vida, o que sugere uma grande dependência entre a sociedade, a atividade económica e os sistemas educativos, tanto formais como informais, defendendo alternativas à escola como espaço físico educativo exclusivo, embora sem o recusar quando necessário.

Devia permitir ao cidadão programar com flexibilidade a sua vida, aproveitar as oportunidades e possibilidades que se lhe deparam, facilitar nas diferentes fases da vida a transição entre a formação, o trabalho e os tempos livres.

Figura 1__ Uma "Academia de Património", assumidamente promotora da interdisciplinaridade, poderia ajudar a refletir sobre este tipo de exemplos, para que uma solução encontrada para facilitação de acesso de público a um sítio não condene o próprio sítio. Neste caso, um elevador panorâmico irrompe do telhado do edifício que serve de receção e acolhe as lojas.

© Lino Tavares Dias

Costuma dizer-se que temos de estancar a hemorragia de recursos humanos com qualidade insubstituível que emigra para economias e sociedades que os valorizam. Mas, antes, temos de estancar a hemorragia de jovens que são obrigados a sair das suas terras para estudarem longe, sem vislumbrarem hipóteses de a elas regressarem e poderem ser úteis no futuro. O emprego local e regional nos diversos setores do património pode ser uma das soluções, se bem planeado e pensado com sustentabilidade, permitindo horizontes para quem sai do lugar de residência familiar para receber formação especializada e, depois, regressa para a aplicar de modo suportado numa rede de atualização permanente em que fica integrado.

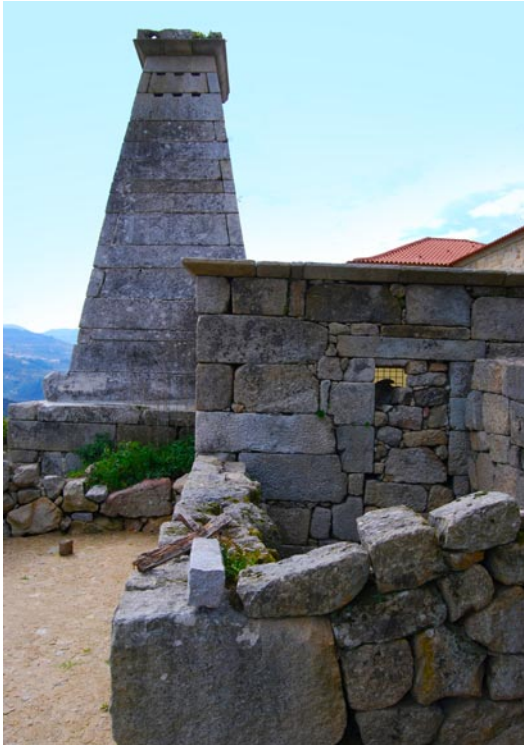

Figura 2__ Num projeto recente do arquiteto Siza Vieira no Mosteiro de Ancede o espaço da cozinha foi assumido como ruína, opção com manifesto impacto visual e qualidade estética. Mas, por vezes, a arqueologia da arquitetura, como prévia investigação interdisciplinar, consegue acrescentar explicações que permitem salientar, em planos globais de intervenção, muitas outras características valorativas dos usos originais e seculares dos espaços dos monumentos. A "Academia de Património" poderia contribuir para a reflexão e discussão transdisciplinar destas situações.

© Lino Tavares Dias

Nos próximos anos, na próxima década, a "Academia de Património" deveria ter intervenção concreta em dois níveis específicos, ambos valorizando a perspetiva vocacional do cidadão e permitindo-lhe contrariar a limitação do que lhe é oferecido perto de casa.

O primeiro nível promoveria, na busca da excelência, a formação com características profissionais, através de "cursos técnicos superiores profissionais"[10], com duração de dois anos letivos (quatro semestres), com grande incidência em contexto de trabalho, herdando, por exemplo, embora agora reajustado ao ensino superior, o que foi objetivo da Escola Profissional de Arqueologia enquanto única escola pública criada em 1990, há mais de 30 anos. Este nível de ensino superior politécnico exige instalações permanentes adequadas, laboratoriais e de campo, tal como aconteceu com o ensino profissional secundário.

A "Academia de Património", onde se integraria a escola especializada, pública, assumida no ensino politécnico, formaria, e através dela certificaria, por exemplo, assistentes de arqueólogo, assistentes de conservação e restauro, assistentes de acolhimento e receção, entre outros julgados oportunos para intervir em qualquer espaço nacional. Os estudantes terminavam os seus cursos com qualificação profissional e académica para que pudessem empenhar-se desde logo na profissão, em autarquias, na administração pública, ou na atividade empresarial, embora também pudessem optar por prosseguir para outros níveis do ensino superior.

[10] O regime jurídico do curso técnico superior profissional encontra-se previsto no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto.

Figura 3__ No Palácio dos Papas, em Avignon, França, apesar de receber grandes afluxos turísticos, o visitante é confrontado com soluções de manutenção que surpreendem pela singeleza de intervenção, propositadamente muito limitada à limpeza de estruturas originais. São soluções desafiadoras que pela ousadia minimalista podem servir de reflexão pluridisciplinar em uma "Academia de Património".

© Lino Tavares Dias

Os cursos técnicos superiores profissionais estão formalmente reconhecidos e financiados, inseridos no ensino politécnico, sendo fundamental a estabilização de um corpo docente credível e especializado que desse suporte à qualidade científica, técnica e ética que uma escola especializada em património cultural exige, com muito trabalho em ambiente de laboratório[11] e com garantias manifestas de verdadeiro contexto de trabalho durante a formação integrada. Neste tipo de formação, para além do um cuidadoso plano de conteúdos curriculares, os contextos de trabalho são vertentes determinantes para o êxito pessoal e profissional dos estudantes. Um bom e atempado planeamento com âmbito nacional na articulação com entidades pública e privadas, assim como com investigadores que trabalham diversas áreas científicas nos diversos pontos do país, poderia tornar memoravelmente rentáveis, para todos, os tempos de contexto de trabalho que existem ao longo de todo o curso.

Estes cursos agora redimensionados em consonância com as exigências da progressão das carreiras profissionais, poderiam e deveriam acolher estudantes de todo o país e internacionais, garantindo-se condições de alojamento. Esta perspetiva de alojamento foi tentada na Escola Profissional de Arqueologia logo na década de 90, e incluía a construção de uma residência para a qual existiu projeto, terreno e financiamento[12]. Esta perspetiva integrada é fundamental para o êxito e credibilização de uma formação especializada que propicie competências e capacidades para intervir na área do património cultural. O reconhecimento formal que este tipo de curso tem no âmbito da União Europeia, poderia ser propiciador de

[11] A Escola Profissional de Arqueologia, única escola pública na área do património, foi equipada desde a década de 90 com laboratórios e equipamentos indispensáveis ao desenvolvimento de formação especializada. A falta de ambição cultural e o descuido institucional fez regredir gradualmente os objetivos iniciais a que esta escola se propunha.

[12] A criação de condições de acolhimento foi uma preocupação dos responsáveis por esta escola profissional logo na década de 90. Foi prevista a construção de uma residência académica para a qual existiu projeto de arquitetura e especialidades, terreno e financiamento. Mas as vontades políticas mudam com os tempos e os empenhos vão-se esvaindo.

internacionalização, quer porque pode ampliar empregabilidade dos técnicos, quer porque pode garantir prossecução em outras outras experiências de formação ao longo da vida.

Mas, se não for encarado de modo articulado a formação e o alojamento académico, para além da internacionalização, esta escola especializada, logo que ultrapassado o impacto inicial e o efeito novidade que motiva vontades especiais, tal como aconteceu na década de 90 com o ensino profissional, corre o risco de se reduzir e limitar à expressão local ou regional e de não conseguir acolher os bons estudantes, vocacionados, que existem dispersos por todo o país.

Com empenhamento de bons docentes e de profissionais de património com provas dadas, com manifesto suporte político das tutelas da cultura e da educação, esta formação realizada em ambiente de escola especializada poderia ser de êxito num futuro próximo, não

Figura 4__ Na salvaguarda de um monumento, de um sítio ou de paisagem cultural, quais são os limites das áreas envolventes que, em concreto, os podem defender?

Aponto dois exemplos recolhidos em 2022, demonstrativos de diferentes opções de gestão da paisagem cultural usadas nas áreas de salvaguarda do Coliseu em Roma e da Ponte da Arrábida no Porto.

A busca de respostas sérias e adequadas a este tipo de situações devia ser motivo de reflexão interdisciplinar aprofundada em uma "Academia de Património".

© Lino Tavares Dias

só porque já está experimentada, como também financiada e formalmente reconhecida. Tem, tão só, de ser bem gerida, com planos pedagógicos repensados, tecnologicamente redimensionada e politicamente assumida.

O segundo nível de intervenção da "Academia de Património" seria destinado a cidadãos já com formação superior. Poderia funcionar num sistema bastante desmaterializado, sem necessidade de instalações próprias permanentes, numa perspetiva muito semelhante ao que acontece há décadas com o curso de auditores de defesa nacional, promovido pelo Ministério da Defesa. Todos os anos, são reunidas personalidades, técnicos e investigadores que, através de conferências, atualizam perspetivas e conteúdos, transmitindo as dinâmicas, as problemáticas e as experiências mais atualizadas. São cursos de afirmação da transversalidade do conhecimento, compostos por conferências, sessões práticas e visitas técnicas enquadradas num cuidadoso cronograma.

Também temos vindo a assistir, e até a participar como docente, ao longo dos anos, em vários cursos de estudos avançados em património, promovidos por faculdades de letras, de arquitetura, de engenharia ou de artes. São cursos com conteúdos interessantes, mas abordados de forma redutora, disciplinar. O desafio da intervenção em património exige leituras mais holísticas.

Dois cursos deste tipo foram organizados no Porto, pela direção regional do IPPAR, nos anos de 2003 e 2004, com êxito reconhecido[13].

Agora, a perspetivar 2030, um curso anual promovido pela "Academia de Património", de âmbito nacional, reuniria um corpo docente flexível, com formação e experiências transversais, conferencistas não só portugueses que, ao longo do ano académico, com cronograma adequado, discutiria as mais recentes realidades e as mais modernas metodologias. Os alunos, assumidos como auditores, seriam cidadãos já habilitados com cursos superiores das mais distintas formações, desde a História e Arqueologia, Arquitetura ou Engenharia, Gestão ou Direito, Geografia e Turismo, entre outras, para quem serviria como especialização.

Com esta abrangência e com as facilidades de comunicação que as plataformas nos permitem na atualidade, a "Academia de Património" poderia ser uma solução para a construção de uma rede de conhecimentos na área específica da intervenção, com a particularidade única de se poder desenvolver a partir da entidade de quem imanam as regras e as metodologias de intervenção concreta, prática, experimentada, reconhecida e avaliada[14].

A riqueza da formação pluridisciplinar, incentivando a reflexão e a discussão, podia ser garantida e fortalecida pela diversidade dos intervenientes, sejam os alunos (auditores), sejam os docentes (conferencistas).

Com intervenção empenhada nestes dois níveis, superior profissional e pós-universitário, a "Academia de Património" garantiria a formação estabilizada de técnicos capazes de assumir um determinado elenco de atos técnicos, para além de integrarem equipas qualificadas para intervir em património e, também, por outro lado, garantiria a qualificação atualizada de cidadãos altamente qualificados para intervir, na prática, em planos e projetos transversais e globais.

Obviamente e em simultâneo, deveria ser incentivado o diálogo com as instituições universitárias e politécnicas portuguesas, europeias e estrangeiras que, afinal, garantem a formação superior formal ao nível de licenciaturas, mestrados e doutoramentos específicos.

Perante a realidade da população portuguesa e perante a necessidade sentida nas últimas décadas nos domínios do património, julgo que este seria um caminho. Para já é apenas um desejo, assumido na perspetiva de que "*o desejo não se sacia, mas aprofunda-se*" (MENDONÇA, 2019: p. 49).

[13] Formação com financiamento no âmbito do III QCA 2000-2007 foi suportada por um plano de conferências com limite de 120 minutos (apresentação e debate). Integrou 40 conferências e 10 sessões práticas.

[14] Ao longo dos anos, foram mudando de designação ao gosto da moda: IPPC, IPPAR, DGPC, Delegação ou Direção Regional da Cultura.

A “Academia de Património” poderia ser, também, um desafio capaz de congregar esforços, rentabilizar investimentos, promover a reflexão, além de incentivar a indispensável avaliação permanente. Em contrapartida, este desafio exigiria empenho político, mas provaria sensibilidade e respeito pelo património cultural como prioritário da nossa identidade.

A caminho de museus mais colaborativos

Joana
Sousa Monteiro

Introdução

Sem intenção de tentar qualquer exercício de adivinhação nem de antecipar mudanças, coube-nos elaborar um exercício de reflexão sobre algumas das tendências para o setor dos museus no presente e no que imaginamos venham a ser os próximos tempos. Apontamos, assim, caminhos de desenvolvimento, nalguns casos já experimentados no presente e, por vezes, confundíveis com desejos, que nos levem a museus mais relevantes e mais colaborativos.

A essa "instituição bizarra"[1] que é o museu, está indelevelmente associado o paradoxo de ser uma entidade que se dedica a estudar, conservar e salvaguardar património para as gerações futuras, e, em simultâneo, a ser acessível, inclusiva e agregadora de uma vasta diversidade de públicos.

Iniciamos esta reflexão a partir de alterações conceptuais e estratégicas patentes em documentos normativos que apontam vias de futuro para os museus, nomeadamente respeitantes à nova definição de museu e a linhas de ação consentâneas com algumas das grandes questões do mundo atual. Indicamos valores e princípios, e refletimos sobre a complementaridade entre as funções tradicionais e necessárias dos museus (investigação, conservação, documentação, exposição e educação) e o seu papel expandido como agentes de construção de cidadania.

Posteriormente, indicamos perspetivas sobre como a orientação para a inclusão e para a democratização da cultura podem transformar as práticas museológicas, incluindo no que respeita a processos de descolonização e à promoção da justiça social e da equidade. Acrescentamos algumas considerações acerca do papel dos museus no bem-estar e na

[1] Expressão de François Mairesse em *Le Musée Hibride* (2010).

sustentabilidade, como motor de desenvolvimento socioeconómico dos seus territórios. Apontamos, ainda, a importância da transformação digital e das respetivas ferramentas de acessibilidade e de democratização dos museus e dos seus conteúdos.

Museus, um território imenso de potencialidades

Comecemos por mencionar a existência de uma nova definição de museu, emanada do Conselho Internacional de Museus[2] em 2022. Volvidos cerca de cinco anos de debate, publicações e reuniões, passando pela não aprovação da polémica primeira proposta de nova definição de museu apresentada na 25.ª conferência geral do ICOM em 2019, em Quioto, a atual definição foi aprovada na última conferência geral do ICOM, em Praga: *"Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento"* (ICOM PORTUGAL, 2022).

Comparando a atual definição com a formulação anterior, em vigor desde 2007, assinala-se a permanência e o reafirmar das características estruturais dos museus, mas também a abertura a questões contemporâneas fundamentais tais como a inclusão, a diversidade, a sustentabilidade, a ética, a participação, a reflexão e a partilha. Houve, no entanto, vozes de desapontamento por não se ter optado por uma versão mais progressista que, nomeadamente, explicitasse a descolonização como linha de atuação recomendada[3]. De todo o modo, se alguns daqueles vocábulos podem ser considerados naturalmente associados à prática museológica (como a ética, a reflexão e a partilha), não deixa de ser significativa a modernidade da nomeação da diversidade, da inclusão, da sustentabilidade e da participação. Mais do que ideias inspiradoras, são responsabilidades que se apontam para reflexão e atuação em conformidade.

A proposta que não foi aceite em 2019 pela maioria dos membros votantes do ICOM[4], representando comités nacionais (incluindo o ICOM Portugal), comités internacionais temáticos[5] e alianças regionais (tais como o ICOM Europa, então liderado por Luís Raposo), não corresponderia a uma definição operativa para museus e tutelas a nível mundial. Não tendo aqui cabimento os detalhes do debate que pontificou esse capítulo da museologia, importa ressaltar alguns vocábulos da primeira proposta de definição que cremos serem significativos no presente e para o futuro próximo do setor: democratização, pluralidade, diálogo crítico, igualdade global, transparência, justiça social, bem-estar planetário.

[2] ICOM – a organização internacional não-governamental de museus e profissionais de museus dedicada à investigação, conservação e comunicação do património do mundo, presente e futuro, material e imaterial, que conta com mais de 45 mil membros.

[3] Ver, por exemplo, o artigo da ArtNet News, *After Years of Debate, Leading Experts Have Finally Decided What Defines an Ideal Museum. Did They Not Go Far Enough?*

[4] ICOM Portugal (2019). "Os Museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefactos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria ativa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objetivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário".

[5] Incluindo o CAMOC, Comité Internacional de Museus de Cidade, do qual era então Presidente.

Passemos para a Recomendação da UNESCO relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade (2015)[6]. Dirige-se aos profissionais de museus, mas sobretudo aos Estados Membros, constituindo um instrumento normativo global para o setor. Para além de reafirmar o papel dos museus enquanto pilar da sociedade, passíveis de proporcionar acesso universal à cultura e de caracterizar a atualidade das funções museológicas, o documento refere a sua potencial relevância na coesão social, na construção de cidadania, no impulsionar da criatividade, na melhoria da qualidade de vida, assim como na promoção dos direitos humanos, da igualdade de género e da inclusão[7].

Já a Carta de Porto Santo (2021), relativa ao setor da cultura, desenvolve, entre outros aspetos, a responsabilidade do trabalho orientado para uma inclusão plena, para a promoção da democracia e para a construção de cidadania ativa. Referimos, por exemplo, a chamada das instituições culturais a considerarem *"as necessidades específicas das pessoas e das comunidades, as suas origens étnicas, religiosas, sociais e económicas, as deficiências físicas, sensoriais e intelectuais e outras necessidades relacionadas com a deslocação e os transportes."* Indica, de igual modo, o valor de uma programação que abranja questões sociais prementes para o estímulo de consciências sociais e culturais mais atentas aos valores da democracia, diversidade e igualdade[8].

Na mesma linha de pensamento, e a propósito de como poderão os museus contribuir para o bem comum no futuro, refere Sara Brighenti que a educação e a mediação nos museus *"podem (e devem) ser entendidas como formas de ativismo que servem de apoio ao exercício da cidadania plena porque partem da realidade, do problema e da sua complexidade para a abordagem ao objeto ou ao bem cultural/ artístico/ patrimonial"* (BRIGHENTI, 2022).

Figura 1__ Actividade de mediação cultural.
@ Museu de Lisboa

[6] Referimo-nos à tradução não oficial da Recomendação da UNESCO, realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus e revista pelo ICOM Portugal.

[7] Referências, nomeadamente, aos pontos 3, 12, 14, 17 e 18 da mesma Recomendação da UNESCO.

[8] Conferência de Porto Santo (2021). *Carta do Porto Santo – A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf. Nomeadamente nos pontos 23 e 25.

Fundamental para o setor museológico nacional é o Relatório Final do Grupo de Projeto Museus no Futuro, coordenado por Clara Camacho e dirigido ao universo de museus, palácios e monumentos tutelados pela Direção-Geral do Património. Indica caminhos estruturantes, designadamente nas áreas da relação entre museus e tutelas, da gestão dos museus, das redes e parcerias, da transformação digital, da gestão de coleções incluindo a conservação, investigação, inventário e circulação de bens, e, ainda, na área dos públicos e da mediação. De acordo com o Relatório, *"é tendencial a constatação do impacto dos museus e dos monumentos na qualidade de vida, na melhoria da saúde física e mental, na promoção da autoconfiança e do empoderamento, no reforço do sentimento de pertença, na participação cidadã e na inspiração da criatividade e da curiosidade"* (CAMACHO, 2020).

Desde 2012, o Center for the Future of Museums, da American Alliance of Museums, edita uma publicação digital anual sobre tendências do presente e para o futuro no setor dos museus, alternando entre cenários assumidamente futuristas e ficcionais e a apresentação de linhas orientadoras para futuros realistas com base em exemplos concretos. Nos últimos anos, e excetuando o cenário diretamente resultante do contexto pandémico de 2020, podemos encontrar referências a questões estruturantes, ou mesmo fraturantes, que devem ser objeto de reflexão, tais como resiliência climática, reconciliação e verdade, criatividade e economia colaborativa, desenvolvimento de saúde mental e bem-estar, e serviço público de proximidade e vizinhança.

No cenário de 2022, os museus são vistos como infraestruturas comunitárias em potência, com capacidade de atuação em cinco pilares de desenvolvimento: na educação informal para os jovens; na integração comunitária para seniores; na melhoria da saúde mental de todos; na capacidade de resposta em face de desastres; e no "redimensionamento do mundo", propondo alternativas sustentáveis e criativas ao crescimento continuado impossível de manter (CENTER FOR THE FUTURE OF MUSEUMS, 2022).

Desde 2020 que o tema anualmente escolhido pelo ICOM para celebrar o Dia Internacional dos Museus, a 18 de maio, se articula com um ou mais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030[9]. Para 2023, a proposta mais votada foi "Museus, Sustentabilidade e Bem-estar", referindo-se a dois assuntos que podem, e devem, ser relacionados e que constituem questões essenciais no presente e no futuro: a sustentabilidade, no sentido holístico da Agenda 2030 (nas dimensões social, económica e ambiental), e o bem-estar individual e social, vistos como fatores de desenvolvimento complementares. Consideradas instituições fiáveis e importantes elementos do tecido social que partilhamos, os museus têm a possibilidade de criar mudanças positivas progressivas em prol do bem-estar e do desenvolvimento sustentável das nossas comunidades[10].

[9] Nações Unidas. Centro Regional para a Europa Ocidental. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em: https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/.

[10] Em 2023, os museus são convidados a concentrar esforços na promoção de atividades que se relacionem com os objetivos de desenvolvimento sustentável números 3 (saúde e bem-estar), 13 (ação climática) e 15 (proteger a vida terrestre). Entretanto, prepara-se a próxima edição da publicação *Museum International* sobre a temática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Valores e princípios de museus transformadores

Sabemos que os museus representam nações, cidades ou regiões; são caixas-fortes de bens de relevância patrimonial; são atrações turísticas e geradoras de valor; são repositórios de memórias e motivo de orgulho pelos patrimónios materiais e imateriais que conservam, estudam e divulgam; são fontes de aprendizagem informal e construtores de espírito de comunidade. Alguns museus trabalham com a sociedade e não para a sociedade, reconhecendo que as pessoas não querem só ver, mas também fazer e interagir, tornando-se produtoras de conhecimento, o que exige competências de literacia cívica, digital e ambiental (FILIPE e CAMACHO, 2018).

Mas se os museus podem ser agentes de mudança da sociedade, são primeiro um seu produto e reflexo. Fazem parte do fenómeno geopolítico da globalização e inserem-se em enquadramentos socioculturais e políticos locais, assim como em tendências globais. Será importante recordar que são instituições que não deixam de veicular discursos e modos de comunicação creditados, ou pelo menos aceites pelas suas entidades de tutela, o que pode ser irónico (FLEMING, 2019). São instrumentos de poder que dão voz, e que também silenciam. Os museus não são neutros, não o eram e não o serão.

A NEMO (The Network of European Museum Organisations) empreendeu um projeto de sistematização dos valores mais significativos dos museus, organizados em quatro tipologias: o valor das coleções, a importância da sua acessibilidade aos públicos e da atualização do conhecimento que lhes está associado; o valor social, com ênfase na atenção às alterações demográficas das populações; o valor educacional dirigido a todos os públicos, de todas as idades e contextos socioculturais; e o valor económico, porventura menos conhecido, mas não menos fundamental para o desenvolvimento das comunidades e dos próprios museus. Será vital para os museus no presente e no futuro poder incrementar os seus valores em colaboração com agentes sociais e culturais dos seus respetivos contextos (NEMO, s/data).

De entre os princípios que deverão nortear os museus na atualidade e no futuro, destacamos os seguintes, baseando-nos em Graham Black (BLACK, 2018):

1) As coleções que os museus celebram e cuidam são fundamentais, mas o que mais importa é o que fazemos com elas;

2) O objetivo dos museus começa e termina na sua relação com os públicos, e deve refletir a sociedade que os museus servem. Abordagens participativas podem resultar na partilha de autoridade em que a voz do museu não é a única válida;

3) Os museus são para todas as pessoas, partilham caminhos de descoberta em parceria com as suas comunidades, entre iguais;

4) Os museus podem libertar as suas coleções, no sentido da transição digital, tornando os acervos mais facilmente conhecidos, informativos e atrativos;

5) As organizações museológicas devem tornar-se entidades participativas do século XXI. O mundo está em mudança, como sempre esteve, e com ele também estão a mudar, muito rapidamente, os públicos, as suas expetativas, e os modos de financiamento;

6) Um dos aspetos mais entusiasmantes deste setor é o facto de cada museu ser único, com as suas coleções, histórias para contar e comunidades com quem se relacionar, o que abre um campo imenso de especificidades.

Figura 2__ Performance do grupo Guerberoff a partir da exposição "Do Tirar polo Natural. Inquérito ao Retrato Português", Museu Nacional de Arte Antiga (2018).
@ DGPC/ MNAA

Um terreno fértil de potencialidades

O contraste entre as funções tradicionais dos museus e o seu papel expandido como agentes da vida comunitária e do progresso social intensificou-se muito com o dealbar da pandemia por Covid 19, mas já se vinha desenhando anteriormente em museus situados na Europa e na América, mas também em África, na Austrália e na Ásia (SZÁNTÓ, 2020). Esta tensão sugere uma mistura de ambição e ansiedade latente nos museus que avançam pelo século XXI (SZÁNTÓ, 2020).

Podemos imaginar o futuro próximo dos museus como um movimento largo de voo de águia, a caminho de uma visão mais ampla e global do mundo, que os tornará mais permeáveis ao seu entorno, mais inclusivos e mais colaborativos com as comunidades que servem.

Esse movimento amplo para uma postura mais atenta, proativa e colaborativa, implica algum distanciamento do núcleo-duro das coleções, das exposições permanentes e dos públicos habituais. Mais do que alterar modelos antigos, quebrar muros, ou atuar "fora da caixa", importará perceber e, se possível, avaliar, que impactos têm ou podem vir a ter os museus nas suas comunidades de hoje, e como poderão esses impactos ser mais relevantes no futuro.

O desenvolvimento de estratégias orientadas para a relevância do posicionamento e da oferta é inerente a qualquer museu que se quer atuante no seu contexto. E, no entanto, a relevância "move-se", é um alvo instável na proporção da velocidade com que o mundo de hoje se transforma (SIMON, 2016), o que complexifica a extensão do desafio. Aberto e plural, o museu torna-se não apenas veículo de memória e mediador cultural multiforme, mas também promotor de compreensão de identidades individuais e coletivas, em que a multipolaridade e a "pluri-socialização" serão o ómega do seu quotidiano (EIDELMAN, 2017).

De modo algum se tratará de relegar para segundo plano as funções basilares de qualquer museu concretizadas na conservação, na investigação e no inventário das suas coleções, assim como no investimento em variados modos de comunicação por meio de exposições, edições e programação associada, física e digital. Procura-se, antes, sublinhar a importância do caminho que tem sido trilhado de transformação dos museus em espaços de encontro, de pensamento crítico e de diálogo, tendência que esperamos se aprofunde no futuro, para além e a partir do incessante trabalho de estudo e conservação das coleções independentemente das cronologias e das tipologias de cada um.

Longínquos vão os tempos dos gabinetes de curiosidades e dos primeiros museus herdeiros da ideia fundacional do templo das musas. Não tão longe estão museus marcadamente elitistas que se dirigem menos a públicos pouco conhecedores, ou não tão familiarizados com linguagens históricas e artísticas dominadas por grupos de contextos sociais e culturais específicos.

O movimento de abertura às comunidades e de democratização de narrativas museográficas começou há muito, desde as décadas de 1960 e 1970, destacando-se a Declaração de Santiago do Chile (1972) e o dealbar dos ecomuseus e dos museus comunitários, amiúde resultando de iniciativas autárquicas e associativas, também no nosso país, cujas ramificações e influências se estendem até ao panorama museológico atual[11]. Com maior ou menor ligação a esse alargamento do campo museológico, é indiscutível a tendência para a diversificação de públicos, a ampliação da oferta programática e uma maior permeabilidade dos museus, físicos e digitais, ao mundo que os rodeia.

Logo em 1999, Stephen Weil afirmava que nos museus emergentes ou em transformação a capacidade de resposta às comunidades envolventes não deve ser entendida como rendição, mas, quase literalmente, como o cumprimento último dos seus objetivos (WEIL, 1999). Dito de outro modo, uma das tendências globais mais marcantes é o aumento da permeabilidade dos museus às necessidades dos públicos e à promoção da democracia nas instituições culturais (Fleming, 2019).

Manter-se atual significa assumir um compromisso para com a inclusão, seja através da criação de maior entendimento entre culturas, seja pela contribuição para um mundo mais sustentável, ou pelo enfoque no bem-estar. O pacto com a inclusão deve fazer parte do ADN dos museus atualmente relevantes (Esme Ward, Manchester Museum)[12].

[11] A este respeito ver, por exemplo, a recente obra: Cândido, Manuelina e Papoalardo, Giusy, Ed. (2022). *Babel Tower. Museums in Dialogue*. Paris: ICOFOM.

[12] De acordo com Esme Ward, diretora do Manchester Museum, em artigo na Museum Next. Murphy, A. (2021). *Hello Future: Manchester Museum's redevelopment – becoming 'the museum our city needs'. Museum Next*. https://www.museumnext.com/article/hello-future-manchester-museums-redevelopment-becoming-the-museum-our-city-needs/.

Durante a pandemia houve museus, assim como bibliotecas e outras entidades culturais, que assumiram papéis de centros cívicos e até de postos de vacinação abrindo com generosidade as suas portas às necessidades mais prementes das populações. Deverão os museus ser transformados no futuro em agentes de serviço cívico ou centros culturais híbridos? Será uma das muitas possibilidades. As fronteiras institucionais e estratégicas poderão ficar ainda mais fluídas. Haverá sempre tipologias de museus muito diversas, desde os museus focados apenas nas suas coleções, até entidades comunitárias sem coleções que também se identificam com a vocação museológica. Cremos que, no presente como no futuro, os museus se devem manter isso mesmo: instituições que desempenham as funções museológicas, assim se desenvolvam como entidades colaborativas e verdadeiramente inseridas no contexto do seu tempo.

Da Humanidade para a Humanidade? Pela justiça e para a equidade

Ancorados nas suas coleções, os museus são, antes de mais, sobre pessoas e para pessoas, instituições que se querem inclusivas, caminhando no sentido da justiça social e da equidade. Há algumas décadas que os museus se vão transformando em entidades mais acessíveis do ponto de vista físico, logístico e também das linguagens, tendo como meta a construção de um sentido de pertença passível de abranger todos os tipos de pessoas. Por mais evidente que tal meta possa parecer, na prática o caminho não é óbvio, nem é fácil, e parece longe de terminado[13].

Defende-se a autoridade partilhada do conhecimento permitindo o desenvolvimento de pontos de vista múltiplos, veiculados de modo acessível, não através da infantilização dos discursos ou da limitação dos campos disciplinares, mas trabalhando em níveis diferentes e complementares de descodificação de narrativas. Promove-se a humanização dos discursos também por via de narrativas na primeira pessoa, veiculando histórias, emoções e perspetivas concretas, tão diversas e complexas quanto o tecido social multi-identitário e multicultural das comunidades em que vivemos, e assim combatendo a invisibilidade de temas e pessoas tão ou mais relevantes e enriquecedoras quanto os tradicionais episódios gloriosos do passado.

O espaço museológico tem estado cada vez mais disponível para acolher e debater assuntos denominados “difíceis” ou “controversos” do passado e do presente, dando voz a temas historicamente excluídos da arena museológica. A título de exemplo, podem referir-se a escravatura, o racismo e as várias dimensões da discriminação das mulheres, das pessoas portadoras de deficiência, das comunidades LGBTQIA+, e de populações com distintas pertenças raciais e religiosas.

[13] A este propósito, vejam-se as ações de formação, conferências e atividades que a Acesso Cultura promove em Portugal desde há 10 anos.

[14] A este propósito, e para além de outras fontes, referimos os estudos divulgados por Dilenschneider, C. (2017 e 2019) *Know your Own Bone*, "In Museums We Trust. Here's How Much (Data Update)".

[15] Ribeiro, A. P. (2020). *¿Podemos descolonizar los museos?*, Bogotá: Ediciones Vestigio. A primeira versão do ensaio foi publicada em artigo com o mesmo título em língua portuguesa, "Podemos descolonizar os museus?" em Ribeiro, A. P. e Ribeiro, M. (2016). *Geometrias da Memória: configurações Pós-Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.

Figura 3__ Percurso intitulado "Destino Lisboa. Os lugares invisíveis da escravatura (I)" que integra o programa Percorrer Lisboa *(2023).*
@ Museu de Lisboa/ EGEAC

A entidade museu tem sido associada aos valores da credibilidade e da fiabilidade da informação e do conhecimento. Essa credibilidade tem, decerto, contribuído para a validação de investimentos privados e públicos na continuada criação e remodelação de museus[14]. A manutenção da reputação institucional positiva implica, e implicará porventura ainda mais no futuro, o seu reposicionamento no sentido da reparação, da reconciliação e, quando aplicável, da restituição de coleções aos seus locais, não de origem, mas de pertença, sobretudo em museus cujos países participaram em processos de colonização.

De acordo com George Abungu, muitos dos museus ocidentais com raízes em tempos de conquistas e colonialismos de diversa índole, dispõem de coleções emersas em contextos controversos e por vezes contraditórios. Alguns dos países ocidentais ostentam museus com coleções que podem incluir bens adquiridos sob coerção, tráfico ilícito ou pura conquista. Estas circunstâncias representam desafios globais que requerem soluções também globais, designadamente uma noção universal de museu que é inclusivo e justo, conhecedor do passado e orientado para o futuro (ABUNGU, 2019).

Assim, "os museus são pós-coloniais ou não são nada", como afirma Pinto Ribeiro (2016, p. 95; 2020, p.5), analisando, entre outros, o caso do Museu Real de África de Tervuren (Bélgica) que alterou a sua designação para AfricaMuseum em 2018 como parte do seu reposicionamento estratégico global[15]. Regressando a Abungu, se concordarmos que as desigualdades do passado provocadas pela escravatura e pela colonização ainda perduram não apenas nas esferas políticas e económicas, mas também em injustiças sociais que as narrativas dos museus ajudaram a manter, então a descolonização dos museus é um imperativo.

Na senda do que vários museus têm vindo a desenvolver[16], os tempos de confronto e mesmo de polarização poderão continuar no futuro exigindo um mais aprofundado conhecimento das coleções, da sua proveniência e trajeto, a atualização de inventários e a reparação de erros de interpretação de objetos, significados e contextos. Sem paternalismos nem condescendências, mas com a consciência da obrigação da coerência, se pretendemos museus inclusivos ao serviço da sociedade.

Dos temas que mais têm agitado a sociedade em torno dos museus, incluindo através de movimentos ativistas, destacam-se o combate ao racismo, a necessidade dos processos de descolonização e a denúncia de incumprimentos deontológicos, nomeadamente em questões de sustentabilidade e de direitos humanos[17]. A título de exemplo podem-se mencionar as ações empreendidas pelos grupos de ativistas "Decolonise the Museum" (Amesterdão), "Decolonize this Place" (Nova Iorque), "Berlin Postkolonial" ou o "Museum Detox" (Londres) (ANIM-ADDO, GOLDING e MODEST, 2022), entre outros em que artistas, poetas, pensadores, museólogos e historiadores convergem.

No nosso país, para além de alguns estudos académicos e movimentos ativistas sobre estas temáticas, refira-se o "Inquérito à presença de património proveniente de territórios não-europeus nos museus portugueses" promovido em 2021 pelo ICOM Portugal[18], estando em preparação um projeto referente ao mesmo tema no seio do Ministério da Cultura. É expectável que aumentem e se alarguem a mais museus e mais países, movimentos, projetos e políticas que denunciem eventuais incoerências entre a missão que preconizam e as práticas que implementam[19].

Figura 4__ Jardins de Verão, com curadoria de Dino d'Santiago, Fundação Calouste Gulbenkian. Integrou a programação associada à exposição "Europa Oxalá" (2022).
@ Bantumen

[16] Os processos de descolonização de museus e narrativas terão sido tornados mais urgentes no âmbito do movimento "Black Life Matters" iniciado após o trágico assassinato de George Floyd (25, maio, 2020), que deu origem à maior manifestação pelos direitos humanos de que há memória em cidades americanas.

[17] Vejam-se os processos de devolução de bronzes do Benim no Reino Unido e em França; de denúncias sobre o recurso a financiamentos de origem ilícita (casos Saatchi e Sackler, por exemplo); ou do questionamento de parcerias com empresas petrolíferas (caso BP em museus britânicos), entre outros exemplos.

[18] Os resultados foram publicados em: Felismino, D. e Amaro, G. (2021). Resultados do inquérito sobre a presença de património proveniente de territórios não-europeus em museus portugueses, pp 125-136. Boletim ICOM Portugal, Série III, n.º 17, dezembro.

[19] A este respeito poderão ser referidos exemplos praticados em museus diversos como no Rijksmuseum e no Tropenmuseum na Holanda, no Museu Etnológico de Berlim na Alemanha, no GlasgowLife Museum no Reino Unido, no Tervuren Museum na Bélgica, para além da lei francesa (2020) que ditou a implementação de processos de restituição de bens patrimoniais pertencentes a acervos públicos a instituições no Benim e no Senegal, entre tantos outros exemplos. Em paralelo, aumentam a criação e a remodelação de museus no continente africano, como, por exemplo, em Dakar, no Benim ou na cidade do Cabo.

Ser parte da solução: museus promotores de sustentabilidade económica, social e climática

Os museus são considerados parte integrante da economia do bem-estar e o seu valor económico tem vindo a ser objeto de investigação e de demonstração por meio de metodologias diversas. Economistas da cultura e outros especialistas centraram-se inicialmente nos efeitos económicos e financeiros decorrentes da correlação positiva entre museus, arquitetura e turismo, de que o denominado "efeito Bilbao" terá sido o expoente máximo, com efeitos na regeneração de uma cidade e região a partir de externalidades positivas duradouras.

O valor económico dos museus refere-se aos seus potenciais impactos no desenvolvimento socioeconómico das comunidades através de fluxos financeiros diretos, mas sobretudo indiretos e induzidos, que as atividades dos museus incentivam. Um museu dinâmico funciona como um ecossistema que abrange serviços integrantes das entidades de tutela e de outros órgãos políticos e administrativos nacionais, municipais e regionais, tanto do setor da cultura como do turismo e da educação. Os museus estimulam economicamente empresas, associações, fundações, especialistas individuais e outros implicados direta ou indiretamente na concretização das suas atividades, desde as áreas da conservação e da manutenção de edifícios, até às lojas e cafetarias, passando naturalmente pelas exposições, publicações, tecnologia, etc.

Nos últimos anos, o valor económico dos museus tem sido associado à sua capacidade de contribuir para o conhecimento, para a criatividade e, em particular, para o bem-estar de grupos e de indivíduos, com impactos positivos, indiretos, mas comprovados, nos domínios da saúde e do desenvolvimento socioeconómico de comunidades, cidades e regiões[20]. Este facto tem contribuído, e poderá vir a contribuir mais no futuro, para a justificação de investimentos públicos e privados na manutenção, remodelação e criação de museus[21].

Procura-se a flexibilização de modelos de governança e o encontro de soluções híbridas entre entidades públicas e privadas, complementadas por mais atuantes grupos de consulta comunitária[22]. Assumir relações de parceria mais eficientes e duradouras entre as esferas do Estado, da sociedade civil e do mercado parece ser crítico (KLAMER, 2012). De igual modo, será essencial fomentar verdadeiramente o mecenato, criando incentivos compensatórios e as bases para uma cultura filantrópica progressiva de partilha de responsabilidades. Para tal, relações mais fluídas, eficientes e devidamente reguladas entre instituições públicas e entidades privadas, coletivas e individuais, não dispensarão a existência de enquadramentos legais e normativos adequados, bem como de recursos humanos, financeiros e logísticos perenes e consonantes com a missão, a vocação e a escala de cada museu[23].

[20] Sobre a promoção do bem-estar em museus, e apenas a título de exemplo, ver: *The Heritage Alliance* (2020). *Heritage, Health and Wellbeing: a heritage alliance report*. UK; *Arts Council England* (2022). *Creative Health and Wellbeing, final report*; Falk, J. H. (2022). *The Value of Museums. Enhancing Societal Well-Being*. Maryland: Rowman & Littlefield; OECD/ICOM (2019). *Culture and Local Development: Maximising the Impact – a Guide for Local Governments, Communities and Museums*. Ed. OECD.

[21] A este propósito ver, apenas a título de exemplo, AAM/Oxford Economics (2017). *Museums as Economic Engines – A National Report. An Economic Impact Study for the American Alliance of Museums*. Também, NEMO (2016). *Money Matters: the economic value of museums.* Berlim: NEMO. Ainda, obras de P. L. Sacco, X. Greffe, F. Benhamou e A. Klamer, para além do supracitado guia da OCDE.

[22] Como propõe Camacho, C., Coord. (2020). *Grupo de Projeto Museus no Futuro – Relatório Final*. DGPC. Cap. III 1.

[23] De referir, de novo, o Relatório do Grupo de Projeto Museus de Futuro supracitado, nomeadamente no capítulo III, pontos 1 e 2.

Figura 5__ Programa "Marcar o Lugar: Encontros no Museu" destinado a pessoas com demência e seus cuidadores (2022). Foi, entretanto, criada a rede Museus para a Inclusão da Demência *com 12 instituições nacionais.*
@ Museu de Lisboa/ EGEAC

A este propósito, referimos o recente relatório da Comissão para a Cultura e para os Governos Locais do Reino Unido (2022) onde se recomendam ações imediatas para a salvaguarda de fundos estruturais públicos para a cultura no atual contexto de aumento significativo do custo de vida, incluindo da fatura energética. Seria tentador, afirmam os autores, considerar o investimento na cultura como um luxo difícil de priorizar, mas é exatamente agora que o desenvolvimento da cultura mais falta faz na sociedade. A justificação baseia-se em estudos que demonstram o retorno económico anual, direto e indireto, do investimento dos governos locais em atividades culturais em Inglaterra. É referida a importância demonstrada do setor cultural na capacidade de associar e unir pessoas, de contribuir para a conexão e a coesão social, de criar postos de trabalho, de desenvolver novas capacidades, e de promover a empatia e o pensamento crítico[24].

O documento estratégico para 2020-30 do Arts Council defende que o investimento em atividades e em organizações culturais, museus e bibliotecas ajuda a melhorar vidas, regenerar bairros, apoiar economias locais, atrair visitantes e aumentar a proximidade entre as pessoas, de resto em linha com indicadores de desenvolvimento da OCDE. Determina linhas concretas de apoio a museus, nomeadamente para projetos participativos e de inclusão, assim como de reinterpretação das coleções à luz do seu posicionamento global (ARTS COUNCIL, 2021).

A falta de dados estatísticos fiáveis e continuados, assim como de estudos de diagnóstico regulares e interdisciplinares, bem como a rara concretização de análises de impacto eco-

[24] Commission on Culture and Local Government, Report (2022). Mencionado em notícia da Museums Association, Adams, G. "Immediate action needed to safeguard council-funded culture, says report" (9 dezembro 2022), em https://www.museumsassociation.org/museums-journal/news/2022/12/immediate-action-needed-to-safeguard-council-funded-culture-says-report/#msdynttrid=Gy3m3flZErqfS8W-ts5caV9N0ctAQAYyU2QmOhRB0Fw.

nómico e social do setor cultural e patrimonial prejudicam o seu conhecimento e a sua valorização. Por consequência,poderão ficar limitados o desenho e a implementação de estratégias que sejam sustentadas, não tanto na noção da importância da cultura e da arte para a qualidade de vida e para a boa imagem de países ou regiões, mas principalmente no efetivo conhecimento da corelação direta e objetiva existente entre o grau de participação cultural regular e o desenvolvimento social e económico das comunidades. Será expectável que venham a aumentar os mecanismos de recolha de dados fiáveis e sistemáticos, e o subsequente investimento em diagnósticos e análises de impacto destinados ao suporte de políticas públicas perenes, com alocação de recursos suficientes para o desenvolvimento do setor, a nível local, regional e nacional.

A sustentabilidade é um tema imperativo na atualidade, com interseções com a inclusão, a igualdade e o bem-estar. A ênfase na qualidade de vida tem sido objeto de movimentos internacionais importantes, como os que se relacionam com a soberania e segurança alimentar, o Movimento Slow ("Slow Movement"), o Movimento de Transição (Transition Movement, e o Transition Town Movement), entre outros. Melhores transportes públicos, menos poluição, comunidades digitais, energias renováveis, maior coesão social e menos desigualdades são elementos habitualmente integrantes de cenários para um futuro sustentável (MADAN, 2011), dos quais as alterações climáticas e a limitação da biodiversidade também fazem parte. Vejam-se as agendas políticas não apenas da ONU (Agenda 2030), como do *Green Deal* – Pacto Económico Europeu (2019-2024)[25]. A estes movimentos junta-se o setor do património, desenvolvido, entre outros documentos, no relatório do ICOMOS, "Future of Our Pasts: Engaging Cultural Heritage in Climate Action"[26].

É de ressaltar o papel que as políticas públicas têm tido na divulgação e no incentivo ao cumprimento dos ODS pelos museus no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e sua priorização no sector, a par de outras dimensões. Deve também referir-se o papel importante que tem vindo a ser desempenhado nas últimas décadas por museus de história natural, centros de ciência e jardins botânicos na educação ambiental e na preservação de ecossistemas, muitas vezes apontando caminhos de interligação entre estudo e divulgação do património natural, sustentabilidade e discursos museológicos.

É expectável que, gradualmente, os museus vão implementando alterações de comportamento nas equipas e nos públicos em cumprimento da legislação em vigor (desde a reciclagem, ao menor uso de plásticos, à poupança de recursos naturais e energéticos, à compostagem, etc.). Será, de igual modo, desejável que os museus vão integrando na sua programação dirigida aos diversos públicos, à medida das suas missões e objetivos, modos de melhor informar e alertar as suas comunidades para tópicos de que de facto dependem a sobrevivência e o desenvolvimento do planeta e da espécie humana tal como os conhecemos hoje.

[25] *A European Green Deal – Striving to be the first climate neural continent*. Inclui as prioridades da descarbonização para uma energia mais limpa e renovável; descentralização e a promoção de circuitos curtos; digitalização, usando as tecnologias para aumentar a eficiência da gestão, etc.

[26] ICOMOS (2019). *"Future of Our Pasts: Engaging Cultural Heritage in Climate Action" report.* https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2459/1/CCHWG_final_print.pdf. O documento defende que a mudança se pode operar através de: "Supporting shifts in heritage approaches and methodologies necessitated by Climate Change; Providing a benchmark against with heritage actors may measure their engagement with climate change; For climate activists and policy-makers, increasing their understanding of and engagement with cultural heritage; Stimulating attention to existing research gaps and opportunities for collaboration with scientists and scholars on the intersections of climate change and cultural heritage".

Figura 6__ Instalação de um sistema de compostagem no jardim do Museu de Lisboa – Palácio Pimenta, no âmbito de uma das parcerias resultantes da exposição "Hortas de Lisboa – da Idade Média ao século XXI" (2020-21).
@ Museu de Lisboa/ EGEAC

Transformação digital e democratização do acesso

Antes vistos com alguma desconfiança, como potencial concorrência aos discursos museográficos tradicionais e como recursos muito dispendiosos apenas acessíveis a poucas instituições, as ferramentas digitais passaram a fazer parte do nosso mundo com maior ou menor grau de desenvolvimento e de eficácia. Os museus vão acompanhando o caminho da transformação digital em marcha há algum tempo, tendência que se deverá intensificar e que está relacionada com a democratização do acesso às coleções e aos conteúdos que os museus produzem para diferentes tipos de públicos e utilizadores.

A adaptação à inovação tecnológica tem a vantagem de atrair públicos jovens e de ajudar os museus a manterem-se atuais num universo competitivo. Adicionalmente, as ferramentas tecnológicas são fundamentais no processo de democratização dos museus, abrindo o conhecimento a diversas interpretações e assim descentralizando a sua autoridade e disponibilizando mais opções de aprendizagem e de experiências participativas (CARVALHO e MATOS, 2018).

Os meios digitais são importantes auxiliadores, senão mesmo fundamentais nos nossos dias e no futuro, numa estratégia de acessibilidade integrada, física, intelectual e social. Refira-se, a este propósito, o consórcio europeu "Mu.SA: Museum Sector Alliance" (2016-2020) que integrou parceiros portugueses e refletiu sobre a escassez de competências digitais e transferíveis no setor dos museus e o papel essencial da capacitação.

A digitalização foi assumida pela União Europeia como orientação estratégica com metas delineadas até 2030[27]. Digitalizar a documentação associada aos acervos, produzir imagens a duas ou três dimensões, desenvolver produtos digitais de realidade aumentada e outros que auxiliem a interpretação dos acervos e das narrativas, nomeadamente com recurso a

[27] Ver Commission Recommendation (EU) 2021/1970 of 10 November 2021 on a common European data space for cultural heritage – https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021H1970&qid=1652456540482&from=PT.

Figura 7__ Meios digitais na experiência museológica.
© Ana Carvalho

inteligência artificial, são apenas algumas das funcionalidades tecnológicas que certamente continuarão a ser experimentadas e inventadas no futuro. É significativa a existência no nosso país de medidas de apoio na área da transição digital, designadamente por meio do programa ProMuseus e do Plano de Recuperação e Resiliência em curso.

A pandemia por Covid 19 veio adicionar um sentido de urgência à digitalização de coleções e, mais ainda, à capacidade de comunicação online, através das redes sociais, dos websites e de vídeos. Muitos foram os museus, incluindo no nosso país, que desenvolveram conteúdos digitais novos, tanto durante os confinamentos, como após a reabertura ao público, o que se revelou uma experiência transformadora com mudanças que perduram no atual período dito pós-pandémico[28]. Em contraponto, a experiência da reabertura dos espaços culturais revelou uma mais acentuada necessidade do encontro entre pessoas, objetos e histórias, estabelecendo conexões que as tecnologias dificilmente substituem. Não se imaginam futuros que não sejam mais digitais do que o momento presente. Mas sugerem-se futuros em que as componentes digitais existentes, e ainda por forjar, sejam consideradas ferramentas complementares e não substitutos por inteiro da empatia, do encantamento, do confronto, da descoberta na relação com o outro.

[28] Vejam-se, a este respeito, os três relatórios sobre os museus e o Covid publicados pelo ICOM, assim como os estudos de síntese da UNESCO e da NEMO sobre o mesmo tema.

Museus colaborativos

Num estudo de prospetiva sobre os museus franceses em 2030 são apresentados cenários que apontam para que o museu se torne numa instituição local híbrida, baseada nos seus recursos únicos (coleções e profissionais capazes de inovar na interpretação e na mediação cultural), e que combine cultura, saúde, desenvolvimento social, economia colaborativa e a participação das populações (PAUGET, TOBELEM e BOOTZ, 2020).

Pretende-se que o museu seja "ético e cidadão" (EIDELMAN, 2017), não sentido como soberano, intimidante e afastado das questões do quotidiano, mas antes acessível, promotor de pensamento crítico, mais inclusivo do que exclusivo. Um museu proteiforme que assume metamorfoses em diversidade e abrangência, para desvendar o conhecimento e não para o esconder (CAMACHO, 2018). Um espaço de encontro que fornece poucas respostas e que provoca muitas perguntas, promove conhecimento fundamentado e permite opiniões divergentes (HARRIS, 2023).

Tratar-se-á, então, de refletir e experimentar novos modos de relação entre a instituição e os públicos, para museus mais atuantes que melhor sirvam o propósito da sua existência, em articulação e sintonia com outros elementos da paisagem dinâmica do tecido social e cultural.

Uma entusiasmante corrida de fundo com um longo caminho a percorrer: tornar os museus mais permeáveis, mais empáticos e mais capazes de responder aos anseios das comunidades que servem. Para museus (mais) colaborativos, um processo em construção.

06

Ações prioritárias na gestão e salvaguarda do Património Paisagístico na próxima década (2023-2033)

Sónia
Talhé Azambuja

"Um jardim é um resumo da civilização – uma modificação anónima da Natureza."

Fernando Pessoa,
Livro do Desassossego

Os jardins são uma das expressões culturais mais singulares da Humanidade. O jardim na memória coletiva representa o arquétipo de lugar ideal, um *locus amoenus*. São lugares onde a Natureza e a cultura se conjugam com arte. Os jardins históricos de Portugal são uma categoria de património cultural ainda pouco conhecida e com elevado grau de vulnerabilidade, pois combinam património vivo e edificado. Os jardins históricos são simultaneamente ecossistemas e obras de arte, lugares de rara beleza e que revelam ter características únicas e singulares. A cultura de cada época fica patente na forma como esses jardins são traçados, pela sua coleção de plantas, pelas suas fontes, sebes, alamedas de árvores, muros, sistemas hidráulicos e pelas vistas para a paisagem envolvente.

Para a compreensão da situação atual é importante recordar alguma da história recente sobre património paisagístico. Em 1981, a *Carta de Florença*, elaborada pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e pela International Federation of Landscape Architects (IFLA), definiu o conceito de "jardim histórico" como *"[…] uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal, é considerado um monumento."* (ICOMOS-IFLA, 1981: art. 1.º). A Carta de Florença estabeleceu os princípios para a salvaguarda e recuperação dos jardins históricos, realçando que *"a salvaguarda dos jardins históricos exige que os mesmos sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diversas, de manutenção, de conservação e de recuperação."* (ICOMOS-IFLA, 1981: art. 9.º). Em 1992, o Comité do Património Mundial mudou as *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial* de

modo a inscrever as paisagens culturais na Lista do Património Mundial, definindo as paisagens culturais como *"obras conjugadas do homem e da natureza"* (UNESCO, 2021). No entanto, é importante realçar que *"a expressão "paisagem cultural" abrange uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o ambiente natural."* (UNESCO, 2021: p. 23). De acordo com estas orientações, as paisagens culturais (PC) podem agrupar-se em três tipos principais:

(i) "A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelos seres humanos. Engloba jardins e parques construídos […]. Este subtipo corresponde aos jardins históricos.

(ii) O segundo tipo é a paisagem essencialmente evolutiva. […]. Subdividem-se em dois tipos:

(ii a) uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. […];

(ii b) uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. […].

(iii) O último tipo compreende a paisagem cultural associativa." (UNESCO, 2021: pp. 23-24).

Em 1999, ocorreu uma mudança significativa no Scientific Committee on Historic Gardens and Sites do ICOMOS-IFLA, fundado em 1971. O seu nome foi alterado para International Scientific Committee on Cultural Landscapes (ISCCL) para refletir o objetivo de proteger o património paisagístico num sentido mais lato, e entendendo os jardins históricos como uma tipologia de paisagem cultural. No entanto, é importante considerar que *"[…] o jardim, fazendo parte da quinta de produção por vezes estende-se a toda a propriedade, e o espaço murado é tratado meticulosamente com alamedas de ciprestes talhados que envolvem os campos de cultivo; nos canteiros e talhões de produção o remate é dado por topiária de buxo. O conforto dos caminhos cobertos de vinhas em latada, as fontes dispersas pela quinta e trabalhadas em esculturas de pedra ou revestidas a azulejos, as capelas e miradouros a pontuar nos recantos mais afastados da casa, não nos permitem afirmar onde começa a quinta e onde acaba o jardim."* (CASTEL-BRANCO, 2002: pp. 14-15) (Figura 1).

A AJH – Associação Portuguesa dos Jardins Históricos fundada em 2003, tem como *"[…] objeto contribuir para o estudo, defesa, preservação e divulgação do património paisagístico com destaque para os parque, quintas e jardins históricos."* (AJH, 2023). Esta associação tem desenvolvido um trabalho muito relevante na salvaguarda do património paisagístico

Figura 1__ Quinta da Bacalhoa, Azeitão, século XVI, Monumento Nacional.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 2__ Jardins do Palheiro Ferreiro/ Jardins Blandy, século XIX.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 3__ Cerca do Santuário do Bom Jesus do Monte, Braga, século XVIII, Monumento Nacional, inscrito na Lista do Património Mundial (UNESCO).

© Santuário do Bom Jesus do Monte

Figura 4__ Cerca do Convento da Cartuxa, Évora, século XVI, Monumento Nacional.

@ Sónia Talhé Azambuja

de Portugal, nomeadamente através do Inventário de Jardins Históricos de Portugal, da criação das Rotas Turísticas dos Jardins Históricos, da realização de conferências, ações de formação, exposições, e pela criação dos manifestos *Manifesto pela Salvaguarda dos Jardins Históricos de Portugal* (AJH, 2017) e *Os Jardins Históricos em Portugal e o Apelo à Ação de Berlim: Património Cultural para o Futuro da Europa* (AJH & OP/FC/UPorto, 2018) (Figura 2). No inventário da AJH foram estabelecidas as seguintes categorias patrimoniais de jardins históricos: santuários (Figura 3), cercas conventuais (Figura 4), quintas de recreio (Figura 1, Figura 5, Figura 6, Figura 7), jardins botânicos (Figura 8, Figura 9) e parques e jardins públicos (Figura 10, Figura 11, Figura 12) (AJH, 2023).

Figura 5__ Jardins do Palácio Fronteira, Lisboa, século XVII, Monumento Nacional.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 6__ Quinta do Palácio de Estoi, Faro, século XVIII, Imóvel de Interesse Público.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 7__ Tapada das Necessidades, Lisboa, séculos XVIII-XIX, Imóvel de Interesse Público e Zona Especial de Proteção.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 8__ Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa, século XVIII, Imóvel de Interesse Público.

@ Sónia Talhé Azambuja

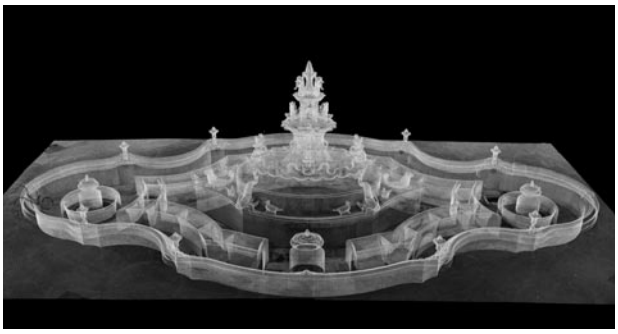

Figura 9__ Levantamento por varrimento laser 3D da fonte das 40 bicas do Jardim Botânico da Ajuda, coordenado pelo Prof. Luís Mateus e restante equipa da FAUL, após o restauro da fonte coordenado pela autora, Presidente da Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

© Luís Mateus e equipa, FAUL

Figura 10__ Jardim do Chalé da Condessa de Edla, Parque da Pena, Sintra, século XIX, Zona de Proteção do Palácio Nacional da Pena e do Chalet da Condessa d'Edla. Incluído também na Área Protegida de Sintra-Cascais.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 11__ Jardim da Estrela, Lisboa, século XIX, Zona Especial de Proteção da Basílica da Estrela.

@ Sónia Talhé Azambuja

Figura 12__ Parque de Serralves, Porto, século XX, Monumento Nacional.

@ Sónia Talhé Azambuja

A Constituição da República Portuguesa, lei suprema do país, no artigo 66.º, relativo ao ambiente e qualidade de vida, refere que compete ao Estado *"ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correcta localização das actividades, um equilibrado desenvolvimento sócio-económico e a valorização da paisagem"* (Constituição da Républica Portuguesa [CRP], 1976: art. 66.º). A Convenção Europeia da Paisagem (CEP), assinada em Florença em 2000, é uma ferramenta instituída pelo Conselho da Europa, destinada a fomentar a salvaguarda, administração e planeamento das paisagens europeias. Constitui o primeiro tratado internacional dedicado apenas à paisagem. Portugal, por sua vez, consignou a ratificação da CEP em 2005 (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005). Na Política Nacional de Arquitetura e Paisagem de 2015, a paisagem é entendida como *"[…] mais do que um simples cenário ou entidade visual, […] é uma parte do território tal qual é apreendida pelas populações, um sistema complexo e dinâmico que resulta da constante ação e interação do Homem com a Natureza ao longo do tempo. A construção da paisagem é orientada por princípios e objetivos que conferem qualidade ao território, em termos funcionais, identitários, ecológicos e estéticos"* (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2015).

As principais ações prioritárias para as PC portuguesas para a próxima década (2023-2033) são as seguintes:

__ Criação de um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da estratégia nacional as Paisagens Culturais de Portugal com representantes da DGPC/MC, Instituto do Turismo de Portugal I.P., AJH – Associação Portuguesa de Jardins Históricos, Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP), Universidades, Autarquias, Associações de Ami-

gos de jardins históricos, etc., com o objetivo de delinear um Plano Estratégico para a Salvaguarda e Divulgação das PC de Portugal;

__ Estabelecimento de uma entidade nacional para recuperação e gestão das PC de Portugal à semelhança do modelo do National Trust do Reino Unido;

__ Apoio para a continuação do Inventário Nacional dos Jardins Históricos de Portugal, sob coordenação da AJH;

__ Criação de políticas públicas de paisagens culturais;

__ Classificação e proteção das PC de Portugal, criando o enquadramento legal próprio para a sua proteção. Considera-se que a categoria de "paisagens culturais" da UNESCO deverá ser incluída na legislação nacional;

__ Proteção e conservação das PC tendo em consideração as boas práticas internacionais;

__ A recuperação e manutenção de PC não deve ser encarada como um investimento único num momento isolado no tempo, mas sim como um compromisso a longo prazo. O investimento inicial é apenas uma pequena componente daquilo que irá ser necessário para, no futuro, manter o património nas condições em que ficou depois da recuperação. Assim, será crucial encontrar a forma de financiar de forma sustentável a manutenção continuada do mesmo. Para esta sustentabilidade será importante promover a criação de uma oferta turística de elevada qualidade e valor. Sugere-se o apoio do Estado (a nível nacional, regional e local) através de:

- Financiamento direto a projetos de recuperação das PC (incluindo os jardins históricos públicos e privados), bem como a criação de linhas de financiamento para a recuperação e abertura ao público dos jardins históricos;
- Benefícios e isenções fiscais;

__ Continuação do projeto da AJH das Rotas Turísticas de Jardins Históricos, com a criação diferentes níveis de rotas em coordenação com o Turismo de Portugal, agências de turismo, autarquias, etc. Os jardins históricos devem ser complementares na oferta já existente no território em termos de turismo cultural, focando-se em utilizações que sejam complementares, e não apenas concorrentes, de outras já existentes;

__ Criação da Rota das Árvores Históricas de Portugal, em articulação com as autarquias, AJH, DGPC/MC, etc. Esta rota deveria ter como ponto de partida o Registo Nacional do Arvoredo classificado de Interesse Público em Portugal continental do ICNF (2023);

__ Incentivo para que mais jardins históricos portugueses, públicos e privados, integrem a European Route of Historic Gardens (ERHG), rota cultural do Conselho de Europa estabelecida em 2020 (ERHG, 2022);

__ Promoção de usos compatíveis com o carácter histórico dos espaços. O aproveitamento das PC, numa lógica de financiamento da sua conservação futura, pode beneficiar de uma vivência não exclusiva daqueles lugares. A promoção de atividades complementares proporciona a criação de uma oferta focada em diferentes públicos, potenciando um interesse futuro continuado no património paisagístico;

__ Incentivo para a elaboração de Planos de Gestão das Paisagens Culturais (incluindo projetos de uso eficiente da água na rega dos jardins históricos, planos de gestão de pragas e doenças, etc.);

__ Elaboração de um Manual de Boas Práticas para a Gestão e Conservação/Restauro de PC destinado aos técnicos e de apoio aos proprietários e gestores destes lugares. Esse manual deverá ter como referência as Cartas e Convenções Internacionais sobre património [Carta de Florença (ICOMOS-IFLA, 1981), Documento de Nara (ICOMOS, 1994), Carta de Burra (ICOMOS – Austrália, 2013), (UNESCO, 1972), (UNESCO, 2021), (AÑÓN FELIÚ, 1993), (BIRNBAUM, PETERS, 1996) (WATKINS, WRIGHT, 2007), (MITCHELL, RÖSSLER & TRICAUD, 2009), (HARNEY, 2014), etc.], metodologias de referência no restauro e gestão PC, casos de estudo exemplares a nível internacional e a nível nacional, etc.;

__ Formação de mão de obra especializada em jardins históricos, nomeadamente jardineiros, com as bases para manutenção e conservação do património vivo;

__ Criação de uma Bolsa de Voluntários para apoio à manutenção e dinamização dos jardins históricos, interligando a AJH, e associações locais de defesa dos jardins históricos e autarquias;

__ Desenvolvimento de uma estratégia de comunicação digital, integrando websites, aplicações móveis e rotas de descoberta acompanhas por guias virtuais, bem como a integração destas com as redes sociais, fomentando a partilha de experiências pelos visitantes do património paisagístico. A utilização de recursos como a realidade aumentada para comunicação da história, das histórias ali vividas, da biodiversidade e das diferentes camadas históricas do lugar;

__ Fomento da literacia relativa aos conceitos e salvaguarda das PC, com a inclusão destes temas nos currículos do ensino obrigatório;

__ Integrar ao nível do ensino universitário módulos de ensino sobre Recuperação e Gestão das PC, sobretudo nos cursos relacionados com áreas da Arquitetura Paisagista, Arquitetura, Património, e da Psicologia Ambiental, entre outras;

__ Promoção educação estética aliada à educação ambiental através de programação de eventos culturais nas PC;

[1] "A digital twin is a virtual representation of an object or system that spans its lifecycle, is updated from real-time data, and uses simulation, machine learning and reasoning to help decision-making" (IBM, 2023).

__ Divulgação do conhecimento gerado na Academia sobre PC junto do público, através de:

- Edição de publicações bilingues (Português, Inglês, entre outras línguas) para diferentes públicos (investigadores, público em geral, crianças, jovens, etc.);
- Cursos breves para leigos;
- Formação de guias-interpretes;

__ Elaboração um plano de levantamento varrimento laser terrestre (3D) e fotogrametria digital dos jardins históricos de maior valor patrimonial para criação modelos digitais, assim como simulações com *digital twins*[1], criando uma réplica virtual do lugar usando tecnologia de *machine learning* e inteligência artificial.

- Estas técnicas permitem a recuperação deste património em caso de catástrofe (incêndio, cheias, terramotos, entre outros) ou outros acidentes, naturais ou não. Serão uma base de excelência para elaboração de planos de recuperação, manutenção e gestão;
- Estas bases facilitam a criação de visitas virtuais ou de realidade aumentada;
- A criação de jogos interativos digitais para diferentes faixas etárias;

__ Aproveitamento das oportunidades de financiamento para as PC, criadas pelo New European Bauhaus, iniciativa da União Europeia, através do European Green Deal, que procura reunir *"citizens, experts, businesses, and institutions together to reimagine sustainable living in Europe and beyond. In addition to creating a platform for experimentation and connection, the initiative supports positive change also by providing access to EU funding for beautiful, sustainable, and inclusive projects."* (European Union, 2022).

A próxima década será caracterizada por grandes avanços tecnológicos (inteligência artificial, internet das coisas, realidade aumentada, realidade virtual, robótica, biotecnologia, energias renováveis, entre outras) mas, também, pelos desafios impostos pela mitigação das alterações climáticas, e pela procura de soluções sustentáveis num contexto crescente de globalização. A pandemia COVID-19 evidenciou a relevância dos jardins e das paisagens para a nossa qualidade de vida quotidiana, levando a um crescente interesse dos cidadãos por este tipo de património. AS PC assumem um papel preponderante com repositórios de conhecimento, de sustentabilidade, património vivo e de beleza. Estas medidas visam prevenir que este património único não se perca e permaneça para fruição de gerações atuais e futuras.

Agradecimentos__ A autora agradece à Doutora Teresa Andresen (Presidente da AJH), à Doutora Cristina Castel Branco (Prof.ª Associada do ISA/ULisboa), e ao Doutor João Azambuja (Prof. Auxiliar Convidado da NOVA IMS). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/50027/2020, CEABN-InBio/ISA/ULisboa.

07

Património Arqueológico em Portugal. Reflexões para o ano de 2033

José Luís
Neto

Realizar uma reflexão futurista, ao invés da habitual imersão secular e milenar, que o trabalho quotidianamente impõe, é um raro prazer. Contudo, como já Alvin Toffler alertava, enquanto definia e caraterizava os seus esforços de realizar uma história do futuro, o risco de erro é sempre claramente superior em quem se decide aventurar a traçar o porvir, face àquele que se dedica a definir o passado, pelo que, mais do que procurar adivinhar o que se passará daqui a uma década, talvez fosse pertinente lançar algumas reflexões, mesmo que necessariamente breves para corresponder ao propósito da obra, que possam alimentar debates mais participados e, a partir daí, coletivamente, se possa vir a definir uma década mais confiável no que à arqueologia portuguesa diz respeito. É que, em abono da verdade, qualquer um, com dois dedos de testa, consegue perspetivar que o miserabilismo do presente não se alterará sem mudanças estruturais. E que qualquer futuro depende dos protagonistas, mas também e fundamentalmente dos contextos socioeconómicos que se apresentam.

Comecemos pelos protagonistas. Há, do meu ponto de vista, equívocos que é urgente dirimir. A arqueologia é uma disciplina abstrata, herdeira do Iluminismo, que subdividiu a realidade em discricionárias fatias, de modo a acomodá-las dentro da academia; perspetiva redutora, mas que permitiu uma fácil identificação e identidade dos saberes, no confronto com as restantes ciências, que sofreram idêntico processo. Fora do assético ambiente erudito e universitário, o convencionado teve naturais dificuldades de adaptação. Os lusos antiquaristas primeiro e os arqueólogos depois, motivados pelo desejo de defender o que estudavam e ao que se dedicavam, procuraram maneiras de o fazer. Com facilidade, voltaram-se para a figura do Estado, instando-o a criar legislação e coaptar recursos para que tal se efetivasse. Para facilitar essa entrada nas áreas do planeamento, ordenamento e gestão do território, que implicou metamorfosear uma ciência em *techne*, ou, mais prosaicamente, transformar um saber exclusivamente intelectual em matéria-prima útil ao desenvolvimento da sociedade, criou-se

uma deformação categorial denominada "património arqueológico". Nenhum bem patrimonial é arqueológico, visto a arqueologia ser o processo, não a essência. É atuação que consente volver o que estava perdido em achado – o invisível em visível –; é, em suma, um procedimento de resgate e de ativação de bens patrimoniais. Se falamos, por exemplo, de uma localização de naufrágio de antanho, este, após a operação arqueológica, reincorpora-se no património naval, se pensarmos idêntico método numa fortificação de outrora, reintegrar-se-á no património militar, e assim sucessivamente.

"Património arqueológico" trata-se, pois, de uma aberração concetual, mas que, na prática administrativa da gestão de recursos é útil enquanto categoria recicladora indefinida, cabendo nela todo o perdido, escondido, enterrado, destruído, arruinado, parcial, desmantelado. Mais que a substância, é a sua circunstância. É objeto do antigamente, suscetível de apropriação, de natureza móvel ou imóvel, orgânica ou inorgânica – é uma *coisa*. Em boa verdade, "arqueológico" é um qualificativo substantivo para a gestão do património, equivalente, na língua portuguesa, a *coisa*. E muitos dos equívocos que resultam do diálogo entre arqueólogos e demais atores no território, que se confrontam subitamente com a necessidade de defesa da *coisa*, resulta deste ambíguo conceito.

Há uma estória, das milhentas que a arqueologia em Portugal possui – riquíssimo alforje cultural, embora pouco valorizado pelos próprios, em abono da verdade – estória essa que revela eventual origem apócrifa, na qual Vasconcellos, deitado no leito do seu quarto, esperando a morte que se lhe anunciava, se encontrava rodeado, não pelos familiares, mas pelos seus outros, os jovens e não tão jovens arqueólogos relevantes da altura. Pungente retrato, o de tantos cavadores ajoelhados, não numa quadrícula, mas sim face ao quase-esquife, onde o grande Vasconcellos, com a voz semi-sumida, os instava a continuarem a trabalhar nas antiqualhas, em prol da descoberta da verdade do povo português, nobre desígnio comum que a todos deveria animar aquando da sua partida para o repouso eterno, e os advertia e admoestava, mansamente severo, a que se mantivessem unidos, para que tivessem a força do coletivo, de modo a saberem reivindicar com sucesso medidas que protegessem esse património, que tanto ele como eles estimavam e amavam. As lágrimas corriam, soltas e quentes, sulcando os rostos dos discípulos – que é o mesmo que dizer de todos os arqueólogos de então – até, por fim, se perderem, humedecendo o solo, fertilizando a semente alojada no coração dos presentes e dos futuros. "Morreu um sábio, o último sábio português", como se lhe referiram na imprensa.

Apócrifa que possa ser, é plena de significado. É que, em verdade, a arqueologia portuguesa, ao longo dos últimos quinhentos anos, fundamentalmente interessou aos arqueólogos, que promoveram a sua salvaguarda das mais variadas formas, influenciando diretamente os mandantes a criarem medidas que o salvaguardassem. Daí que é um exasperante enviesamento de raciocínio afirmar que que cabe ao Estado a decisão de gerir e

salvaguardar esses testemunhos. É demissão, pura e simplesmente, inaceitável. Coube, nos últimos cinco séculos, a cada uma das gerações de arqueólogos desempenhar esse papel, com variáveis graus de sucesso, é certo. É parte inseparável da sua função social. Não haverá futuro para as venerandas antiqualhas sem eles. Portanto, cumpre-lhes serem a fonte de onde se originam as estratégias, os métodos e as iniciativas em prol da defesa e valorização desse património, articulando-se com outros saberes e outros atores sociais, certamente; mas tendo presente que, cientistas e técnicos, têm deveres inalienáveis em sociedade. Este é o seu. E o Estado, bem como os Cidadãos, somente agirão de forma consequente se os arqueólogos os souberem converter à bondade, razão e oportunidade das ideias e dos argumentos que apresentarem.

Por mais verdade que uma estória falsa possa revelar, é evidente que, após a morte de Vasconcellos, as cisões entre arqueólogos eclodiram como supernova, e logo ficou marcada a *Guerra Fria* (mais uma das inumeráveis) que, para lá de incontáveis refregas e escaramuças de menor importância, caraterizou a fase dura do Estado Novo, opondo o intratável diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno, ao mais simpático, mas não menos "imperialista", Mendes Correia. O espírito belicoso de ambos tornou-se tão conhecido e expansivo, que levou Damião Peres a cortar relações com o último devido à questão do ermamento. O que tal acarretou foi, desde essa fase, as relações da História com a sua, até então, dileta ciência auxiliar azedarem ao ponto de, ainda hoje, se fazerem sentir ainda alguns resquícios dessa cisão quase centenária. Porém, pese embora os protagonistas já há muito falecidos, a tradição de conflito manteve-se bem viva, sendo assaz frequente esta caricatural caraterística de grupo ser salientada, o que se condescenderia enquanto pitoresco acessório, não fosse revelar-se profundamente prejudicial para a salvaguarda do património cultural em si mesmo.

Compreendeu este problema Luís Raposo, em toda a sua profundidade e complexidade, e soube assumir-se, quando exerceu o cargo de diretor do Museu Nacional de Arqueologia, como a figura consensual, compatibilizando diferenças e harmonizando as cisões insanáveis, revelando-se um verdadeiro porta-voz das causas comuns e o interlocutor junto dos decisores, ousando apenas discordar onde e quando necessário. Raposo representou nessa altura todos os arqueólogos, fossem académicos, da administração central, dos municípios, de empresas, de prestadores de serviços ou simplesmente amantes da área. A extinção do Instituto Português de Arqueologia deixara traumas profundos pela deceção face à desimportância institucional, numa época em que duas associações nacionais disputavam arqueólogos entre si. Nada de verdadeiramente estruturante ainda existia. A atividade massificou-se no pós Foz Côa, sindicato ainda não havia e ordem profissional não se criou, mas, não obstante, os arqueólogos procuravam referências e não as encontravam. Raposo compreendeu o devir dos tempos e agiu. Tributo lhe seja prestado. Contudo, nada se resolveu, pois que nada se transformará enquanto depender unicamente do singular ca-

risma. E é fundamental fazê-lo, ou seja, é inadiável obrar a Ordem Profissional que permita uma autorregulação da área pelos próprios arqueólogos. Para esse fim estratégico, nem se requererá investimentos avultados em infraestruturas, mas sim a vontade dos sócios em reconverter a Associação dos Arqueólogos Portugueses a esse desígnio racional, premente e necessário. É que há duas "casas", mais que centenárias, que, excetuando alguns relativamente curtos períodos, são verdadeiramente de todos os arqueólogos. Falamos do Museu Nacional de Arqueologia, nos Jerónimos, e a outra "casa" – única que pode com ela rivalizar em todo o país – é o Carmo. O peso simbólico que essas "casas" exercem sobre tão distintos indivíduos, das mais variadas gerações, géneros, etnias e religiões, em que apenas os une um gosto e o exercício decorrente de estudar coisas de antanho não é negligenciável nem, tão pouco, despiciendo.

É inquestionável, mesmo com os laços transeculares que a todos nos unem, de uma forma por vezes oculta, porquanto não efetivamente consciente em todos, num contínuo intelectual, cultural e afetivo que remonta, pelo menos, a André de Resende, que existe uma arqueologia antes e uma arqueologia depois do caso Foz Côa. Pese embora fraco ator nesse processo, porquanto era um menino ainda, tive a sorte de assistir aos momentos-chave de toda essa época, marcada pela defesa primordial das gravuras de Foz Côa e, por isso, sou fiel testemunha. Filho de arqueóloga que escavava e publicava desde o início de sessenta, iniciara as primeiras participações em escavações na *villa* de Freiria, coordenadas por José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, nos primeiros anos de noventa. Recordo-me, pois, das acaloradas discussões. No Carmo, estavam exaltados Arnaud, Zilhão e Raposo, pois que um outro não via qualquer inconveniente em afundar as gravuras com a construção da barragem, talqualmente se havia feito anteriormente nas Portas de Rodão, quando todos os evocados, por sua vez, eram meninos também. Contudo, os tempos eram outros e *As gravuras não sabem nadar* foi slogan das profundas mudanças a que Portugal iria assistir na segunda metade dos anos noventa e inícios de 2000, anos esses que guardo com o maior carinho pois correspondem ao principal da minha aprendizagem: foi a luta civilizacional pela defesa de Foz Côa; foi a luta civilizacional pela proteção do património cultural subaquático, conduzida por Francisco Alves; foi a mais esquecida luta pela dignificação do trabalho dos profissionais de arqueologia, carnalizada na icónica impugnação do *II Encontro de Arqueologia Urbana*, em Braga, no ano de 1994, pelos alunos da Escola Profissional de Arqueologia, conduzidos por Lino Tavares Dias, que queriam legitimamente ver reconhecidas as suas habilitações. Foz Côa foi de axial importância para a arqueologia portuguesa, pois levou a que fosse finalmente reconhecida pela sociedade portuguesa. No entanto, não se pode escamotear, foi também uma questão geracional e teve os seus vencedores. Eu, numa outra escala, por ter assistido a tudo o que ora vos relatei, qual cronista testemunhal, mas com pudor (como João de Barros aconselhou no prólogo das *Décadas*, para que, não deixando de dizer a verdade, não se reacendam conflitos ultrapassados), sinto-me privilegiado. Um dia, talvez escreva umas linhas acerca da minha perspetiva de tais sucessos.

Contudo, deixando definitivamente para trás uma arqueologia desempenhada por elites (que ainda lecionava e se via a si mesma no enquadramento romântico e medievalizante da relação entre mestre-pupilo), criou-se uma arqueologia que se desejava democrática, porquanto a natural curiosidade de conhecer a memória coletiva não poderia estar exclusivamente entregue nas mãos de uns quantos poucos. Essa incoerência estrutural, que se sonhava ultrapassada por esse processo de democratização, que foi profundo – passando pelo acesso mais universal ao ensino (escolas profissionais e proliferação de licenciaturas, ainda sem onerosas propinas); pelos diplomas legais renovados e vanguardistas na área do património cultural arqueológico que provocaram o aumento espetacular do número de intervenções, centradas na minimização e na salvaguarda; pela regionalização da gestão da arqueologia, através das delegações do extinto IPA e da fortíssima municipalização, com criação de gabinetes locais; pelo desenvolvimento das tecnologias, que facilitaram muito alguns dos mais morosos procedimentos, embarateceram muitos outros e tornaram alcançáveis alguns usos de técnicas que somente se conheciam dos livros – tudo isto, enfim, contribuiu e fez com que, subitamente, um grupo restrito se tenha convertido numa pequena multidão, o que prometia sorridentes amanhãs vindouros; mas não foi assim.

É que mais do que o processo de democratização, que era o que se ousou sonhar, factualmente hoje pode compreender-se que se tratou tão somente de uma conversão desta área ao capitalismo, com tudo o que de aviltante pode estar associado à mercantilização da memória coletiva. Em primeiro lugar, para a respeitabilidade da função. Hordas de jovens precários invadiram o mercado, através de empresas de serviços dedicados à memória comum, sujeitando-se a trabalhos pontuais, desprotegidos, substituíveis a cada nova remessa finalizada pela academia, auferindo salários indignos. As faculdades licenciavam "carne para canhão", a administração pública aceitou alegremente o estado de coisas para não ter de os empregar, os consagrados, esses, pelo mesquinho motivo de poderem continuar a investigar, enquanto estes novos somente produziam relatórios técnicos que lhes davam novos dados, foram cúmplices. Todos optaram por ignorar o que se passava. Os jovens optaram por esta via, porquanto a alternativa era a da desistência de um sonho. A *hybris* apoderou-se dos arqueólogos, pensando-se capazes de vencer os políticos no seu jogo. E caímos na longa noite de Nêmesis, derrota após derrota. O sindicato (STARQ), criado a 24 de março de 2012, pese embora que tardio, foi uma bênção para a próxima década neste setor, propugnando pela dignificação dos executantes de arqueologia, única demonstração de golpe de asa, relembrando que não somos inutilidades num mundo feito, mas obreiros de um a fazer.

Porém, o problema é estruturante e não pode existir apenas uma solução que solitariamente se oponha ao capitalismo da memória. Pese embora se reconheça que há empresas de serviços dedicadas à memória comum, com trabalho realizado de notável qualidade e correta divulgação pública, há muitas outras que nada disso o são, sendo suficiente numerosas para apresentar o mau resultado na contabilidade do deve e o haver. Nunca se escavou tanto e nunca tanto se desconheceu. Calculei esses dados para a Região Autónoma dos

Açores, entre 2004 e 2012. Os números foram reveladores. Trinta intervenções foram obradas por empresas. Destas, somente dois pequenos artigos foram publicados. As intervenções arqueológicas realizadas por uma associação local, a HistóriaSábias, criada em 2014, nesses tempos económicos de resiliência, uma espécie de cooperativa de arqueólogos e outros profissionais do património cultural em autogestão, desde que fundada, realizou vinte e quatro intervenções arqueológicas, das quais resultaram, desde já, cerca de trinta artigos publicados, resultando na dignidade económica dos profissionais e no mais baixo custo do promotor. Atenda-se a que a associação é efetiva produtora de conhecimento novo (finalidade da existência dos arqueólogos) e faz muito mais ainda, promove património junto de diversos públicos, organiza encontros e procura salvaguardar e valorizar património, como bem recentemente, ao instigar o movimento público em defesa da antiga fábrica de cerâmica do Porto dos Carneiros, na Lagoa, ilha de São Miguel. Enquanto vocação e missão de investigação e salvaguarda do património cultural isto faz sentido. De um ponto de vista económico, faz sentido também, mas acima de tudo fideliza profissionais a um território, que o passam a conhecer bem, melhorando qualitativamente os dados extraídos e uns aprendem com outros, renovando gerações e metodologias, investigando, assegurando dignidade económica aos agregados e reconhecimento social da função desempenhada junto da comunidade. Talvez que passe pela criação de cooperativas regionais, que se implantem no território, uma alternativa que responda melhor aos anseios, tanto de profissionais, como dos promotores de obras, passando este exemplo concreto a ser uma demonstração que não há impossível e que há sempre mais do que uma solução face à dita inexorabilidade do inevitável.

Se é verdade que há escolhas determinantes a fazer no coletivo dos profissionais desta área para a poder tornar sã, não é menos verdade que a administração pública tem tratado a obrigatoriedade constitucional de zelar pelo património cultural da nação, reforçada nos tratados internacionais ratificados pela República Portuguesa e pelo atual articulado jurídico do Estado de Direito, com pouco entusiasmo. Os acervos e a sua acessibilidade já eram um problema antes mesmo da democratização. Atualmente a questão assemelha-se mais a um filme de terror. Soluções, já Jorge Raposo havia proposto, no início do século, com a construção de reservas regionais que, com otimização de recursos de arqueologia e de conservadores-restauradores, as pudessem disponibilizar para estudo e exposição pública na área de implantação. Contudo, a imposição legal de dar entrada dos espólios em museus seria, efetivamente, uma boa solução, caso os museus estivessem mais bem tratados, mas não o estão. Há numerosos museus sem reservas, outros não as possuem dignas, a que se associa a eterna questão da limitação de espaço. Antigamente - e bem, diga-se - revindicava-se dos arqueólogos que devolvessem as peças para usufruto público, atualmente estes querem depositá-las, mas não há quem as queira. É evidente que tal constitui um conflito direto com a letra da lei, somente resolúvel através ou de uma efetiva aposta nas infraestruturas de apoio aos museus, ou pela efetivação da decana proposta de Jorge Raposo.

Mas, continuando nos museus, propomos prosseguir a reflexão. E é lícito começar pelo mais emblemático. Quando José Leite de Vasconcellos, em estreita cumplicidade com Bernardino Machado, criou o Museu Nacional de Arqueologia, nos anos finais da centúria de oitocentos, e depois de tratarem da sua mudança e instalação para o longínquo e fora de mão Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, que ocorreu poucos anos depois, longe estariam de poder imaginar no que este se haveria de tornar, volvido mais de um cento de anos. Ostentando, e bem, o nome do seu fundador, abandonou, há muito, o desígnio essencial do seu criador, o de ser o verdadeiro museu do Homem português. Teremos de atender que Vasconcellos, apesar da sua singularíssima personalidade, que de anódino médico se metamorfoseou no vulto maior do património cultural no país, influenciando muitos, fôra, por sua vez, influenciado por muitos outros e, em finais da centúria, afirmava-se como vera-ciência a capacidade de distinguir, com clareza e certeza osteométrica, lusitanos de romanos, por exemplo, o que, retroativamente, bem podemos apodar de positivista gaia-ciência. Seguiram-se-lhe alguns interessantes episódios, como o *Homo afer Taganus*, mas, no geral, a arqueologia portuguesa não embarcou em demandas nacionalistas. Contudo, certo é que conhecer o passado através da cultura material é, em simultâneo, honrar os antepassados, através da compreensão direta das suas vidas. E aqui reside o conceito ontológico para a rejeição às empresas e ao capitalismo da memória; o sagrado não é negociável. Na generalidade das sociedades, pretéritas e atuais, duas esferas de vivência estão fora do circuito comercial, a saber: a divindade e os antepassados. Essa é a razão porque Cristo terá açoitado e expulsado vendilhões do templo, no que à divindade diz respeito; essa é toda a razão do texto de Sófocles, *Antígona*, que pagou com a própria vida para poder cumprir os rituais fúnebres junto ao corpo-cadáver do irmão, no que ao culto dos antepassados diz respeito. E é também a razão porque se recorda, volvidos dois mil anos, estes dois episódios, como se tivessem ocorrido na semana passada. É também precisamente por este motivo que a arqueologia não se integra, na administração pública, na tutela da ciência, mas sim no Ministério da Cultura, pois a matéria-prima que extrai das entranhas da terra ou resgata dos fundos do amniótico marinho é potencialmente demasiado perigosa para ficar ao critério dos próprios de forma exclusiva. Nada mal, para múmias de antanho politicamente ativas. Quando laicizada, na centúria de setecentos, a Academia Real da História Portuguesa tutelou a área, seguindo-se depois sempre essa ligação à educação e cultura, o que permite compreender, de forma persistente, o papel atribuído a esta área pela sociedade portuguesa. E é por essa razão que existe uma imensa burocracia sobre as intenções dos profissionais em intervir no que respeita ao passado. Pedidos de autorização, relatórios de progresso e finais, com uma regulamentação de malha fina (ao invés de tudo o mais que diz respeito ao património arqueológico, onde a regulamentação também seria desejável). É que o arqueólogo, a cada autorização outorgada, é ungido emissário entre o mundo dos vivos e dos mortos, coisa relevante e repleta de significado.

Visto isto, é pertinente revisitar a missão e visão para o Museu Nacional de Arqueologia. É evidente que o modelo de museus nacionais, de uma determinada área académica vive, uma vez mais, em crise. Essa crise tem muitos fatores, que devem ser atendidos. Um desses

aspetos é o da globalização ocidental que, no caso português, é ainda agudizado pela crise dos nacionalismos dentro da União Europeia, mormente pós-Schengen, e na zona euro. Em Portugal assiste-se, de forma evidente, a um instável equilíbrio entre todas as aludidas dimensões, sendo que cada vez mais pessoas, bem como setores de atividades económicas, culturais e científicas, interpenetram essas diversas esferas de escala, perspetivando a nação em categoria paroquial. Outro aspeto que não favorece, é a organização orgânica das unidades museológicas em Portugal. Somos um país *lilliputiano*, adoramos pequenas unidades, misturando-o com uma mania de grandezas, herdada dos egrégios avós. Chamamos de museu a qualquer salinha com vitrinas. Este modelo, tantas vezes criticado por académicos, não deixa de ser *sui generis* e revelador do imenso carinho que os portugueses têm à sua história e histórias. Para além de mosqueado, o território vai apresentando, à escala municipal, muitas e boas alternativas face a uma interessante narrativa de um museu nacional, museus de território mais modernos e mais completos, pois que quase todo a região reúne testemunhos de todos os períodos de ocupação humana do mesmo. Os dinheiros da convergência com a União Europeia possibilitaram-no, a democratização da atividade permitiu uma cobertura territorial de malha muito fina e, a médio prazo, não será de estranhar que, aparte na arqueologia urbana e no mar, no período de cinquenta anos, os achados arqueológicos comecem a decrescer drasticamente. A isto se junta o favorecimento dos regionalismos, impulsionado e financiado pela União Europeia, como forma de ir mitigando nacionalismos e favorecendo a construção de uma identidade comum. Longe vai o tempo em que os GNR clamavam: *Quero ver Portugal na CEE*. Já se passaram quase quatro décadas desde o lançamento do single e, como é evidente, as novas gerações perspetivam o país de forma muito distinta. A regionalização, em Portugal, está longe de ser assunto terminado. Note-se que em 2018, a Região Autónoma dos Açores introduziu, no currículo escolar do secundário, a disciplina *História e geografia dos Açores*, primeiro ensaio para o que se adivinha. Museus locais reivindicam peças "levadas", em acertos com a história, tanto a nível global, como no país. O movimento "woke" anda em animada caça às bruxas num sítio perto de si. António Costa já profetizou que, a curto prazo, a Regionalização irá ressuscitar, panaceia para todos os males da nação.

Estas circunstâncias obrigam a repensar esta fundamental estrutura. Penso que todos concordaremos na constatação de que, desde o século passado, o Museu se tornou irrelevante para a investigação da arqueologia nacional. É um local vocacionado para exposições de relevo, para investigações sobre as suas coleções e de pesquisas bibliográficas, todas elas funções importantes, pese embora não determinantes. Ora, se observarmos a sua história, aquando da direção de Manuel Heleno, o Museu teve quase para obter a centralização da função administrativa do Estado nesta área. Foi tropeliado pelo rival, com a ardilosa criação da subsecção de arqueologia da Junta Nacional de Educação, que "roubou" o autoritário plano de concentrar no museu as autorizações de escavações para todo o país. Porém, ao criar o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, certamente que para o instrumentalizar ao serviço do seu objetivo centralizador, num hábil contragolpe, ofereceu, com o tempo, mais um polo dinamizador da área que prestou relevante serviço à causa pública, revelando novos investigadores, que se autonomizaram.

Novamente, no dealbar de oitenta, assumiu Francisco Alves, figura a quem se deve, sem dúvida, a entrada da instituição na atualidade, trazendo, à ilharga, as arqueociências e a arqueologia subaquática, com missão para os quinze anos seguintes, revitalizando a capacidade de intervenção no terreno e trazendo oposição efetiva à lei dos caçadores de tesouros, decreto de Aníbal Cavaco Silva, tendo, como secretário de estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, alinhavada pelo então deputado Rui Gomes da Silva. O *Livro Branco para a arqueologia subaquática em Portugal*. Lembro-me perfeitamente da sua apresentação por Francisco Alves. Através do museu, catapultou a arqueologia subaquática para o grande público, esta foi luz na Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura, e foi estrela na Expo 98, colocando o mar cultural português no centro das causas políticas que galvanizam a sociedade. Se um museu nacional era um conceito estafado no pós-Revolução, o amor natural à terra onde se nasceu e cresceu, a *mátria* Natalina, regressou quando o mar e a terra se reuniram num beijo. Nunca, desde a Exposição do Mundo Português, o país se havia unido tão claramente em torno do seu património como na Expo 98. Todas as exposições da efémera Comissão dos Descobrimentos (e algumas foram extraordinárias) não lograram obter tal resultado, feito da junção de meia dúzia de madeiros a uns grãos de pimenta e um ou outro astrolábio. *Menos é mais*, verdade na arquitetura e, por consequência, válido numa exposição, que é, para lá do saber, um ato de comunicação.

Numa época em que a função central da DGPC, no que à arqueologia diz respeito, se torna progressivamente irrelevante, em que já nem sequer é pré-requisito existir um subdiretor arqueólogo, em que não existe na estrutura organizativa um departamento ou serviço especificamente de arqueologia, talvez que fosse, uma vez mais, de recentrar a gestão da área na instituição no Museu Nacional de Arqueologia (pelo menos possui um diretor de departamento, o que lhe dá presença institucional). Olhos de fome fazem ver longe. Reinventar-se é uma das mais interessantes caraterísticas desta "casa" comum. E é em torno da ideia de país ibérico e litorâneo, marítimo ao invés de quixotesco, que penso poder ser construída uma renovada narrativa. Portugal, nas suas políticas culturais, pese embora tenha ratificado a *Convenção para a proteção do património cultural subaquático* da UNESCO, em 2006, pouco tem feito, desde então, em prol desse máximo desígnio nacional, o da *Economia Azul*, ou *Blue Growth*, eixo político e, subsequentemente financeiro, fundamental aos olhos da União Europeia. O diploma que rege a área, o excelente Decreto-Lei n.º 164/97, da pena de Francisco Alves, está evidentemente ultrapassado. E devolver ao museu, a capacidade de inovar investigando, passará necessariamente por esse setor, absorvendo temporariamente os sobejos do extinto Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática e revitalizando a área, que não tem qualquer existência jurídica no quadro da organização formal da DGPC. Chamamos-lhe ainda atualmente CNANS, por respeito ao que foi e a quem o fundou. Fazê-lo regressar à casa-mãe é fazer cumprir, desde logo, as alíneas a) e b) do artigo 7.º, e todos os outros dele decorrentes da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, reconhecendo-lhe a dignidade e importância que deve ter no presente, e fulcral que terá no futuro.

É que a dimensão do espaço marítimo nacional (aproximadamente de 4 milhões de km^2), somente tem gestão de património cultural num terço da mesma (na área das Zonas Económicas Exclusivas, do Continente, dos Açores e da Madeira), que, por sua vez, nesse terço se encontra dividida, desde a Lei 19/2000, em três distintas tutelas, a da DGPC, a da Direção Regional da Cultura dos Açores e a da Direção Regional da Cultura da Madeira. Para além de gestões díspares, toda a área da Plataforma Continental de Atlântico atribuída a Portugal, fora das ZEE's, não tem nenhum responsável pela sua gestão na vertente cultural. E este não é o único aspeto de pasmar, no país dito dos navegadores.

A ratificação da *Convenção para a proteção do património cultural subaquático* da UNESCO, tem como obrigação a colaboração internacional. Tal nunca se revelou problemático, pois que, segundo o Turismo de Portugal, somos um dos povos mais acolhedores do mundo. Profissionais ou equipas estrangeiras a trabalhar em arqueologia em Portugal, não constitui qualquer novidade e são bem-recebidas. No entanto, os casos dos naufrágios da Namíbia (*Bom Jesus*) e de Omã (*Esmeralda*), revelaram publicamente a incapacidade da tutela em agir fora do território nacional, chocando e envergonhando a opinião pública. Isto para não evocar o silêncio sepulcral face à empresa de caça ao tesouro *arqueonáutica*, sediada no país há 30 anos, que se tem entretido a pilhar naufrágios lusos em Cabo Verde, em Moçambique e na Indonésia. O silêncio é ensurdecedor. O caso do *Nuestra Señora de las Mercedes*, logo no ano seguinte à ratificação da Convenção, pilhado em águas territoriais portuguesas por uma empresa de caçadores de tesouros, e que obrigou o Reino Espanhol ao mediático e longo processo nos tribunais do Estados Unidos, pese embora menos conhecido por cá, revela uma linha de continuidade no absoluto desnorte e impreparação face aos problemas criados pela globalização, na administração pública do nosso país.

O que se tornou evidente, com estas situações referidas, não foi somente a incapacidade da administração pública com competência em matéria de cultura e, subsequentemente em matéria de património cultural, logo também património arqueológico, mas foi principalmente a desarticulação e a falta de comunicação entre ministérios, pois que as responsabilidades são partilháveis com o dos Negócios Estrangeiros e com o da Ciência (não com o do Mar, que não existia). Expliquemos. O dos Negócios Estrangeiros coordena o Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento da Convenção 2001 da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático. Cabe-lhe cumprir e fazer cumprir o ratificado pela República Portuguesa. Nele não tem assento o CNANS, pois que não existe.

No que respeita à Ciência, é história um pouco mais longa, mas que merece séria reflexão. Tendo tido origem na Comissão de Cartografia, criada em 1883, tendo passado a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, depois a Junta de Investigações Científicas do Ultramar e, após a Revolução, a Instituto de Investigação Científica Tropical, que foi extinto em 2004, após uma última administração, de tal forma errática, que considero que por renovada várias vezes, serviu apenas para justificar o pressentido final.

Seja como for, desde a Revolução que a instituição tinha, por missão, dar apoio científico e técnico à cooperação com países das regiões tropicais, em particular da CPLP, desenvolvendo investigação interdisciplinar, aumentando a capacitação em ciência e tecnologia nos mesmos e promovendo o acesso ao seu património histórico e científico que se guarda em Portugal (e que já também é reivindicado por alguns setores das elites intelectuais desses países. O Arquivo Histórico Ultramarino que se cuide com o movimento "woke"). Nesse instituto, dividido em centros de investigação diversos, havia um denominado de Pré-História e Arqueologia, criado em 1983, mas que absorvia a vertente de arqueologia iniciada ainda na década de trinta, coordenado por Miguel Ramos, um indivíduo meão, mas que forçou a criação do primeiro serviço de arqueologia português preparado para trabalhar, de forma sistemática, além-fronteiras. É certo que a atual DGPC, no pós-Revolução, também teve missões arqueológicas fora do país, nomeadamente em Cabo Verde, com Clementino Amaro e, em Macau, com o saudoso António Cavaleiro Paixão, mas trataram-se de casos pontuais, em finais de 80 e inícios de 90 do século XX.

Ou seja, quando Portugal ratificou a aludida *Convenção da UNESCO*, havia dois anos já que não havia quem pudesse assegurar o contratualizado fora do país, mercê da extinção do IICT e, pouco depois, no próprio país, por extinção do CNANS. Desde então, a cooperação internacional no setor é feita de forma não coordenada centralmente, como, por exemplo, no caso de Cabo Verde, onde a cooperação existente para o subaquático é feita diretamente com a Direção Regional da Cultura dos Açores, nomeadamente com os projetos MARGULLAR da Macaronésia e, recentemente, num projeto de investigação de financiamento europeu, denominado CONCHA, com o CHAM, da FCSH-UNL, projetos que cooperam entre si, por vontade dos próprios, não por ação articulada da Cooperação Portuguesa. Certo é que Cabo Verde ratificou recentemente a *Convenção* e tal não resultou do bom funcionamento do *Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento da Convenção 2001 da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático* (que tem o dever de assegurar o património cultural subaquático português fora de Portugal), não resultou da Cooperação Portuguesa, mas sim, em primeira ordem, do próprio Governo da República de Cabo Verde, apoiado na cooperação do Governo Regional dos Açores e de um Centro I&D, de uma das faculdades, de uma das universidades de Lisboa. Nenhum dos interlocutores lusos detém alguma procuração do Estado para tal fazer. E apesar do recentemente anunciado projeto *Water World: Capacitação e competências para a conservação e gestão do Património Cultural Subaquático* para o antigo CNANS, a ser financiado pelo EEA Grants (da EFTA, para depois nos poderem vender o bacalhau, claro está), não é menos verdade que a DGPC já havia deixado passar o *BlueMed*.

Em suma, há funções, competências e atribuições assumidas pela República Portuguesa, que derivam da Constituição, dos Tratados Internacionais ratificados, da Lei de Bases do Património Cultural e da Lei-Quadro dos Museus Portugueses que simplesmente não são cumpridas, por não haver quem as assuma. Na gestão do património cultural subaquático na ZEE do Continente, penso que deverá o CNANS regressar, até melhores dias, à casa-mãe.

No que respeita à Plataforma Continental de Atlântico atribuída a Portugal, regressada a capacidade operacional ao museu, deveria assegurá-la. No que respeita à cooperação com o património cultural subaquático português no mundo, deveria o museu, através de proposta da DGPC, integrar o *Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento da Convenção 2001 da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático*. No que respeita ao património cultural arqueológico terrestre de origem portuguesa no mundo, deveria, sob proposta do museu, a DGPC sensibilizar a Cooperação Portuguesa para se encontrarem soluções operacionais, eficientes e eficazes e, então, integrá-las. Adicionalmente, junto do Ministério da Ciência e Ensino Superior, deveria o museu elaborar proposta para que a DGPC proponha a integração das coleções arqueológicas do extinto IICT no museu.

Se se absorvesse o extinto CNANS (espécie de serviço fantasma do Palácio da Ajuda), não só passariam a existir testemunhos desse período, que o museu não possui, como também se passaria a dispor de um laboratório de conservação e restauro de excelência, novo, juntando os recursos humanos nessa área, deficitários nos dois, para passar a dispor de um mais equilibrado. Quanto à pertinência da coleção do antigo centro de Pré-História e Arqueologia do extinto IICT, revela-se obviamente complementar. A isto se sumaria a Carta Arqueológica Portuguesa e a capacidade de propostas legislativas e o assunto, administrativamente ficava arrumado, pois que o restante irá para os respetivos órgãos da administração regional, como já se percebeu. Cumpre apenas, uma vez mais, sublinhar que um museu que se quer nacional, não pode olvidar as regiões autónomas. Oxalá haja condições para que, em breve, estas possam ser também apresentadas, depois das obras de requalificação em curso, pois há relevante trabalho feito em ambas e são Portugal de pleno direito. E até hoje o MNA foi MCA, ou seja, somente Museu Continental de Arqueologia.

Muito mais haveria para dizer. O património cultural em causa evoca Eduardo Galeano, que nos contou que deliciosa estrangeira, com saia imensa, escondia entre infinitos folhos, outros tantos bolsos, reservando, em cada um, novo guião para uma história, que então era o seu ganha-pão contá-las, num dos bares de Paris. A arrebatadora metáfora, onde o essencial foi sabiamente misturado com o acessório, de modo a construir saborosas narrativas, que as tornaram inesquecíveis. A importância das histórias que nos vão construindo não é despicienda. Engravidam de significado os vazios destituídos de valor. Sem essas histórias que se fundem, partindo da epiderme até ao âmago do ser, talvez que a *pleuma vital* fosse oca de sentido, pouco distintos seríamos de ar em movimento. As histórias, embora percecionadas de fora para dentro, sabemos que, por vezes, algumas abrasam no casulo mais íntimo do ser, precedendo a incandescência e as posteriores labaredas, que do dentro saltam para o de fora, com poder transformador. Mudam vidas, mudam afetos, mudam ideias e, porque não admiti-lo, mudam o mundo. É assim a nossa arqueologia. E daqui a dez anos assim também o será. E talvez que daqui a cem, também, pois que a necessidade de ligar os tempos é a função primordial.

Os próximos 10 anos no campo das políticas patrimoniais

Luís
Pereira

Numa das várias entrevistas realizadas em 1990, na série que ficou conhecida como "Conversas Vadias", respondeu Agostinho da Silva a Joaquim Letria, a propósito da questão, "como perspetivava o futuro do mundo naquele momento específico?", o seguinte: *"O futuro não é mais que o presente que eu conheço, melhorado ao máximo que eu possa imaginar. Nada garante por isso que se venha a concretizar e que não vá muito além daquilo que eu nem sequer possa imaginar"*.

Esta citação é uma ressalva, e enquadra a visão que veiculo para os próximos 10 anos no campo das políticas patrimoniais na área da conservação e restauro: resulta do meu percurso profissional e associativo, não esgotando outras possibilidades que existirão dentro desta área, e que outros certamente imaginarão de uma forma complementar ou distinta da minha.

Mas se é uma ressalva, contém também em si uma base metodológica que me parece extremamente útil para qualquer exercício prospetivo, e que aplicarei neste contexto. Pensar o futuro implica sempre conhecer o presente de onde se parte. Por isso mesmo, começo por olhar para aquilo que foram alguns dos principais momentos que marcaram a área da conservação e restauro nos últimos 10 anos, em termos de políticas patrimoniais e transformações sectoriais, e só depois então entrarei no que poderão ser os próximos 10 anos na mesma.

2012-2022__ Políticas patrimoniais na área da conservação e restauro

No início de 2012, as intervenções em património classificado surgiam enquadradas por três diplomas estruturantes, que se mantêm ainda em vigor nos dias de hoje: Lei de Bases do Património (Lei n.º 107/2001); Lei-quadro dos Museus (Lei n.º 47/2004); Lei que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal (Decreto-Lei n.º 140/2009). Apesar da Lei de Bases definir que as intervenções em património classificado apenas podem ser realizadas por profissionais com competências legalmente reconhecidas e experiência adequada para o efeito, a regulamentação apenas se produziu no âmbito da realização de relatórios prévios (documento que deve instruir qualquer intervenção em património classificado) e direção de obra e intervenção (com a obrigatoriedade de serem asseguradas por conservadores-restauradores com formação de 5 anos na área), mantendo-se omissa no que diz respeito à execução das intervenções. Deste quadro legal resulta um contexto de indefinição naquele que é, porventura, o aspeto mais sensível da conservação e restauro do património cultural (a intervenção), com consequências para a sua integridade e respetiva salvaguarda para as gerações futuras, bem como para o sucesso de qualquer política a definir neste contexto.

Igualmente relevante ao longo dos últimos dez anos foram as alterações produzidas no seio das instituições do Estado responsáveis pela conservação e restauro do património cultural, e as transformações no mercado, por via da aposta na área da reabilitação arquitetónica – iniciada em 2012, aquando da intervenção da troika no nosso país.

No âmbito da primeira, em maio de 2012, através do Decreto-lei n.º 115/2012 (Decreto-lei n.º 115/2012), surgia a Direção Geral do Património Cultural, que resultava da fusão de três organismos públicos: o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e a Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT). Nesse contexto, a conservação e restauro aparece integrada no Departamento de Museus, Conservação e Credenciação (Portaria n.º 223/2012), mantendo-se ainda hoje esta orgânica (Despacho n.º 414/ 2020). Se esta alteração possibilitou o surgimento de um grande organismo público centrado na área do património cultural (conferindo um maior peso político ao sector), significou também uma perda de visibilidade e autonomia administrativa para a conservação e restauro no seio do Estado, ao contrário do que sucedera na década anterior – entre 2000 e 2007 possuía uma existência autónoma, através do Instituto Português de Conservação e Restauro (Decreto-Lei n.º 342/1999); entre 2007 e 2012, por fusão daquele com o Instituto Português de Museus, surgia representada como Departamento de Conservação e Restauro e Laboratório de Conservação e Restauro José de Figueiredo, no então criado Instituto Português dos Museus e da Conservação (Portaria n.º 377/2007).

Outro aspeto importante neste contexto prende-se com as consequências do subfinanciamento crónico dos organismos e instituições na esfera da administração central, verificado ao longo das duas últimas décadas (transversal a vários governos), bem como o congelamento da entrada de novos profissionais para os serviços. Com consequências na capacidade de intervenção, fiscalização e na própria sustentabilidade das instituições – pelas limitações daí decorrentes, mas também pela quebra das cadeias de transmissão de conhecimento entre profissionais mais jovens e profissionais com maior antiguidade –, esta realidade traduziu-se numa crescente incapacidade do Estado em cumprir as suas funções no âmbito da conservação e restauro do património, e pela existência de um quadro de pessoal que se caracteriza hoje por profissionais envelhecidos, onde predominam as baixas competências, e cada vez mais no papel de gestores de processos (GONÇALVES, CARVALHO, TAVARES, 2020) – com muitas instituições a perderem a capacidade de acolhimento de jovens profissionais, nomeadamente no âmbito da prática da conservação e restauro.

No âmbito das transformações no mercado, a Lei n.º 32/2012 marcou o início de uma viragem no sector da conservação e restauro, que os anos seguintes – caracterizados por um forte crescimento económico impulsionado pelo turismo – vieram consolidar e que se mantém uma realidade nos dias de hoje. Concebida para responder ao momento de crise que o sector da construção atravessava então, a lei referida pretendia dinamizar a reabilitação do património edificado e agilizar vários processos nesse âmbito por via da simplificação administrativa. Com repercussões claras no património cultural (pela representatividade que este assume no espaço urbano), esta legislação foi responsável pela chegada de novos intervenientes (completamente alheios a essa realidade e sem qualquer experiência nesse contexto), transformou as características das intervenções tornando-as mais complexas (tecnicamente mas também em termos administrativos e financeiros) devido a um maior número de especialidades envolvidas e à primazia das grandes empreitadas, e mudou a capacidade de execução, autonomia e independência das empresas – que até aí estavam orientadas para responder a procedimentos cujo objeto se centrava exclusivamente na conservação e restauro. Daqui resultou um peso crescente da reabilitação na atividade das empresas e profissionais do sector (PEREIRA, MARÇAL, BORGES, 2016) e uma transformação no seu posicionamento, mediante a resposta a essa nova realidade. Um número reduzido de empresas apostou na aquisição de novas valências para responder às exigências relacionadas com a área da construção, procurando desta forma preservar a sua autonomia e responder a esta nova configuração do mercado; a grande maioria, mantendo-se apenas vocacionada para responder a solicitações na área da conservação e restauro, passou a operar numa lógica de subempreitada, com uma clara diminuição na capacidade de influenciar os processos de decisão, uma maior permeabilidade à execução de procedimentos eticamente questionáveis, e ainda mais pressionadas pela lógica do preço mais baixo como critério determinante para a adjudicação dos trabalhos (PEREIRA, MARÇAL, BORGES, 2016).

2012-2022__ A atividade económica na área da conservação e restauro do património

A inexistência de um código de atividade económica específico para a área da conservação e restauro faz com que não existam indicadores estatísticos oficiais produzidos pelo INE que permitam perceber qual a representatividade que o sector assume na economia do país, as suas dinâmicas internas, bem como definir com exatidão o universo dos profissionais que o constituem. Os únicos dados existentes resultam de informação recolhida pela Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal entre 2015 e 2021 (PEREIRA, MARÇAL, BORGES, 2016; PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2022), que parecem sustentar uma realidade com pouca expressão na atividade económica do país, caracterizada pela precaridade e esmagada pela lógica do "preço mais baixo".

Em termos empresariais, predominam as sociedades unipessoais e empresários em nome individual – remetendo para um tecido empresarial constituído quase exclusivamente por microempresas (PEREIRA, 2020). As empresas tendem a apresentar uma longevidade baixa, estruturas marcadas pela polivalência dos seus elementos, políticas salariais caracterizadas pelos baixos vencimentos e com predominância da prestação de serviços (recibo verde), enquanto relação laboral (PEREIRA, 2020). Os intervalos de faturação mais representativos situam-se abaixo dos 150 000,00€, e cerca de um quarto das empresas possuem uma outra área de negócio para além da conservação e restauro (PEREIRA, 2020).

A força laboral é constituída maioritariamente por trabalhadores do sexo feminino (78,9%), e enquadrados em faixas etárias mais jovens – 63,9% dos profissionais possuem entre 20 e 40 anos (PEREIRA, 2022). Constituem um universo de profissionais com um nível de qualificações elevado (91,4% possui entre licenciatura e doutoramento), absorvidos maioritariamente pelo sector privado, que representa 80,9% do mercado de trabalho. Apesar de registar uma taxa de desemprego reduzida (5%) (PEREIRA, 2022), a profissão apresenta um nível de abandono elevado, atestado pela baixa representatividade de profissionais com mais de 50 anos no seio da mesma. Com consequências na redução da mão de obra disponível e com maior experiência, os baixos vencimentos praticados (PEREIRA, 2020), as relações laborais caracterizadas pela precariedade, as dificuldades em prosseguir uma via especializante (PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2022) e o carácter itinerante associado a muitas áreas dentro do sector, parecem ser os fatores que contribuem para este cenário.

Ao nível da oferta, a conservação e restauro do património cultural resulta do investimento de uma variedade alargada de agentes, que inclui empresas públicas do setor do património, administração central e local, fundações, dioceses, misericórdias, paróquias e outros organismos eclesiásticos, e várias realidades associadas à iniciativa privada. Predomina uma realidade marcada por procedimentos concursais que privilegiam o "preço mais baixo" como principal critério de adjudicação, assumindo as competências técnicas dos profissionais e

das empresas um peso diminuto. Partindo dos únicos dados disponíveis recolhidos em 2015 (PEREIRA, MARÇAL, BORGES, 2016) e centrados em procedimentos concursais em património classificado, em cerca de 87% dos procedimentos, o preço foi o critério com maior peso na adjudicação – surgindo mesmo em 57% dos casos como critério único. Aquando da existência de subcritérios centrados na valia técnica, em apenas 13% dos casos surge valorizada a adequação técnica do pessoal a afetar à obra, e em 12% a capacidade técnica das empresas para execução dos trabalhos – estes dados mantiveram uma linha de continuidade com a realidade verificada na década anterior (Grémio do Património [GECORPA], 2007).

2022-2032__ Que futuro para a conservação e restauro do património?

Apesar do cenário traçado apontar para uma realidade com muitos desafios, é importante reconhecer que, apesar de tudo, as duas últimas décadas – não só a última – marcaram vários progressos na criação de mecanismos de proteção para o património cultural (pela aprovação da legislação supracitada), bem como no processo de reconhecimento social da conservação e restauro e da figura do conservador-restaurador – não é demais sublinhar que a primeira formação de âmbito superior na área da conservação e restauro surgiu apenas em 1989. É expectável que os próximos 10 anos tragam mais avanços nesses domínios específicos, mas comportam também várias incógnitas e possíveis transformações no sector que poderão significar retrocessos nos avanços realizados nesse período e passar ao lado das respostas que o mesmo necessita.

Políticas patrimoniais na área da conservação e restauro

Em janeiro de 2021 foi publicada a lei que veio estabelecer o regime de acesso a profissões regulamentadas ou a regulamentar (Lei n.º 2/2021), transpondo para a legislação nacional a Diretiva (UE) 2018/958. Apesar de não se focar exclusivamente na área do património cultural, este diploma tem uma importância decisiva para o mesmo, e poderá estar associado a muitos dos avanços na próxima década no que diz respeito à salvaguarda da qualidade nas intervenções.

Procurando estabelecer várias regras relacionadas com os requisitos que devem ser ponderados no acesso a uma profissão regulamentada, assim como enquadrar as diferentes categorias profissionais existentes no âmbito das atividades passíveis de serem abrangidas por esse entendimento, considera a preservação e conservação do património histórico e artístico nacional como uma das exceções previstas – com o interesse público a surgir como

a justificação para o efeito. Apesar da certificação de entidades, organizações e indivíduos que exerçam atividades no âmbito do património cultural se encontrar inscrita na orgânica da Direção Geral do Património Cultural, a entrada em vigor desta lei veio consagrar na legislação o reconhecimento do carácter singular dos profissionais que intervêm na preservação e conservação do património histórico e artístico nacional, bem como a natureza excecional da sua atividade. Este aspeto, até à publicação deste diploma legislativo, não surgia consagrado em nenhum momento na legislação portuguesa, assinalando um marco significativo no processo de reconhecimento e afirmação social dos profissionais ligados à preservação e conservação do património, e abrindo definitivamente a porta à regulamentação do exercício da conservação e restauro enquanto atividade profissional (PEREIRA, 2022) – o que significará uma transformação profunda no setor e no sistema de formação atual.

No ano de 2021, para além deste diploma, registaram-se ainda dois momentos que poderão vir a reforçar o caminho de uma maior regulamentação das intervenções no património classificado:

i. O início do projeto europeu "*Cultural Heritage Actions to Refine Training, Education and Roles*" (Charter), financiado pelo programa Erasmus+ e que irá decorrer até 2025 (European Cultural Heritage Skills Alliance, 2022). Constituindo-se como um consórcio de 47 entidades (algumas das quais portuguesas), tem como missão definir para o setor do património cultural estratégias na área das competências e educação que permitam responder aos desafios de sustentabilidade das sociedades e economias dos países europeus. Entre os vários objetivos, destacam-se a identificação de atividades e competências no âmbito do sector do património cultural; definição de currículos e resultados de aprendizagem para responder a necessidades atuais e futuras no mesmo; e estruturar o património cultural enquanto setor economicamente ativo.

ii. Aprovação da resolução 1272/XIV/2 (Resolução da Assembleia da República n.º 188/2021) na Assembleia da República, onde os vários partidos com assento parlamentar e deputados não-inscritos reconheceram, então e por unanimidade, a necessidade de definição do perfil do conservador-restaurador como garante da salvaguarda do património cultural. Apesar da validade do mesmo se ter esgotado com a demissão do anterior governo (em outubro do mesmo ano), este fato assinalou, pela primeira vez, um consenso político em torno da questão, fazendo supor a existência de iniciativas legislativas nos próximos anos com vista à resolução do problema.

Em termos de investimento na conservação e restauro do património, a próxima década ficará marcada por um investimento sem precedentes, resultante das vigências simultâneas do Plano de Recuperação e Resistência (PRR), até 2026, e do Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027 (Portugal 20|30). Sendo este fato um aspeto positivo para o património cultural,

para muitas das suas instituições e para as empresas e profissionais do setor da conservação e restauro, comporta também algumas incógnitas e riscos que poderão comprometer/ inviabilizar muitas das oportunidades que se anunciam.

Com várias linhas de apoio previstas para intervenção no património edificado e integrado, e para apoio de projetos na área da digitalização (transição digital), é uma incógnita a capacidade de implementação por parte das instituições do Estado de muitos desses apoios, bem como o cumprimento das funções consultivas, deliberativas e de fiscalização que a lei lhes confere. Sendo consensual a falta de recursos humanos associados ao setor público e as carências ao nível das qualificações, sem um claro reforço dos quadros de pessoal das instituições, não só assistiremos a uma incapacidade destas em acederem aos apoios disponíveis, como existirá uma resposta desajustada ou inexistente ao previsível aumento de solicitações, com consequências para a proteção e integridade do património cultural.

A qualidade das intervenções é outra das incógnitas. A juntar às carências de pessoal já aludidas e que limitam a capacidade de resposta do Estado no âmbito da fiscalização, a falta de mão-de-obra no setor da conservação e restauro (PEREIRA, 2022) e todo o enquadramento referido anteriormente, tornam legítimo questionar, à data de hoje, se existirá capacidade para executar as verbas que se encontram previstas, e em que circunstâncias. O perigo de muitos dos projetos serem realizados sem estarem garantidos pressupostos de idoneidade e qualidade por parte dos profissionais e empresas é real, o que colocará em causa, também aqui, a integridade do património cultural.

Um outro aspeto igualmente importante, prende-se com as possíveis consequências destes apoios para o investimento público (por via do orçamento de Estado) ao longo do período em questão. A existência de verbas elevadas para áreas especificas do património cultural poderão produzir uma desresponsabilização ao nível do investimento público, com a manutenção da mesma lógica de suborçamentação verificada ao longo das duas últimas décadas. Existem problemas que se agudizaram nos últimos anos em várias instituições e áreas do setor do património cultural (museus, bibliotecas, arquivos e monumentos nacionais) relacionados com a conservação de coleções e acervos, inventariação, estudo das coleções e organização de depósitos e reservas, e que só por via de um investimento específico e reforçado, em complemento ao disponibilizado pelo PRR e Portugal 20|30, poderão ser resolvidos convenientemente.

Ao nível das instituições do Estado, com responsabilidades na conservação e restauro do património, para além dos desafios decorrentes do PRR e Portugal 20|30, a próxima década será decisiva, no que diz respeito à definição do respetivo modelo de funcionamento e aos limites e capacidade de atuação. Têm sido vários os alertas lançados por profissionais do setor do património relativamente a situações de rutura que muitas instituições apresentam já, e à incapacidade que revelam de cumprirem muitas das suas funções, devido às carências de recursos humanos – entre as quais a conservação e restauro (RAPOSO, 2022; CAE-

TANO, 2022; CANELAS, 2022). Se a execução do PRR e do quadro comunitário de apoio obrigam a um reforço de pessoal, a estes terão de acrescer mais contratações para permitirem voltar a garantir o normal funcionamento das instituições, a sua sustentabilidade, e a respetiva capacidade de ação. Mantendo-se o cenário atual, a que irá acrescer uma maior pressão nos próximos anos devido à aposentação de muitos dos técnicos hoje no ativo, teremos não só um agravamento da capacidade de resposta do Estado (não sendo de excluir o encerramento de muitos serviços), como vingará definitivamente um modelo já ensaiado em algumas realidades nos dias de hoje, onde várias funções passaram a ser asseguradas por entidades externas às instituições (*outsourcing).* A concretização dessa mudança terá um impacto em várias áreas específicas do património cultural, não podendo deixar de ser perspetivada como um retrocesso: a aplicação e fiscalização do cumprimento da Lei ficam definitivamente comprometidas (e, por inerência, a qualidade das intervenções e a salvaguarda do património); um importante conhecimento que decorre dos processos de conservação e restauro de acervos e coleções deixa de estar no interior das instituições, com consequências para o estudo das mesmas, assim como para a gestão das próprias instituições; marcará o desaparecimento da vocação formativa de muitas dessas instituições, responsáveis pelo acolhimento de várias gerações de profissionais, assumindo-se esses espaços, eles mesmos, como importantes agentes no processo de crescimento dos profissionais do setor.

A atividade económica na área da conservação e restauro do património

No âmbito da atividade económica, é possível perspetivar oportunidades que decorrem de avanços realizados na última década e relacionados com a conjuntura de investimento projetada no ponto anterior. Mas também aqui, e à semelhança das políticas públicas, existem riscos que importa considerar.

É expectável que nos próximos dez anos venha a existir um entendimento claro sobre o setor da conservação e restauro do património, mais concretamente sobre o seu contributo para a atividade económica do país e sobre o perfil dos profissionais que o compõem.

Não existindo à data de hoje a possibilidade de recolher indicadores estatísticos que permitam fazer essa avaliação, o primeiro passo nesse sentido aconteceu com a publicação no dia 07 de janeiro de 2022 da Portaria n.º 23/2022, que introduziu novos Códigos de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (CIRS), onde surge pela primeira vez contemplada a figura do conservador-restaurador. Ainda em 2022, foi dado um outro passo importante (desta feita com implicações no ordenamento da atividade empresarial), através do processo de revisão da "Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia" (NACE), por parte do Gabinete de Estatística da União Europeia

(EUROSTAT). Encontrando-se ainda em fase de discussão, a proposta inclui uma classe para as atividades económicas do património cultural, permitindo a inclusão de um código específico para a área da conservação e restauro (Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal [ARP], 2022).

Uma vez realizada essa avaliação e caracterização, por via do cruzamento da informação obtida através dos CIRS e dos códigos de atividade, abre-se a possibilidade de um entendimento político diferente relativamente ao sector. A existência de indicadores económicos e sociais, a compreensão das suas dinâmicas, das possíveis fragilidades estruturais, bem como de lacunas ao nível da proteção social dos profissionais, reforçará a pertinência de muitas das reivindicações atuais e permitirá também pensar políticas mais ajustadas e direcionadas para os diferentes contextos do setor e para realidades conjunturais que possam surgir.

Beneficiando dos já referidos investimentos decorrentes do PRR e Portugal 20|30, as empresas e os profissionais da conservação e restauro assistirão a uma procura, muito provavelmente, sem precedentes. Ao aumento das verbas disponíveis para intervenções no património, deve juntar-se uma valorização dos rendimentos dos profissionais, impulsionados pela falta de mão-de-obra que se faz sentir.

Mas se estes aspetos são positivos, esta abundância apenas será vantajosa para os agentes do setor e para o património cultural se, a par da salvaguarda da qualidade nas intervenções (que cabe assegurar por via da já referida regulamentação da atividade profissional), for observada uma outra premissa que (vimos anteriormente) tem estado ausente do mercado nas duas últimas décadas: a valorização dos aspetos técnicos e do caráter excecional das intervenções em património classificado, em detrimento do preço mais baixo como critério para adjudicação dos concursos.

O preço mais baixo tem sido responsável pela banalização das condições exigidas para participação nos concursos, por concursos cada vez menos seletivos em termos de qualidade na escolha dos seus intervenientes, por comprometer a sustentabilidade das empresas, pelo aumento significativo de empresas sem experiência a realizar intervenções de conservação e restauro, e pelo decréscimo na qualidade das intervenções (GECORPA, 2007; PEREIRA, 2022).

A mudança deste paradigma passa por um sinal claro do Estado, e para isso existem várias soluções no código de contratação pública que permitiriam operar essa transformação. Não sendo possível, para já, descortinar quaisquer sinais que façam supor essa alteração, existe um risco real de, concluída a próxima década, muitos dos efeitos perniciosos dos preços baixos para o setor e para o património registaram um agravamento, anulando-se também aqui as possíveis vantagens que hoje se perspetivam.

A próxima década servirá igualmente para clarificar (ou confirmar…) o lugar da conservação e restauro no contexto da reabilitação: se passa definitivamente à condição de subempreitada, ou se assistiremos à introdução de uma diferenciação positiva (acompanhando o espírito da Lei n.º 2/2021), que permita autonomizar este tipo de intervenções devido ao caráter de interesse público que reveste o património cultural. Também para esta realidade o código de contratação pública contempla soluções que permitiriam operar essa mudança. Contudo, pela tipologia de investimento dos programas de apoio que irão vigorar (que tendem a favorecer a formação de grandes empreitadas) e pelo peso que este modelo assume na atualidade, é pouco provável que a mesma venha a suceder – com prejuízo claro para o património cultural que continuará sujeito a uma enorme pressão por parte das leis do mercado, sem que as suas especificidades e as particularidades do trabalho das empresas e profissionais que nele operam sejam atendidas.

Nota final

Os próximos dez anos poderão concretizar muitas das aspirações e receios contidos nesta reflexão e, seguramente, muitos outros aspetos que nem sequer foram equacionados ou imaginados. A complexidade do mundo atual e a rede cada vez mais densa de relações de interdependência que o sustentam, tornam qualquer exercício de futurologia um ato de validade muito reduzida, suscetível de ser rapidamente anulado pela realidade que se move, nos dias de hoje, a uma velocidade vertiginosa, e cuja abrangência é impossível de abarcar.

A não ser que nos precipitemos num qualquer cenário que, até há bem pouco tempo, pensávamos apenas possível no mundo do cinema…, daqui a dez anos continuaremos a ter património para nos relembrar do passado e falar do futuro, e enquanto ativo de muitas transformações e encontros.

A sua preservação depende da concretização de muitos dos aspetos aqui referidos. A sua sustentabilidade depende, contudo, de uma mudança sociológica mais profunda, e que se relaciona com o lugar da memória nas nossas sociedades.

Sem o reconhecimento dessa importância, sem a assunção do património e do seu contributo como fatores preponderantes para enfrentar os desafios relacionados com a guerra, com as alterações climáticas, com as desigualdades, e com o ressurgimentos dos movimentos de extrema-direita por toda a europa, não só teremos passado ao lado das oportunidades que esta década proporcionará, como teremos uma realidade bem pior que a atual, e o património reduzido à condição de entretenimento e ativo financeiro – esvaziado do seu poder transformador.

Só conferindo importância e centralidade ao património será possível assegurar as mudanças que o setor necessita, e construir um futuro que não se esgote no dinheiro dos fundos comunitários, e que exista para lá de 2030. Sem essa mudança, continuará a prevalecer o curto prazo, as medidas circunstanciais, o "penso-rápido", e assistiremos à confirmação do falhanço rotundo da nossa democracia em cumprir as aspirações da constituição escrita em 1976, de transformar o património pultural num fator de inclusão, educação e criação, para todos os portugueses e portuguesas.

Territórios patrimoniais

Rosário
Correia Machado

"A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro."

Jacques Le Goff

01__ Da essência de um território é que emana o seu desenvolvimento, na conjugação perfeita de trabalhar as camadas de uma paisagem temporal, física e humana, surge a capacidade de perenizar o futuro. Como garimpeiros que, com o olhar treinado, transformam o ouro em sustento, assim se faz o desenvolvimento territorial.

O desenvolvimento territorial sustentado tem implícito, de forma geral, uma abordagem que resulta do equilíbrio entre várias dimensões, económica, ambiental e social. Com a entrada de Portugal como Estado membro na União Europeia e, pelos instrumentos financeiros de apoio inerente a esta situação, surgiram novos paradigmas nas práticas das políticas territoriais, públicas e privadas entenda-se, e daí decorreram novos modelos de governança territorial.

Atualmente quando falamos de património, fazemo-lo numa abordagem territorial, integrado e dinâmico, permitindo ser base de novas oportunidades aglutinadoras de determinadas políticas de base local e territorial. "A integração do património cultural e paisagístico nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações revela uma tipologia ampla e complexa de estratégias/intervenções, que inclui os lazeres turísticos designadamente o turismo cultural e ecológico (lugares, redes, itinerários), os museus e os parques temáticos, os eventos culturais, os estatutos de proteção e a classificação de lugares (...) O papel do património no desenvolvimento das populações e dos territórios é também intermediado pela perceção e pela imagem que os diferentes atores têm de um lugar" (CARVALHO e FERNANDES, 2012).

02_ De destacar um conjunto de documentos orientadores fundamentais, que definem premissas assentes no reconhecimento da valorização da paisagem física e humana nos territórios integrados. A "paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à atividade económica cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego..." (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2005), ou "uma maior consciência sobre a questão do património histórico numa escala regional e não somente confinada em áreas urbanas; sobre valores intangíveis, tais como a continuidade e a identidade; sobre o uso tradicional das terras, o papel do espaço público nas interacções da comunidade e de outros fatores socioeconómicos, tais como fatores de integração e ambientais" (ICOMOS, 2011). Princípios plasmados como orientadores a seguir em outras Cartas e Convenções Internacionais sobre Património.

03_ Portugal é também exemplo, principalmente a partir de 1997, período que coincide com a fase final de um Quadro Estratégico Europeu e preparação de um novo, do surgimento de novos projetos territoriais assentes na visão integrada de Património Cultural. De realçar que, resultado da ligação de investigadores ao território, surgem inclusive projetos de base patrimonial onde o património ancora era pouco conhecido das comunidades locais como tal, casos como a Rota do Fresco, a Rota do Românico, entre outros. Projetos que permitiram para além da capacidade de induzir desenvolvimento, inovação e sustentabilidade, uma nova identidade coletiva assente em valores distintivos e de pertença, resultado dos processos de envolvimento de comunidade criados.

04_ O exemplo da Rota do Românico, uma experiência fundada na história. Um caminho construído de planeamento, investigação, valorização patrimonial e paisagístico, de concertação de vontades (mesmo que por vezes induzidas), de sucessos e de insucessos.

Um território de partida, os seis concelhos que constituem a sub-região do Vale do Sousa, no Norte de Portugal; Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, uma entidade supra municipal da administração pública local, a Associação de Municípios do Vale do Sousa (VALSOUSA).

Alargada, no ano de 2010, aos restantes municípios da NUT III – Tâmega e Sousa (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende).

Um legado histórico e cultural comum. "O património edificado e artístico do Vale do Sousa é diversificado e detém uma riqueza específica que em alguns casos merece ser enfatizada, uma vez que possuem características únicas. Este é um território que detém marcas diversas

[1] www.rotadoromanico.com

de um longo percurso histórico – foi povoado muito antes da colonização romana e a partir da alta Idade Média teve um grande desenvolvimento humano, económico e sócio cultural –, materializadas numa malha relativamente densa de objetos patrimoniais, que integra alguns casos com excecionalidade, particularmente nos domínios do património megalítico, castrejo, românico e barroco, entre outros; relacionados com funções diversas: religiosas, funerárias, militares, viárias, produtivas, etc. É de salientar um vasto conjunto de objetos patrimoniais com grande valor histórico, arqueológico e arquitetónico" (CIDEC, 2004).

De realçar o tempo, como diria Marguerite Youcenar, na sua obra *O Tempo, Esse Grande Escultor*, "No dia em que uma estátua é acabada, começa, de certo modo, a sua vida. Fechou-se a primeira fase, em que, pela mão do escultor, ela passou de bloco a forma humana; numa outra fase, ao correr dos séculos, irão alternar-se a adoração, a admiração, o amor, o desprezo ou a indiferença, em graus sucessivos de erosão e desgaste, até chegar…" (YOURCENAR, 2020).

Em 1998 um conjunto de entidades públicas e privadas iniciam um processo, que se sabia que poderia ser longo, se o fosse, seria bom sinal. Assim numa estreita articulação entre instituições, designadamente, a Comissão de Coordenação da Região Norte, a Associação de Municípios do Vale do Sousa, a antiga Direção Geral de Edifícios e Monumento Nacionais (Direção Regional do Norte), o antigo IPPAR, a Diocese do Porto e o Turismo de Portugal, é iniciada a "escultura", num estreito processo de colaboração, que culminaria a primeira fase no dia 18 de abril de 2008, com a apresentação pública do produto estratégico de *touring cultural* Rota do Românico do Vale do Sousa, atualmente designada Rota do Românico.

Citando a página na internet da Rota do Românico, "Uma Rota fundada nas memórias do românico, que convida a uma viagem inspiradora a lugares com História, junto de singulares mosteiros, igrejas, capelas, memoriais, castelos, torres e pontes, amadurecida em terra forjada de verde, repleta de saberes e sabores.

Em terras dos vales dos rios Sousa, Douro e Tâmega, no coração do Norte de Portugal, ergue-se um importante património arquitetónico de origem românica. Traços comuns que guardam lendas e histórias nascidas com a fundação da Nacionalidade e que testemunham o papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

Ancorada num conjunto de 58 monumentos de grande valor e de excecionais particularidades, esta Rota pretende assumir um papel de excelência no âmbito do touring cultural e paisagístico, capaz de posicionar a região como um destino de referência do românico"[1].

Pensada com uma clara missão, volvidas mais de duas décadas, ainda se mantém, cumprindo assim o desígnio da missão pública.

Figura 1__ Igreja de São Gens de Boelhe, Penafiel.

Com objetivos estratégicos assentes nas premissas do desenvolvimento regional:

Ordenamento do território, através da valorização do património; Criação de um novo setor produtivo com capacidade de ser sustentado e gerador de riqueza; Mudança da imagem (interna, capacidade de construção de uma identidade e externa de reconhecimento distintivo) do Tâmega e Sousa; Qualificação dos recursos humanos da região e Empregabilidade qualificada.

Com um posicionamento qualificado e inspirador: "Uma Rota fundada nas memórias do Românico que convida a uma viagem inspiradora a lugares com História, junto de singulares monumentos, amadurecida em terra forjada de verde, repleta de saberes e sabores únicos."

Assente em valores claros e fortes, como a Autenticidade: pelos valores tradicionais de região visíveis no próprio património, fruto das características destas terras e das gentes que a habituaram; a Aprendizagem: uma marca que nos transporta para um mundo de história, com raízes românicas associado ao tempo de reconquista Cristã; a Evasão: um prazer para todos sentidos, desde a contemplação da arte, ao prazer gastronómico e ao conforto do alojamento, que nos transporta para outra dimensão e por fim a Sustentabilidade: pelas preocupações que apresenta com o desenvolvimento sustentável das regiões e com questões de responsabilidade social.

Em suma, "O património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento. Ele não está lá por estar, ou por ser sagrado intocável. Ele está cá, no meio de nós, das nossas ne-

cessidades e dos nossos projectos, porque precisamos dele para umas e para outros: precisamos de referências paisagísticas, monumentais e culturais que alimentam a nossa própria construção de paisagens, de monumentos e de cultura; precisamos dos nossos recursos naturais e sócio-históricos, porque, sem eles, não conseguimos nem ordenar o nosso território, nem potenciar meios próprios de riqueza, nem endogeneizar, equilibrar e sustentar o nosso desenvolvimento" (SILVA, 1995).

05__ Alicerçada em áreas de intervenção estruturantes, norteadas pelos objetivos e de acordo com a missão e os valores, numa lógica identificadora de um território patrimonial em concreto.

Conservação, Salvaguarda e Valorização de Monumentos e Envolventes, de destacar a importância que esta área assume no trabalho desenvolvido, e o cuidado em cumprir as normas internacionais vigentes para a salvaguarda do património, nos estudos prévios e no envolvimento de equipas multidisciplinares em todos os processo. Ordenamento e Planeamento do Território consubstãnciada na valorização do património histórico e, que esta se efetiva plenamente quando a sua envolvente imediata se encontra também ela salvaguardada.

Promoção da Acessibilidade com a elaboração do "Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico", tendo em linha de conta o dificil equilibrio entre noção de que o valor do património deve sobressair a normativos gerais.

E a manutenção, através da definição de um plano de manutenção dos imóveis da Rota do Românico baseado em ações de conservação preventiva, manutenções programadas e de estímulo ao envolvimento da comunidade, no estimulo do valor de cuidar dos elementos de pertença.

A produção de conhecimento, incentivando e consolidando a premissa da permanente prodiução de saber, através da criação de condições para uma efetiva investigação cientifica, validada pela criação em 2011 do Centro de Estudos do Românico e do Território. Este Centro surge com o objetivo de produzir e divulgar novos conhecimentos que permitam uma ampla compreensão do legado histórico e patrimonial do Tâmega e Sousa, com capacidade de Edição de Publicações, de gerir uma Biblioteca Especializada, de desenvolver e manter um Sistema de Inventariação e Gestão de Coleções e Conteúdos, tudo validado por uma prestigiada Comissão Científica multidisciplinar.

Dinamização do produto turistico e cultural em permanencia e de forma estruturada e sensivel ao acolhimento, fortemente ancorada no território, na sua paisagem física e imaterial. Com capacidade atrativa e sensorial que permite aos visitantes a assimilação dos valores distintivos patrimoniais no seu todo, proporcionando esperiencias únicas.

Figura 2__ Igreja de São Mamede,
Vila Verde, antes e depois da intervenção.

Programação cultural ativa e permanente, abrindo os elementos patrimoniais às atividades culturais, com uma programação assente em principios identitários e capacitadores da cadeia cultural no seu todo.

Mas destaco sem dúvida a grande área de intervenção, a que produz transformação na geografia humana e àquela que é o verdadeiro garante de sustentabilidade, o envolvimento da comunidade. O trabalho que a Rota do Românico desenvolve com as várias comunidade do território é permanente e sistemático. Com a comunidade educativa através do projeto pedagogico planeado e estruturado, num enquadramento multidisciplinar e transversal a todos os níveis de ensino, numa ligação permanente de diálogo.

Envolvimento das comunidades de pertença na integração de todos nos vários processos, desde da obras de conservação e salvaguarda e plano de manutenção, à partilha de conhecimento, factores que permitem uma assunção de responsabilidades partilhadas. Disso é exemplo o valor atribuído ao projeto Cuidadores do Património, com o contacto constante de quem cuida, dando-lhes valor através da assunção pública da importância do seu trabalho, "Uma homenagem a todos os Cuidadores do Património da Rota do Românico que, de forma dedicada e incondicional, zelam e acarinham os nossos monumentos, constituindo uma inestimável memória viva do local"[2].

[2] www.rotadoromanico.com/pt/rota/cuidadores-do-patrimonio/

Figura 3__ Envolvimento da comunidade. Projecto Pedagógico.

Figura 4__ Cuidadores do Património da Rota do Românico. Chave da Igreja de São Gens de Boelhe, Penafiel.
@ Fotografia de Luís Barbosa, *Rota do Românico*, 1.ª edição, Outubro de 2022

06__ Em conclusão, partilho um sentimento de uma fase conseguida e a noção clara de que a "escultura" necessitou do tempo para ser esculpida é marca no território, no território físico e humano, que integra na sua matéria a humanização dessa mesma geografia personalizada. Os projetos de desenvolvimento necessitam de tempo, de articulação de vontades, de coragem institucional, de humildade, de muita humildade… estamos perante herança…

Importa destacar o papel do turismo, um fundamental papel de instrumento, de instrumento de salvaguarda patrimonial, de instrumento gerador de qualidade de vida das pessoas que habitam os territórios.

O grande desafio está na gestão patrimonial e não na relação monstro/deus que o turismo pode assumir. Assim o grande desafio, tanto na gestão pública como na privada è a capacidade de definir e aplicar modelos de capacitação/formação dos agentes e fundamentalmente de modelos de governança, a não aplicação è destruidora, agravada na gestão pública pelas constantes mudanças de politicas.

07__ Que futuro, os próximos 10 anos. Em jeito de comparação, os edifícios românicos foram contruídos sob alicerces muito pouco profundos, na maioria dos casos, assentes em solo intocável, mas com duplos paramentos e contrafortes robustos e sólidos, assim têm que ser a premissa dos projetos de desenvolvimento local e territorial.

O tempo para planear e executar, para errar e corrigir, para dialogar e para envolver, são cimento para futuro, aja a capacidade de o fazer, porque os territórios são enciclopédias vivas de património. A semente foi e é lançada pelos semeadores, a crença nas boas colheitas são sempre a esperança de quem lança o que há-de germinar. E temos tantos semeadores... portanto, mesmo com o que se perde, teremos frutos nos próximos 10 anos.

Notas sobre o de agora em diante

Guta
Moura Guedes

Escrevo entre os últimos dias de 2022 e os primeiros de 2023. O convite foi para contribuir com algumas ideias sobre o que poderão ser os caminhos do design e da arquitectura em Portugal, nos próximos dez anos, um texto que integra um livro que reúne diversas outras opiniões sobre quais serão as tendências no território do Património Cultural português.

Importa começar por dizer que em nenhum momento da história da humanidade se afigurou tão difícil fazer prognósticos ou antecipar tendências. É sempre difícil fazê-lo, e no campo da cultura, que é imprevisível e instável por natureza, é-o ainda mais vincadamente. Mas o facto é que em nenhum momento da evolução da espécie humana tantos desafios distintos se colocaram deste modo, em simultâneo, e, quase mais importante ainda, nunca num contexto onde a velocidade da comunicação e, também, das consequências dos nossos actos e decisões, fosse tão grande. Por um lado, o acumular de possibilidades, de domínio tecnológico e de conhecimento, de poder é enorme, basta pensar na recém criada Inteligência Artificial, que sumariza muito do que atingimos até agora. Por outro, o planeta Terra, que finalmente se tornou a preconizada aldeia global, está interligado e conectado como nunca esteve antes, num ritmo tão rápido que nos é retirada capacidade de análise, de reflexão e de entendimento. Enfrentamos questões dramáticas da área das alterações climáticas e do ponto de vista político, social e económico em demasiadas regiões do mundo que atravessam agora crises difíceis. Sabemos pois que é num momento de interrogações profundas, e durante o qual enfrentamos questões relativas à nossa sobrevivência como espécie, que escrevemos.

É neste contexto que a cultura se pode apresentar, pela primeira vez, como um dos pilares que podem, no seu conjunto, estruturar uma resposta aos desafios dos tempos correntes e dos tempos futuros. Quer através da forma como nos relacionamos com o Património Cultural existente, quer pelo modo como investimos na produção cultural contemporânea, construiremos, ou não, um caminho sustentado para a evolução da humanidade.

Sabemos que o design e a arquitectura são disciplinas onde há uma ligação inequívoca entre cultura e economia, o que as dota de enorme eficácia na elaboração de soluções. O design e a arquitectura são o que poderíamos chamar de "disciplinas culturais de serviço", integram o conceito de cultura de projecto. Existem para fazer o mundo e a nossa vida melhor, servem a sociedade, as pessoas. Tornam passível de ser consumido aquilo que o ser humano cria no plano abstracto, colocando junto de nós todas as descobertas, grandes ou pequenas. Permitem povoar o nosso quotidiano de objectos, materiais ou não, maiores ou menores, mais ou menos visíveis, dividindo território com outras disciplinas como a arte e as engenharias. São um democratizador de conhecimento na medida em que, equacionando diversas vertentes complementares como a estética, a ética, a economia, a cultura, a funcionalidade, a sustentabilidade, buscam encontrar as respostas que melhor solucionem os problemas da sociedade contemporânea, criando com isso novas materializações ou novos processos de organização de informação, susceptíveis de serem utilizados por todos. São por isso uma extraordinária ferramenta na construção de uma sociedade dinâmica, competitiva e mais justa. E se na arquitectura a tangibilidade e a tridimensionalidade são, ainda, vectores constantes, o design, que inclui agora software design, social design, services design, 3D modeling, entre outros, não tem nenhuma fronteira material, apresentando uma flexibilidade e adaptabilidade enorme.

Neste cenário olhemos para Portugal. Primeiro do que tudo, somos um país Europeu. Somos um dos países mais antigos e, também e cada vez mais, um dos mais envelhecidos. Estamos na ponta da Europa, a ponta mais a Oeste voltada ao Atlântico, uma linha de costa num continente onde há quase exactamente um ano, incendiado por um rastilho que teimávamos não ver, rebentou uma guerra impensável e inadmissível. Numa Europa cujo projecto unificador iniciado no pós-guerra, em 1949, viu há pouco o Brexit acontecer. Uma Europa algo exausta e pouco eficaz, que sabemos ter vindo a perder influência, que se tornou diletante e preguiçosa, de elites frágeis, cuja inoperância burocrática é sufocante e onde focos de radicalismo, de direita ou de esquerda, aparecem por todo o sítio. Portugal, país de brandos costumes, beneficia de alguns factos que outros países europeus não beneficiam. A lista não é longa, mas é real e contabilizável. Um deles prende-se com algo em relação ao qual nos une um sentimento de revolta, que foram os anos em que nos atrasamos em relação a quase todos os outros países, durante o período do fascismo. Portugal esteve largo tempo preso a um sistema político que dificultou a sua evolução, com consequências negativas largamente identificadas, e um dos poucos lados positivos desse período, um acaso não programado, é que isso permitiu que em sectores como o do turismo e o do desenvolvimento das cidades e dos espaços urbanos, por exemplo, não tivéssemos consequências tão nefastas como as que vimos acontecer em Espanha ou Itália, para citar dois exemplos do sul da Europa, também. À custa disso Portugal tem ainda espaço natural incólume e tradições manuais que ainda não desapareceram, por exemplo. Um outro facto que nos diferencia de muitos outros países europeus é que, coexistindo com uma paisagem natural belíssima, um bom clima e um património histórico de valor, que tantos outros países têm, a índole das nossas pessoas é dócil, criativa e dada ao encontro. Dada a encontrar e

a ser encontrada, o que pressupõe capacidade de olhar para o outro, de o querer entender, e de se revelar ao outro, de se querer relacionar. Uma forma subtil e muito particular de confiança, que poucos ainda identificam como tal. São o que chamamos de soft skils, que têm nesta passagem para o segundo quarto do século XXI um enorme valor para o desenho de um futuro positivo para a humanidade.

A criatividade está na base da cultura. A produção cultural de um país, e Portugal não foge à regra, tem inequivocamente uma relação com esta capacidade, que pode caracterizar ou não a sua população, com a morfologia do seu território, com a sua história e com a forma como se abre ao mundo. Quando falamos das tendências que irão marcar o design e a arquitectura contemporâneos em Portugal nos próximos dez anos, elas estarão relacionadas com estes factores. Existe de facto neste momento uma comunidade de criadores em Portugal, atenta, exigente e informada, que se veio impondo ao longo destas últimas décadas e cuja produção é incontornável, do ponto de vista nacional e internacional. Não são só portugueses, isso faz parte deste novo desenho do nosso país, são de várias nacionalidades, e nem todos trabalham ou vivem cá, e isso é algo que num mundo digitalizado se tornou irrelevante. Quer seja na moda, na arquitectura, no design industrial, no design de comunicação ou nos mais recentes tipos de design, como o de software, de serviços ou de sistemas, Portugal enquanto país-plataforma apresenta neste momento uma base de criadores capaz de criar para este novo mundo mais exigente e muito mais complexo. Têm ainda uma indústria e diversos tipos de artesanias capazes de responder a muitos dos requisitos destes novos tempos. Os valores locais, quando embebidos no processo criativo, permitem solidificar a construção da imagem de um país, seja ele qual for. E isso passa quer pela adopção de métodos de produção tradicionais aplicados às indústrias actuais, quer pela utilização de matérias primas locais e da sua aplicação na indústria existente, quer pela leitura criativa de todo um património histórico e cultural. Esta actual comunidade criativa, conscientemente, trabalha sobre esta matéria, um misto entre passado e presente, e sobre ela e com ela, definem os objectos do futuro. Reflectem um modo de ver e de ser português inserido num sistema único e comunicante cuja principal força reside no facto de sermos um país catalisador, flexível, aberto, com identidade, que mostra o seu potencial congregador, de quem estabelece pontes. São criadores que olham para as tradições e artesanias locais ainda existentes, que adicionam conhecimento tecnológico e científico, que usam materiais sustentáveis, naturais ou não, que têm uma perspectiva inclusiva, quer do ponto de vista etário, quer social, quer económico, quer cultural.

As tendências na área do design e da arquitectura que vão evoluir e permitir distinguir o nosso país estão seguramente marcadas por aquilo que são as grandes necessidades da humanidade neste momento: melhor gestão de recursos e da relação com o planeta onde vivemos, coesão social, justiça, democracia, igualdade de oportunidades, assumpção da diversidade, saúde e envelhecimento. Quer no design, quer na arquitectura, pelo lado dos consumidores haverá uma crescente exigência relativamente aos meios de produção e distribuição utilizados e à forma como é feita a gestão dos recursos humanos e naturais.

Na verdade, a única tendência para o design e arquitectura em Portugal que podemos antecipar para o futuro é aquela que se alinha com a sustentabilidade. A que se alinha com os seus quatro pilares: ambiente, economia, coesão social e cultura. Temos tudo para que sejam lançadas as propostas e as decisões que irão dar corpo a estas tendências a partir do nosso território, da nossa história, da nossa identidade e da comunidade criativa que temos.

Propostas que nos irão levar de um mundo absorvido por um materialismo perigoso para uma sociedade centrada no humanismo e numa relação inteligente com o planeta que habita.

Portugal pode dar o exemplo.

OS PRÓXIMOS
10 ANOS
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL
EM PORTUGAL:
TENDÊNCIAS

Eventuais tendências a 10 anos no Património Cultural em Portugal

Catarina
Valença Gonçalves

Entre tendências, desejos, visões, oportunidades, conselhos, recomendações – algures na confluência destes vocábulos encontra-se o que desenvolvemos de seguida para o Património Cultural (PC) de Portugal. Temos vindo a defender estes pontos de vista em diversas ocasiões, de forma avulsa e, em particular, nas recomendações apresentadas no Estudo "Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social", lançado em 2020 (GONÇALVES, CARVALHO e TAVARES, 2020)[1]. A limitação de espaço não nos permite desenvolver de forma detalhada e exaustiva a abordagem que preconizamos para o que consideramos ser um activo estratégico de primeira ordem do nosso país. O exercício que se segue é, pois, uma mera introdução às principais linhas de actuação possíveis e necessárias de empreender para que o PC se efective como recurso incontornável na promoção de um Portugal mais harmonioso, mais equitativo e mais sustentável.

Que próximos 10 anos são estes que temos pela frente na área do Património Cultural em Portugal?

Serão os anos da abundância de verbas através do Plano de Recuperação e de Resiliência (PRR), até 2026 e, simultaneamente, o começo de um novo Quadro Comunitário de Apoio (Portugal 2030), pelo menos até 2030.

Serão os anos da aceleração e aprofundamento da perda de recursos humanos qualificados nas estruturas públicas dedicadas ao PC, impondo-se a reforma de tantos que não são substituídos por outros em número minimamente razoável, e cuja substituição

[1] *O Estudo Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, apoiado integral e exclusivamente pela Fundação Millennium bcp, coordenado por nós mesmos e realizado a 3 mãos com os nossos colegas José Maria Lobo de Carvalho do Observatório do Património e José Tavares da Nova SBE, permitiu retratar a realidade do parque patrimonial classificado do nosso país e avaliar o seu potencial económico e social caso a totalidade destes recursos estivesse, de alguma forma, aberto ao público. Adicionalmente, sistematizou ainda a evolução do sistema de gestão patrimonial público de 1974 aos nossos dias, bem como os modelos de gestão alternativos ao Estado Central desenvolvidos nos últimos 40 anos, incorrendo ainda por modelos estrangeiros passíveis de serem inspiradores para o caso do nosso país. Finalmente, o Estudo apresentou um conjunto de Recomendações Estratégicas. Parte do texto que agora aqui desenvolvemos tem por base o trabalho desenvolvido no âmbito desse Estudo.

não se faz atendendo à fundamental preservação de saberes acumulados nas diferentes casas do património.

Serão os anos da contínua crescente procura turística por parte de mercados externos, caso não haja nenhum novo cataclismo...

Serão também os anos da definitiva contaminação das dinâmicas da globalização de territórios do país até agora relativamente intocados, e que, nesta fase pós-pandémica, ganham aura da autenticidade e da humanidade que todos sedentamente procuram.

Serão os anos da contínua perda populacional, com o final já conhecido do progressivo esvaziamento do interior, mas, também, a crescente lacuna de mão-de-obra, nomeadamente, qualificada.

Serão, concomitantemente, os anos de chegada de mais imigração, eventual possível resposta à lacuna de recursos humanos qualificados, e, certamente, factor de aceleração de nova aquisição de património de grande porte (classificado ou não) para transformação em fins eminentemente turísticos.

Serão os anos do desenvolvimento da automação num conjunto de actividades, profissões e serviços com consequência evidente também na área do PC.

Como se posiciona o Património Cultural perante este cenário?

Será relevante ter uma resposta estruturada no sector do Património Cultural?

Para responder a esta pergunta para além da dimensão cultural *strictus sensu*, importa perceber quantitativa e qualitativamente a escala, a relevância e a oportunidade deste recurso.

O Estudo de 2020 atrás referido resume de forma objectiva a realidade actual do nosso "parque patrimonial", mas, também, o seu potencial de geração de valor económico e social. Debruçando-se sobre os cerca de 4500 monumentos classificados em Portugal (de um universo total de mais de 35 000 monumentos inventariados), o Estudo conclui da sua equitativa dispersão pelo país, atendendo a propriedade, nível de classificação e caracterização da população residente (nível educacional e rendimento *per capita*). O Estudo avalia, de seguida, o potencial de valor económico e social gerado caso pudéssemos antes considerar os mais de 4500 monumentos prontos a receber visitantes ao invés dos cerca de 250 monumentos classificados actualmente abertos ao público. Nessa situação, e caso estes monumentos estivessem abertos

à visitação seguindo um modelo tão efectivo quanto o dos melhores modelos de gestão identificados, seriam atingidos cerca de 56 milhões de visitantes, gerando mais de 3 vezes da receita actual e apenas em bilhética, contribuindo para 1 emprego a tempo inteiro por cada 25 000 visitantes por monumento, aumentos de 3% para os empregos directos em hotelaria e, finalmente, aumento de mais de 3% em dormidas por município.

Parecem pois claro os evidentes e múltiplos benefícios extraídos da correcta exploração deste bem.

Urge então perguntar: pode um país com as características de Portugal – tanto do ponto de vista geográfico, como social, como económico – permitir-se não considerar de forma estratégica um recurso endógeno como o Património Cultural?

Como podemos retirar todos os dividendos deste capital na forma de infra-estrutura ancestral herdada, com valor social e económico em potência?

O Estado

Para que o PC se efective como importante contributo para o desenvolvimento harmonioso do nosso país é preciso, antes de tudo, que o paradigma de actuação relativamente a este recurso se altere, indo ao encontro de um princípio constitucional, mas também de uma nova economia marcada pelos serviços.

Urge, assim, reconhecer por parte de todos, e do Estado em particular, o Património Cultural como um "Bem Colectivo estratégico de desenvolvimento económico e social sustentado do país". Trata-se de um novo paradigma de análise e de actuação que se deve materializar num conjunto de políticas de diferente origem e natureza, desenhadas de forma complementar, capazes de capitalizar todas as valências deste recurso endógeno com vista ao seu máximo usufruto e valorização.

Ao Estado deve assim caber um papel estratégico e normativo, plasmado numa incontornável Estratégia Nacional para o Património Cultural (ENPC) desde sempre em falta e que extravase o simples plano de intervenções, incluindo antes as dimensões da gestão e valorização dos bens – nacional e internacionalmente –, articulação com diversas instituições públicas e sociedade civil, num planeamento, pelo menos, a 10 anos. De facto, é tempo do Estado parar de gerir este recurso de forma eminentemente re-activa, sem pensamento prospectivo, e sem ser a uma escala temporal minimamente proporcional à perenidade do recurso em si mesmo.

Uma Economia de Serviços

Este novo posicionamento por parte do Estado relativamente ao recurso endógeno estratégico que é o PC permitiria o desenvolvimento de uma efectiva economia de serviços patrimoniais já há muito preconizada por Xavier Greffe (GREFFE, 1990). E, consequentemente, a oportunidade da inscrição selectiva do Património Cultural nos clusters de competitividade já existentes ou noutros que possam vir a ser formados, abrindo portas à exploração em banda larga deste recurso – cluster ACE: arquitectura, engenharia e construção; cluster têxtil: tecnologia e moda; cluster do calçado e moda; cluster habitat sustentável; cluster TICE – e dando espaço a todo o potencial económico transformador inerente a este bem[2].

A densificação da exploração desta economia de serviços reforçaria as oportunidades de internacionalização do sector em matéria de conhecimento, inovação, competências. De facto, pelas suas características culturais, o PC permite explorar uma diplomacia económico-cultural assente no património de expressão portuguesa[3], ultrapassando o horizonte apenas dos PALOP e Brasil e levando a especialização que já marca tantas empresas e centros de investigação neste domínio a outras fronteiras.

Alargamento do conceito de Património

Se a nova economia é sinónimo de especialização, de valor acrescentado, de sinergias e de redução de custos de produção, é por demais evidente a vantagem em juntar a dimensão natural e cultural no quadro das políticas públicas de gestão patrimonial, num modelo com escala, orientado pelos princípios da boa gestão, focando-se na garantia da entrega de valor ao cliente / visitante / consumidor / usufrutuário / depositário pelo serviço prestado e adquirido.

Sendo certo que esteve previsto este processo nos alvores do 25 de Abril[4], sendo igualmente claro como o *lobby* do Ambiente tem uma força incomparavelmente superior à dos recursos patrimoniais – não fôra trabalhar com um poderosíssimo argumento utilizado desde sempre e com grande efeito – o medo da extinção –, e apesar de não haver uma relação estabelecida entre as respectivas instituições tutelares, foi a pandemia que veio reforçar a evidência desta comunhão na óptica do consumidor / utilizador / cidadão / visitante. De facto, a visita ao Património, para além de contribuir para cidadãos mais informados – logo, com mais liberdade de escolha – vê agora ser-lhe reconhecida igualmente o seu directo contributo ao Bem-Estar ou – como vulgarmente agora se intitula – à Saúde Mental (UNESCO UK, 2021), reconhecimento que a dimensão Natureza já há muito tinha alcançado. A junção destes dois recursos numa política comum beneficiaria assim, antes de mais, os cidadãos que poderiam usufruir de uma oferta estruturada entre edificado e natural com valor cultural, ambos com selos que classificaríamos de "probióticos" relativamente à Saúde Mental.

Com esta junção, visitar um palácio e o seu jardim; visitar uma linha costeira e os seus fortes ou faróis, visitar o ecossistema do montado e as ruínas romanas que afloram nesta paisa-

[2] Para uma visão actualizada dos Clusters de Competitividade cf. https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Empreendedorismo-Inovacao/Eficiencia-Coletiva-e-Clusters/DOCS/Brochura-Clusters.aspx.

[3] Apenas em Património Mundial de expressão ou influência portuguesa contabilizam-se 26 classificações em África, Ásia e América do Sul.

[4] Cf. a entrevista dada por Natália Gorreia Guedes à patrimonio.pt, em 2012 (https://www.patrimonio.pt/post/2012/09/21/natália-correia-guedes-o-património-do-lado-da-cultura-ippc-1979-84).

gem e por aí em diante resultaria em ofertas mais consistentes, cativantes e – pela mais evidente e fácil associação do cidadão comum ao património de tipo natural – mais alargadas, chegando a públicos habitualmente desligados da vertente patrimonial tradicional.

O mesmo raciocínio se aplica à componente das Artes & Ofícios[5] ou dito Património Imaterial – ele também, na sua dimensão "experiência de lazer", fortemente contributivo do Bem-Estar individual e colectivo. Acresce que estas Artes & Ofícios, quando ainda praticados, permitem enaltecer o saber de cidadãos mais velhos, muitas vezes relativamente esquecidos e desvalorizados na sua mestria singular, colocando-os como protagonistas de um processo de partilha – onde, nessa circunstância, quem sabe menos são os jovens eminentemente urbanos *vs* os desconhecidos velhos rurais. Também neste campo, a possibilidade de experienciar estas práticas artesanais surge atractiva para um público bem diverso do tradicional público visitante do PC chegando, nomeadamente, a faixas etárias mais novas. Por fim, a valorização desta prática no quadro de uma política patrimonial concertada contribuiria decisivamente para o propósito de economia de serviços e de internacionalização anteriormente referenciada, em particular, em matéria dos mercados de alto valor acrescentado, de nicho, fortemente inovadores e cosmopolitas.

[5] Artes & Ofícios são reconhecidos na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030: *"[...] reactivação inovadora do artesanato e dos materiais tradicionais combinados com preocupações ecológicas"* (SILVA, 2020: 120).

[6] A Academia do Património avançada por Lino Tavares Dias poderia ter aqui um papel preponderante (DIAS, 2023).

Que Educação formal e não formal alimentaria o capital humano e o público consumidor subsequentes?

Portugal debate-se com um grave problema de mão-de-obra, tanto qualificada como não qualificada. O caso do PC não é excepção, com as suas particularidades.

Faltam técnicos qualificados nas instituições públicas tanto por restrições de entrada, como por falta de vocações suficientes, como ainda por reforma dos que lá estão e sem que a sua saída seja precedida da imperiosa passagem de conhecimentos: é imperioso estancar esta perda de conhecimento, dificilmente recuperável[6].

Mas também falta a disponibilidade dos jovens que se formam agora nas universidades para trabalhar onde o Património Cultural está, isto é, junto dos mais de 35 000 monumentos inventariados no país e distribuídos de forma particularmente equitativa por todo o território nacional – felizmente, não se concentram em Lisboa, Porto ou Coimbra, cidades onde estão as principais universidades nesta área de saber.

De facto, a formação em Património Cultural continua muito centrada eminentemente no conteúdo de especialidade histórico e artístico, sem contemplar em quantidade e qualidade relevantes dimensões de formação incontornáveis nos dias de hoje para qualquer profis-

sional neste campo, a saber, comunicação, marketing, gestão, programação, tecnologia. Uma formação que versasse estas dimensões ajudaria a um contacto com o mundo real do trabalho em Património Cultural na sua dimensão matricial de "chegar às pessoas", permitindo um maior conhecimento das inúmeras potencialidades que existem em todo o país neste campo e abrindo espaço à disponibilidade destes futuros profissionais para trabalhar nesses territórios patrimonialmente de segunda linha – como o Estudo de 2020 deixa claro, serão todos os territórios do país à excepção de Lisboa, Porto e Sintra (GONÇALVES, CARVALHO e TAVARES, 2020).

Neste ponto, é fundamental igualmente reforçar o papel do Estado na promoção da permeabilidade entre sector universitário e mercado empresarial: se as empresas estão carentes de recursos qualificados e se os alunos precisam de experiências práticas no seu processo formativo, há que agilizar de forma particularmente apelativa o estabelecimento precoce de uma relação entre estes dois agentes, favorecendo relações de contratação futuras e suprimento de lacunas de mão-de-obra qualificada no campo empresarial, seja ele da área da tecnologia aplicada, touring cultural e paisagístico, mediação e interpretação patrimonial, conservação & restauro, design de equipamento, eventos no património...

Se falámos até agora da formação universitária, há que recuar ao nível da formação profissional para poder compreender a profundidade da mudança a operar. De facto, muitos dos territórios do interior tão ricos em Património Cultural não dispõem de ensino secundário, recorrendo-se à formação profissional como forma de garantir o ensino obrigatório a estes jovens. A formação disponibilizada centra-se, de uma forma geral, em áreas como a hotelaria, a restauração, a informática, a assistência social e, apenas em seis casos, a nível nacional, no Património Cultural (GONÇALVES, CARVALHO, TAVARES, 2020: p.192).

Se é certo que o Catálogo Nacional de Qualificações já prevê a existência de formação no campo da conservação & restauro, da gestão patrimonial, do turismo cultural e, por fim, das Artes & Ofícios, é absolutamente necessário não somente uma reformulação dos *curricula* dos actuais cursos, mas, sobretudo, que estes estejam efectivamente disponíveis e à escala nacional: uma promoção criativa destas opções curriculares junto dos mais jovens e um trabalho de perto com as Escolas Profissionais existentes e a sua estrutura de docentes, neste momento muito distantes destas temáticas, são duas medidas centrais para que esta oportunidade se concretize, sob pena de continuarmos a estimular e a financiar a debandada dos jovens dos territórios do nosso interior.

Se esta é a mudança necessária ao nível da formação profissional e graduada, o que se advinha para os primeiros anos de escolaridade?

O Estudo de 2020 deixou bem claro como a referência ao património classificado nos livros de História e Geografia – comprovadamente eficaz na promoção de visitas –, é incipiente quando se atende à diversidade e riqueza deste legado cultural.

A implementação de um Programa de Educação Patrimonial (PEduP), passível de ser articulado com o Plano Nacional das Artes (PNA), actualmente em funcionamento, permitiria, por um lado, garantir um universo de potenciais consumidores futuros do Património Cultural, universo esse mais independente de dinâmicas turísticas sujeitas ou não a cataclismos como aquele que vivemos em 2020; mas, também, permitiria trabalhar o património de proximidade, aproveitando as recentes alterações de autonomia curricular e da maior intervenção por parte das autarquias nas escolas[7].

Almejaríamos a um trabalho com o Património Cultural como palco de futuros possíveis, como verbo de acção, como espaço de criação de cidadania, práticas democráticas, mas, também, irmos para além de novos e fundamentais fruidores do património, originando novos produtores culturais, criando saudáveis regimes de apropriação, na linha do defendido por Paulo Pires do Vale (VALE, 2023)[8].

Mas que modelos de gestão poderiam orientar esta actuação participativa, colaborativa e colectiva?

Se um PC é um Bem Colectivo, todos têm o dever de proteger este legado, mas, também, todos têm o direito de sobre ele opinar e intervir. Cabe ao Estado estimular ou acomodar esta participação activa dos cidadãos na gestão deste bem – que, na sua dimensão cultural, a todos pertence – desde que o propósito da fruição democrática esteja subjacente ao propósito de intervenção. Antecipamos, assim, o surgimento de 3 novos modelos de gestão, cumulativos com os já existentes no presente.

Gestão de Proximidade

A preocupação dos modelos de gestão a desenvolver deve estar centrada na garantia do usufruto deste bem, de forma aberta à sociedade. De facto, no campo das boas práticas da Gestão, a materialização do cumprimento em toda sua extensão da assunção do paradigma de Bem Colectivo implica uma Gestão de Proximidade e esta, por força de razão, tem de estar assente em parcerias de diferente natureza, constituída pelas forças vivas dos territórios, nomeadamente, no formato de parcerias público-privadas.

Aliás, e como bem nota Lino Tavares Dias, o Estado já desenvolveu este modelo assente nas forças vivas da sociedade civil no campo social, com a figura das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social: importava agora trazer para o campo do PC esta filosofia de partilha de responsabilidades, de delegação de competências e de optimização dos recursos disponíveis numas possíveis e entusiasmantes Cooperativas do Património Cultural (CPC)[9].

[7] Naturalmente, o referido Programa em causa deve contemplar ainda uma fundamental dimensão de formação de professores, procurando contribuir de forma directa para a qualificação profissional local, novamente, a Academia do Património de Lino Tavares Dias a poder ter um papel fundamental neste campo.

[8] A estratégica capacitação da população mais jovem dos territórios do interior é um passo determinante para o ganho da massa crítica necessária à viabilidade da gestão do Património Cultural, conforme deixou claro o Estudo de 2020. Veja-se, a este propósito, o exemplo paradigmático da Cooperativa La Paranza que vela e explora as Catacumbas de Nápoles e vencedora de European Heritage Award em 2022 (https://www.europeanheritageawards.eu/winners/la-paranza-cooperative/).

[9] O modelo da Cooperativa é particularmente interessante no caso do PC, principalmente na sua versão de Cooperativa de Interesse Público (Cf. Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro).

A inclusão deste pressuposto e o desenvolvimento desta figura de CPC traria evidentes benefícios tanto para o património em si mesmo, como para a comunidade que dele pode beneficiar mais directamente: associações locais, empresas de animação turística, empresas de gestão do património, em directa associação com as autarquias e outros proprietários destes bens, levariam a cabo uma gestão cooperativa, integrando os cidadãos dos territórios onde o património se encontra e alargando o posicionamento deste recursos, reforçando consequentemente as maiores possibilidades de efectiva viabilidade económica.

Note-se, aliás, que desenvolver este modelo de gestão no quadro de tipologia de modelos possíveis a definir na desejada ENPC não iria mais do que ao encontro do enunciado não somente pela própria Política de Coesão que destaca, em matéria de Governança Territorial, *"a necessidade de existirem sistemas de gestão partilhada, baseados em parcerias e instrumentos territoriais que não têm de estar obrigatoriamente associados a um determinado enquadramento institucional. Esses sistemas de gestão partilhada podem definir novas configurações e extravasar limites administrativos e implicar abordagens institucionais mais flexíveis"* (PNPOT, p.54)[10], mas, também, pela Convenção de Faro onde se plasmou a importância de deslocar o foco do património em si mesmo para, antes, a relação estabelecida pelas comunidades com este recurso[11].

Medidas Compensatórias do regime de concessão e outro tipo de concessões

Através do programa REVIVE - Reabilitação, Património e Turismo e, antes disso, com o contrato de exploração firmado com o Grupo Pestana para as Pousadas da ENATUR, o Estado equaciona e põe em prática, desde há muito, a figura da concessão aplicado a património público e classificado. Nestes casos, o fim turístico destas intervenções é obrigatório já que a viabilidade financeira da operação é um requisito *sine qua non* para a atribuição da concessão.

Adicionalmente, o Estado também abre a concessão de casas de cantoneiros, escolas primárias, antigas estações de caminhos-de-ferro e um conjunto de outros imóveis não classificados, mas com relevância cultural aos possíveis interessados públicos ou privados que neles queiram investir – recuperação física – e explorar de forma a gerar um retorno económico suficientemente relevante para cobrir a renda devida ao Estado.

Se, no segundo caso, nada há a apontar por se tratar de imóveis públicos devolutos e não classificados, já no caso dos monumentos classificados entregues a exploração – e sem debater aqui se o fim turístico é, efectivamente, o único viável ou sequer o desejável – temo-nos vindo a questionar, desde há muito, sobre a legitimidade das obrigações do concessionário: é admissível que a retirada de um direito constitucional ao cidadão comum – o da fruição – relativamente a um bem público de natureza cultural e classificado, por motivo da natureza do novo serviço que ali se presta – hotelaria privada e de luxo, a maior parte das

[10] *"[...] há cada vez mais cidadãos informados e com vontade de se envolverem na concepção de estratégias, nos processos de decisão ou no desenho e desenvolvimento de acções públicas. [...] A tendência futura sugere um maior envolvimento das organizações e da sociedade civil nos processos de decisão. Neste contexto, o sector público e os processos de governança assumirão importantes papéis na facilitação"* (PNPOT, p.21). A reforma administrativa em curso ao nível quer da transferência de competências do Estado central para os municípios, quer da transferência de competências na área da Cultura das Direcções Regionais para as Comissões de Coordenação Regional seria uma óptima ocasião para incluir a sociedade civil no campo da gestão do Património Cultural.

[11] Cf. Convenção de Faro, 2005 (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008).

vezes – não seja compensada com uma medida de investimento, nomeadamente, junto da população de proximidade? Não devia o concessionário, no seu contrato de exploração a 25 ou 50 anos, ficar na obrigação de, durante esse período, comprometer-se em entregar uma percentagem das receitas a um projecto de desenvolvimento local de base patrimonial do território onde se inscreve? Não deve o direito de fruição ser compensado com um outro bem / serviço do directo interesse da população?

Veja-se aliás que estas medidas compensatórias existem, há muito, no campo do Ambiente, devidamente percepcionado como um Bem Colectivo pertença de todos e que, em caso de perda ou cessação do seu usufruto, obriga ao estabelecimento de proporcionais medidas compensatórias[12].

[12] Veja-se o caso exemplar, no nosso entender, da Herdade da Coitadinha, da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. e que originou o fabuloso Parque de Natureza de Noudar.

Nestes casos, a leitura pouco ambiciosa relativamente ao Património Cultural e que decorre não somente de ter sido percepcionado durante tantas décadas meramente como um custo, mas também de continuar a não ser encarado como um Bem Colectivo, é a do concessionário já estar a resolver um problema ao qual o Estado não conseguiria fazer face – o da recuperação do imóvel –, pelo que o retorno para os cidadãos esgota-se nesta dimensão conservacionista, esquecendo ou desvalorizando por completo o princípio constitucional da fruição.

Sublinhamos que somos totalmente a favor do regime de concessão, julgando mesmo que ele deve ser estendido a outro tipo de património classificado, em estreita correlação com o princípio da Gestão de Proximidade e na impossibilidade do Estado assegurar a devida exploração de muitos dos recursos sob a sua tutela. Contudo, não cremos que esta concessão possa não contemplar medidas compensatórias dirigidas a toda a comunidade e, em particular, àquela que convive de perto com estes recursos herdados – tornando-a representante de todos os restantes cidadãos igualmente em perda deste direito de fruição que efectivamente lhes pertencia.

De facto, circulando pelo país real – fora, portanto dos pólos turísticos de Lisboa, Porto ou Sintra – deparamo-nos com recursos patrimoniais sem fim: uns abertos e bem, outros abertos com grande e contínuo esforço, e a maior parte fechados. Tal sucede com bens propriedade do Estado, da Igreja, dos Municípios e, também de privados singulares – aos quais dedicaremos o ponto seguinte. Em alguns casos, o Estado tem empreendido, através das suas delegações descentralizadas, parcerias estratégicas, mas avulsas com os municípios onde este património se encontra, procurando transferir para quem "tem mais interesse" na abertura destes espaços, a sua gestão diária. Acontece que gerir Património Cultural é muito mais do que somente "garantir a abertura": como referimos aquando da necessidade de uma actualização dos *curricula* universitários neste campo, implica domínio de um conjunto de outras valências, de uma capacidade de inovação regular e de um controle financeiro aturado – a abertura do espaço sendo, de facto, apenas um dos vectores da equação.

Então, porque não estimular modelos de concessão a privados, localizados nesses territórios e experientes no campo da gestão? Porque não densificar esta parceria estratégica com as autarquias e estendê-las aos outros actores do território, mesmo que com natureza privada e fins lucrativos? Porque não desenvolver modelos de negócio onde os custos procuram ser cobertos com uma pluralidade de fontes de financiamento entre sponsors, receitas directas de bilhética de visitação ou de realização de eventos-âncora, de aluguer de espaço, de direitos de imagem[13], de projectos comunitários de longa duração?[14]

O regime de concessão do PC deve assim estender-se aos recursos e aos actores que evidenciam capacidades para explorar estes recursos culturais de forma sustentável, incorporando-se nesta sustentabilidade o princípio do usufruto regular por parte de todos os cidadãos e o contributo desta exploração para o efectivo desenvolvimento do território, com integração, enquanto protagonista, da própria comunidade local.

No caso das grandes concessões de património classificado para hotelaria, a inclusão da obrigatoriedade do desenvolvimento e da colocação em prática de um Programa de Educação Patrimonial que aproxime os miúdos da localidade deste seu bem, assim como o apoio à componente da formação profissional poderia ser uma possível moeda de troca obrigatória e imposta por parte do Estado.

O Trust

Como o nome indica, a figura de Trust pressupõe a entrega de bens a um conjunto de *trustees* que asseguram a sua boa gestão. O modelo jurídico existe para inúmeras instituições mundiais, mas destaca-se no caso do National Trust da Grã-Bretanha[15]. Hoje, existem já mais de 80 National Trusts inspirados no modelo britânico espalhados pelo mundo e associados na INTO – International National Trusts Organisation. Sendo certo que a realidade britânica é substancialmente diferente da portuguesa, também existem *trusts* em países mais próximos culturalmente de nós, como é o caso de Itália – com o FAI – Fondo Ambiente Italiano a surgir há mais de 45 anos (1976) – embora, novamente, a realidade económica, a história recente do país e a relação dos italianos com o património dificilmente possa ser equiparada à portuguesa.

De acordo com um estudo recente (KEPLER, 2022), existem em Portugal cerca de 2000 casas antigas, parte delas dispondo adicionalmente de jardins considerados históricos. São bens pertença de famílias descendentes de aristocracia secular, normalmente, sem meios financeiros, humanos ou conhecimentos para fazer face à grandiosidade do património herdado. Que fazer, então, relativamente a estes bens privados de enorme interesse patrimonial?

A recente história política de Portugal não favorece o sucedido em Inglaterra nos alvores do século XX e ainda hoje: a doação desse património a um Trust, conjuntamente com uma

[13] Veja-se os resultados da Portugal Film Comission (Cf. Jornal Público, 3 de Fevereiro de 2023).

[14] Neste sentido, a concessão pode igualmente equacionar redes temáticas de oferta que permitam ganho de escala em todas as dimensões, nomeadamente, a da atractividade turística, tendo em conta as particularidades geográficas do nosso país – poderia ser o caso dos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve criados nos anos 90 e, depois de um avultado investimento de preservação e valorização, estarem perdidos em múltiplas entidades gestoras, desagregadas entre si, sem harmonia de oferta, alguns estando mesmo fechados. De facto, no Estudo de 2020, conclui-se que é condição para a determinante melhor gestão do Património Cultural no caso de universos com quantidade e qualidade de património de dimensão considerável, a importância dos serviços de natureza comercial serem assegurados por uma entidade com gestão de tipo privado, mas sempre em consonância com a missão e com a gestão financeira do universo patrimonial em causa. A forma exacta dessa entidade é tão menos relevante quanto mais a política pública a montante for consistente com o princípio de Bem Colectivo que deve nortear toda a actuação em Património Cultural.

[15] No ano de 2019, o National Trust recebeu aproximadamente 28 milhões de visitantes nas suas propriedades com ingresso pago e aproximou-se dos 6 milhões de membros individuais subscritores de uma anualidade de acesso às actividades culturais da

organização. Para além de ter mais do que duplicado o número de membros desde 2000 (2,7 milhões, nessa ocasião), o NT apresenta, à data de hoje, uma elucidativa taxa de 85,4% de renovação anual de afiliação dos seus membros. A componente da afiliação representa perto de metade das receitas geradas pela organização (cerca de 700 milhões de euros em 2019). Outros 100 milhões provêm de fundraising, 10% deste montante sendo obtidos pelos próprios membros em estreita relação com os locais que lhes são queridos: sorteio de rifas, venda de bolos ou realização de maratonas pelo património traduzem-se no valor referido. A actividade comercial totaliza cerca de 46 milhões de euros. Importa reter assim alguns exemplos da organização e estratégia do National Trust como ensinamentos passíveis de serem exportados para a realidade portuguesa. Por um lado, a fundamentação da actividade de uma entidade gestora de Património Cultural na partilha do bem ("Forever, for everyone"). A diária materialização desta missão, acomodada numa estratégia a 10 anos, revista aturadamente e adaptada se necessário, transcorrida metade da década. Na sequência deste princípio, uma política de accountability rigorosa e transversal a todos os níveis da organização. Complementarmente, a ancoragem na sociedade civil também para a realização das suas actividades (feita pelas pessoas, para as pessoas e com as pessoas), não somente através da criação de um corpo de voluntários, como da angariação de parte muito considerável das receitas mediante uma política de fidelização particularmente bem conseguida. Na mesma lógica de optimização de

renda provinda da exploração de terras, em troca da preservação do bem, da abertura ao público do mesmo e, ainda, da possibilidade de permanecer a viver numa parte da casa[16]. Com os acontecimentos de há menos de 50 anos da Reforma Agrária, dificilmente entregariam estes proprietários os seus bens em regime de doação a qualquer tipo de entidade – não temos, portanto, essa cultura instalada ou contexto que a favoreça; por outro lado, a doação teria que vir com um dote associado o que, também tendo em conta a realidade de muitos destes proprietários, dificilmente seria exequível para muitos deles.

Devemos assim antes avançar antes pela via da conjugação da "necessidade" com a "oportunidade": existe uma crescente procura pelo património português e este, devidamente organizado, pode gerar dividendos relevantes – como o caso da Parques de Sintra - Monte da Lua tão bem ilustra. Trata-se assim de aplicar a um conjunto destas casas antigas e jardins históricos, propriedade privada, o modelo de gestão de excelência preconizado na PSML e de fazê-lo no quadro de um regime de concessão tipificado de longo prazo aplicável a todas as propriedades que a ele quiserem aderir. A este Trust caberia a responsabilidade de gerir estas propriedades privadas, de garantir a sua abertura ao público disponibilizando uma tipologia de serviços recorrente em todas as propriedades integrantes, desenvolvendo uma programação comum mas também específica para cada propriedade e levando a cabo a gestão financeira de cada propriedade e do Trust no seu todo[17]. Deste modo, não haveria passagem de propriedade se assim não se quisesse, mas obrigaria a um investimento inicial por parte do proprietário, assim como a uma negociação de uma percentagem dos dividendos gerados com a exploração turística do bem e a reverter para o proprietário.

recursos e oportunidades, uma evidente permeabilidade entre Património Cultural e Natural, estabelecendo um contínuo quer do ponto de vista de experiência de visitação, quer do ponto de vista de práticas de gestão. Ensinamentos simples que nos parecem fazer sentido implementar em Portugal ao nível da política central, com o seu desdobramento junto de outras entidades actuantes em Património Cultural. (GONÇALVES, CARVALHO e TAVARES, 2020).

[16] Umas das grandes motivações para estas doações ao National Trust prendeu-se com o impacto da legislação das heranças no pós-II Guerra Mundial, quando muitas destas famílias tinham ficado amputadas de herdeiros, adicionando-se o custo do imposto sucessório.

[17] A agregação de recursos como modelo de gestão permite, nomeadamente, a aplicação do princípio de solidariedade orçamental entre bens, sem nunca descurar a viabilidade e a gestão autonomizada de cada recurso por si mesmo; a criação de mecanismos de fidelização cativantes e economicamente rentáveis; a atractividade junto de potenciais voluntários e mecenas – quer sejam colectivos ou de natureza individual.

O surgimento de um Trust paras as Casas Antigas e Jardins Históricos do nosso país seria assim um desenvolvimento muito bem-vindo no quadro das políticas patrimoniais em Portugal e permitira activar um manancial de recursos até agora adormecido[18]... até porque, para além do evidente interesse dos turistas estrangeiros e dos profissionais do sector, todos os habitantes em torno de cada uma destas casas terão uma imensa curiosidade de conhecer os interiores da "Casa Grande" da vila, favorecendo a aproximação do cidadão comum ao Património Cultural.

[18] Excepção feita à Casa de Mateus, em Vila Real, ao Palácio Fronteira em S. Domingos de Benfica, Lisboa e ao projecto Santar Vila Jardim, em Nelas, ele próprio já um precursor deste modelo de *trust*.

Que Financiamentos?

A dimensão financeira deve acompanhar o paradigma do Bem Colectivo, procurando que todos contribuam de diversas formas para a concretização desta abordagem. Importa assim evoluir no sentido de um orçamento, também ele, colectivo ou, melhor dizendo, colaborativo.

Do lado do Estado

Do lado do Estado, a ultrapassagem do déficit crónico no Património Cultural pode estar depositada num orçamento interministerial e padroeiro de projectos transversais tanto em termos territoriais, como em termos de campo de intervenção, como ainda em termos de actores das dinâmicas propostas: a transversalidade do recurso do Património Cultural pede e favorece uma confluência ministerial (Educação / Ciência / Cultura / Economia), mas, também, inter-administração pública (Administração Central e Local) com a inclusão das Comunidades Intermunicipais e das Autarquias no processo.

Há, efectivamente, outras entidades a alocar verbas consideráveis ao Património Cultural público – é o caso do Turismo de Portugal com os seus programas de investimento (Valorizar e, agora, Transformar), e das próprias autarquias e das CIM quer directamente, quer via fundos comunitários diversos. Contudo, é uma mera soma de partes e, até por vezes, uma sobreposição de partes, desperdiçando-se toda a sinergia, optimização e eficiência que poderia ser gerada a partir de um plano desenhado em comum também do ponto do de vista financeiro: esta estratégica colaboração pública a nível financeiro é, pois, premente e resolveria uma parte relevante dos problemas de déficit crónico apontados à gestão pública do sector.

Do lado da Sociedade Civil

Uma outra dimensão a realçar, e ainda incipiente no nosso país, são os mecanismos de financiamento provenientes da sociedade civil: damos destaque às campanhas de recolha de fundos (*fundraising*) em espécie ou em género e aos jogos de sorte e azar.

O caso recente da campanha do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) "Vamos pôr o Sequeira no Lugar Certo" é um exemplo paradigmático do que pode e do que deve ser feito para envolver a sociedade civil na preservação e desfrute do Património Cultural. Também é um exemplo paradigmático da ausência das grandes empresas nacionais no apoio à iniciativa, tendo cabido a uma fundação estrangeira o garante do objectivo proposto, corroborando a carência de sentido de responsabilidade social no campo do Património Cultural atrás referido. Contudo, o mais relevante da campanha em causa foi a evidência do cidadão estar disposto a participar do seu bolso, mesmo à sua pequena escala, numa acção colectiva em torno de um bem comum de natureza cultural. Essa confirmação deve ser aproveitada de forma estratégica por parte do Estado – já o devia ter sido –, cavalgando essa circunstância para estabelecer definitivamente uma relação de proximidade com os verdadeiros detentores do património. Trata-se no fundo de criar esta relação – "todos contam para o Património Cultural" – e de materializá-la em acções com retorno financeiro, sejam elas participação monetária, em géneros ou em trabalho de voluntariado. Determinante é que o público saiba com total objectividade para aquilo que está a contribuir: a adesão dos cidadãos teria sido outra se a campanha do MNAA tivesse sido abstracta, relativista, sem uma obra, um prazo e um montante concretos.

É nesse sentido que recomendamos a revisão da recentemente extinta "Raspadinha do Património": a participação dos cidadãos na esfera do Património Cultural não pode ser senão precisa, concreta, objectiva e mobilizadora desse reduto poderoso que é o sentimento de pertença e de identidade. Anular estas dimensões assentando no facilitismo que é aportado pela dinâmica de jogo de sorte e de azar – nos quais os portugueses são pródigos – desbaratará essa oportunidade de estabelecimento de uma relação directa com quem, mesmo que por motivos outros – o ganho de um prémio monetário – efectivamente dá e contribui financeiramente para o Património Cultural. Neste campo, basta olhar para os nossos vizinhos franceses e ingleses com as suas várias fórmulas de lotaria para perceber e escolher uma opção que capitalize esta oportunidade única de ter o cidadão a contribuir financeiramente e de forma voluntária para o Património Cultural na forma de uma Lotaria do Património[19].

[19] Veja-se o concurso da lotaria dos franceses "Mission Patrimoine": um hino à democracia cultural.

A Mediação como "super poder" dos próximos 10 anos

As duas dinâmicas de angariação de fundos junto da sociedade civil pressupõem aquilo que, no nosso entender, mais tem faltado às políticas públicas de Património Cultural no nosso país: o foco nas pessoas. Temos estado, historicamente, centrados na dimensão conservacionista mais do que na garantia do usufruto do bem – e sendo que a segunda não depende nem única nem exclusivamente

da primeira a não ser que se trabalhe somente para o "novo Portugal turístico", preocupados com as condições de visitação dos experimentados consumidores que já decidiram frequentar os nossos monumentos e museus.

Em qualquer uma destas dimensões, continuamos longe do princípio constitucional da fruição para todos os cidadãos. No caso de não nos movermos por princípios de natureza democrática – uma efectiva possibilidade, reconheçamos... – devemos perceber que continuamos a afastar-nos progressiva e perigosamente da possibilidade da sustentabilidade destes legados: quem visitará futuramente este Património Cultural se não estamos a ganhar fãs e adeptos junto dos mais jovens? Quem serão os técnicos de futuro destes recursos se cada vez temos menos técnicos qualificados a operar no sector e cada vez com maior dificuldade de colocá-los onde o património efectivamente está?

A par de todas as acções anteriormente referidas, a Mediação Cultural é a dinâmica chave para os próximos 10 anos da actuação no sector. E entendemos aqui por Mediação o entregar a cada cidadão formas de aproximação a este Bem Colectivo adequadas ao seu ponto de partida em termos de localização geográfica, classe social, poder económico: é preciso banalizar o usufruto e a apropriação do Património Cultural.

Aqui entram em campo as poderosas ferramentas tecnológicas, primeiramente, ao nível da comunicação: um fundamental Concurso de Televisão sobre Património Cultural dirigido a Escolas mas com a possibilidade de juntar Educadores ou forças vivas do território da escola representada, à maneira daquilo que os franceses fazem há tantos anos e com tanto sucesso quer em termos de audiências, quer em termos de resultados escolares associados, quer em termos do fortalecimento da relação destes jovens com estes bens – afinal, é para dinâmicas similares que temos uma Televisão Pública; e porque os jovens não estão somente ou sobretudo na televisão como suporte comunicacional referencial, a criação de um youtuber influencer na área do PC, com uma abordagem cativante para os mais novos e geradora de positiva idolatria pelo conjunto dos seus atributos – nomeadamente, o conhecimento.

De seguida, ao nível da apropriação da experiência de visitação: faltam tecnologias que permitam ao visitante ser o protagonista do processo ao invés de mero utilizador tecnológico passivo – que é efectivamente o que se oferece quando deixamos de ler a legenda na sinalética mas através de um QRCode. A tecnologia pode muito mais do que as realidades aumentadas ou as aplicações compiladoras de informação cada vez mais recorrentes. Um visitante-protagonista num mundo onde cada vez mais experiências são passíveis de personalização é um campo determinante de evolução na conquista de mais público generalista para o Património Cultural.

Por fim, a boa utilização da tecnologia para criação de experiências de alto valor acrescentado no campo da visitação: alargamento dos slots de horários com visitação "fora de horas"; a introdução do *yeld management* que permita a obtenção de bilhetes para visitas

ou outro tipo de programação no Património Cultural sujeita à flutuação da procura, gerando oportunidades únicas de aquisição e fomentando fortemente a compra de impulso; a maleabilidade e a virtualidade do acto de compra que garante a inscrição desta experiência no programa de lazer do adquirente – mesmo que não o efective – e nivela o serviço da experiência patrimonial a tantas outras do campo do lazer e do entretenimento, eminentemente *user friendly*; a introdução de mecanismos de fidelização à visitação – sendo certo que neste campo seria tão oportuno a criação de uma Cartão do Património que permitisse o *cross selling* entre várias unidades patrimoniais, independentemente da sua tutela, e que facilitasse a circulação do cidadão pela oferta existente a nível nacional.

Directamente associado a este último ponto mas também válido *per se* autonomamente, a introdução de dinâmicas de voluntariado ou de contributo financeiro voluntário na visitação de alguns equipamentos, reforçando o papel de decisor do cidadão e favorecendo o seu fundamental sentimento de apropriação do bem. De facto, o Turismo de Voluntariado é um campo ainda por explorar no nosso país, sendo muito poucas as experiências realizadas neste contexto em Portugal[20]: cada vez mais pessoas estão interessadas em contribuir de forma activa para a preservação de "modos de vida" considerados autênticos, expressos na forma de manifestações culturais, de património edificado ou de património natural. Ora, Portugal é um país com um conjunto de recursos culturais, patrimoniais e naturais muito diversificado e relevante, mas também equitativamente distribuído pelo país: é nesse sentido que o Turismo de Voluntariado se revela uma excelente oportunidade de contributo efectivo para a preservação de heranças diversas, assim como uma linha de trabalho determinante para a mais correcta distribuição dos tráfegos turísticos para territórios do interior e dos consequentes efeitos multiplicadores a nível económico e social deles decorrentes.

[20] Excepção feita para o caso pioneiro da Rota do Fresco entre 2022 e 2004 e, novamente em 2022 e 2023, assim como para a associação Palombar que, conjuntamente com a Union REMPART, levou a cabo inúmeros projectos de campos de conservação e restauro internacionais. Dado o contexto eminentemente académico ou de carácter científico das recorrentes campanhas de escavação levadas a cabo na Arqueologia não as integramos na definição de Turismo de Voluntariado.

Uma outra conquista importante de alcançar neste propósito de banalização do usufruto do Património Cultural é o de trazer as marcas para este sector, novamente à semelhança da associação verificada entre marcas e dinâmicas ambientais. É uma relação por estabelecer e que teria impacto no PC tanto em termos financeiros, como em termos de notoriedade. Para que ela se efective, somente uma forte política nacional integradora dos diferentes agentes que compõem o sector poderá convencer as grandes marcas a ver benefícios de imagem na sua associação a este recurso: Bem Colectivo, sustentabilidade, autenticidade, equidade, Bem-Estar, identidade, legado, prestígio são alguns dos valores que o Património Cultural pode conferir às marcas, valores dos quais as marcas necessitam para o seu processo de diferenciação e que são particularmente difíceis de obter. A assunção do paradigma do Bem Colectivo, a consequente ENPC, incluindo PEduP são condições determinantes para poder trabalhar esta dimensão de forma efectiva e com resultados relevantes – basta ver o caminho trilhado pelo Ambiente neste domínio...

Ainda, as obras como oportunidade única de aproximação do cidadão comum: as pessoas são *voyeurs* por natureza. Adoram o exclusivo, o inacessível, o único e a possibilidade de entrar ou experienciar espaços aparentemente interditos. Se tal é um estímulo forte para a visitação às casas antigas atrás mencionadas, também o é aquando de obras de conser-

vação & restauro em curso. É determinante tornar obrigatória, em qualquer intervenção empreendida, a abertura do estaleiro para visitação. Trata-se de uma realidade há muito levada a cabo nos países europeus vizinhos e, igualmente, pela PSML. De facto, garantidas as condições de segurança, não há motivo para excluir o cidadão do usufruto da intervenção em curso num bem que é de todos – e que efeitos tem junto do cidadão comum poder perceber, "ao vivo e a cores", num andaime ou de joelhos no chão, juntamente com os técnicos especializados, as intervenções não mágicas, mas de enorme precisão, rigor e complexidade que são levadas a cabo na recuperação de património. Com o PRR centrado em obras no caso do PC, a inclusão de uma componente de "Estaleiro-Aberto" deveria ser uma obrigatoriedade que ainda vamos a tempo de implementar e dela retirar todos os particularmente ricos dividendos.

Referiríamos, ainda, a importância de serem criados eventos âncora da celebração do Património Cultural, à escala nacional, dirigidos a públicos diferenciados e com os quais as pessoas pudessem contar todos os anos, como já ocorre com as bem sucedidas Jornadas Europeias do Património. É determinante dar oportunidade às pessoas de celebrar o Património Cultural. E, cumulativamente, desenvolver entusiasmantes dinâmicas concursais, numa saudável competição de lazer, em iniciativas que podem facilmente agregar marcas de grande consumo, contribuindo para que o Património Cultural finalmente chegue ao cidadão comum.

Por fim, a valorização desse imenso conjunto de cidadãos cada vez mais recorrentes e espalhados por todos o país – os seniores – e que têm um papel determinante no suprimento de lacunas de colaboradores qualificados, no quadro da experiência autêntica em Património Cultural, no âmbito da estratégia de capacitação do interior com base no Património Cultural, e, por fim e de forma evidente, no quadro de políticas de Saúde & Bem-Estar.

Assim, mais do que construir ou criar novos equipamentos museológicos, e mesmo, mais do que a mera conservação física do bem em si mesmo, há todo um trabalho por levar a cabo de integração e qualificação da visita ao bem patrimonial – eventualmente, uma iniciativa menos faustosa, mas mais consequente na adesão do cidadão comum ao PC (GONÇALVES, CARVALHO e TAVARES, 2020).

Conclusão

Serão tendências estas que aqui apresentamos? Serão antes meros e fundamentados desejos?

Qual a real capacidade de aplicarmos estas medidas no nosso país?

O Eurobarómetro levado a cabo por motivo do Ano Europeu do Património Cultural de 2018 revelava que os Portugueses consideravam de forma clara e numa taxa francamente mais

expressiva dos que os restantes 27 membros que competia ao Estado a responsabilidade de velar pelo Património Cultural em detrimento da responsabilidade da Sociedade Civil (EUROBARÓMETRO, 2017).

Nesta desvinculação do cidadão relativamente a uma responsabilidade colectiva de velar, gerir e optimizar o que é nosso, com as inerentes consequências relativamente ao interesse pelo seu usufruto[21] reside parte significativa da inércia conjuntural que marca o nosso país com reflexos evidentes ao nível do comportamento económico já de décadas.

É, pois, todo um sistema – no qual se incluem os partidos políticos – que apela à subserviência e dependência do Estado por parte do cidadão; que alimenta uma relação paternalista do primeiro relativamente ao segundo; que impede o ganho de escala e de mercado minimamente consistentes permitindo ultrapassar a condenação a um país que, no campo do sector privado, praticamente se restringe a micro e pequenas com, naturalmente, reduzidíssimas capacidades de produtividade, inovação e retorno económico e social consequentes[22]; associado ou alimentado por um sistema educativo conservador, eventualmente cansado, ele próprio enclausurado entre o "sempre se fez assim" e o "não tenho tempo para mais", deixando-nos reféns de um eterno presente inibidor de aproveitarmos as oportunidades do futuro aberto à nossa frente.

Ora, património é, essencialmente, futuro: uma máquina do tempo em permanente e obrigatória transformação que nos permite avançar e recuar na linha cronológica para descobrir as pessoas do passado, do presente e aquelas que virão depois de nós. E deve ser esta a motivação para nos debruçarmos sobre ele, para investirmos neste recurso estratégico: devemos ser movidos pelo gosto em chegar às pessoas.

As tendências que aqui referimos estão, a maior parte delas, em prática ou em curso de serem aplicadas em tantos equipamentos, territórios e países na Europa – como alguns dos exemplos referenciados ao longo do texto evidenciaram: não se trata assim de iniciativas arriscadas, não testadas, sem que possamos verificar os seus impactos e conhecer antecipadamente os erros a não cometer.

A libertação deste nefasto casamento entre o cidadão e o Estado, com a entrega de uma putativa procuração ao segundo para dispor livremente de um bem que é pertença do primeiro tem de ser denunciado. Para que qualquer uma destas tendências se efective no nosso país nos próximos anos – e como precisaríamos de todas elas... – a relação cidadão / Estado em matéria de Património Cultural tem de ser reconfigurada sob o espectro do paradigma do Bem Colectivo. Assumindo essa nova pedra basilar, tudo o resto fluirá: não nos falta – utilizando a multiplicidade de fundos que a próxima década proporcionará– meios financeiros para pormos estas ideias em prática e, por ora, ainda conseguiríamos, atendendo ao princípio colectivo e colaborativo de trabalho a desenvolver, operacionalizar estas acções.

Dito de outra forma: ainda vamos a tempo.

[21] Como afirma limpidamente a raposa ao Pequeno Príncipe: *"on ne connaît que les choses qu'on apprivoise"* (SAINT-EXUPÉRY, 1945).

[22] Veja-se a criação da Associação Business Roundtable Portugal, em 2021.

OS PRÓXIMOS
10 ANOS
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL
EM PORTUGAL:
TENDÊNCIAS

OS AUTORES___

Catarina Valença Gonçalves

Com mais de 20 anos de experiência no sector do Património Cultural, Catarina é a criadora de projectos emblemáticos no panorama nacional tais como a Rota do Fresco, a patrimonio.pt, a Bienal Ibérica do Património Cultural ou o Estudo "Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social". Iniciou a sua actividade profissional no GECoRPA, colaborou com a Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, trabalhou para uma associação de municípios durante praticamente 10 anos, até fundar a Spira, em 2007, empresa que dirige desde então. Actualmente, é ainda Coordenadora do Programa Avançado de Gestão do Património Cultural na Católica Porto Business School. É membro do Conselho Geral da Universidade de Évora.

Doutorada em História da Arte Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (2008); detém um Diplôme des Hautes Études (3.º ciclo) em Turismo pelo Institut de Recherche en Études Supérieures Touristiques da Universidade Paris 1 – Panthéon Sorbonne (2006); é Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2001) e Licenciada em História variante Históriada Arte pela Universidade Nova de Lisboa (1998). Tem ainda uma Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2010). Foi aluna do Liceu Francês Charles Lepierre de 1979 a 1994.

É autora de 5 livros sobre História da Arte e Gestão Patrimonial e de inúmeros artigos e comunicações em encontros da especialidade.

Augusto Mateus

Economista, investigador e consultor nas áreas da macroeconomia, economia internacional, europeia e portuguesa, política económica, competitividade industrial, política de cidades, estratégia empresarial e avaliação de programas e políticas públicas, estratégias de desenvolvimento económico, convergência e coesão territorial. Destacam-se enquanto áreas de experiência setorial mais relevantes as indústrias têxteis, o setor automóvel e a metalomecânica, a cultura e a economia criativa, o consumo e a distribuição, a indústria farmacêutica e a economia da saúde, o imobiliário e a habitação, o turismo e o setor cultural e criativo.

Consultor de várias instituições e agências, nacionais e internacionais, e editor e membro de diversos conselhos editoriais de publicações técnicas especializadas, nacionais e estrangeiras.

Foi Presidente da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados e é, atualmente, Consultor estratégico da EY.

Foi Professor Catedrático convidado do ISEG (1972-2014), com responsabilidades docentes na área da Política Económica e Política Industrial e Competitividade, ao nível das licenciaturas e dos mestrados. Professor em Mestrados e cursos de pós-graduação, no quadro de colaborações com outras instituições de ensino superior em Portugal e no estrangeiro.

Exerceu os cargos de Secretário de Estado da Indústria e de Ministro da Economia entre 1995 e 1997.

António Ressano Garcia Lamas

Licenciado em Engenharia Civil pelo IST, em 1969, doutorou-se em Estruturas Metálicas No Imperial College, Universidade de Londres, em 1979. É Professor Catedrático do IST desde 1985 (Engenharia de Estruturas e Recuperação do Património Construído). Jubilado em 2016.

É membro da Ordem dos Engenheiros nº 9090, Especialista em Estruturas; Presidente da Assembleia Geral da Academia Portuguesa de Engenharia; Presidente do Júri do Prémio Gulbenkian Património – Maria Tereza e Vasco Vilalva, desde a sua criação em 2007.

É membro fundador da Associação Portuguesa de Construção Metálica e Mista (CMM) em 1997,

que dirigiu até 2004 e a cuja Assembleia Geral preside desde então.

É Presidente da Assembleia Geral da Associação Estudos Gerais do Alvito, desde a sua fundação em 2003; e membro do Conselho Consultivo do "Festival Terras Sem Sombra", também desde a sua criação, em 2003.

Foi nomeado Presidente da Comissão de Seleção dos Prémios European Heritage / Europa Nostra – edições de 2022 e 2023 – nas categorias *Conservation & Adaptive Reuse.*

Preside ao Conselho de Administração da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Lisboa, desde janeiro de 2022.

Pela sua carreira dedicada ao Património, recebeu, em 2009, a Medalha de Prata de Mérito Turístico; em 2012, a Medalha de Ouro do Município de Sintra; em 2014, a condecoração como Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique; em 2018, foi eleito Sócio Honorário da Associação Portuguesa de Jardins Históricos; e, em 2021, recebeu uma Menção Especial do Júri dos Prémios Europa Nostra – na categoria *Dedication Service to Heritage*;

Em 1985, iniciou no IST cursos de pós-graduação, depois mestrados, abertos a técnicos de várias especialidades, sobre património construído e centros históricos, e colaborou em diversos cursos sobre gestão do património, organizados, nomeadamente, pela SPIRA.

Foi presidente do Departamento de Engenharia Civil 1991-1994; fundou em 1991 no IST o curso de Engenharia do Território, que coordenou até 1996; e fez parte da comissão proponente e de acompanhamento da licenciatura em Arquitetura criada no IST em 1998.

Foi presidente do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) (1987-1990); representante do Ministério do Ambiente no Comissariado e na Comissão de Monitorização do Plano de Urbanização da EXPO'98 (1993-1995); presidente da Junta Autónoma de Estradas e do Instituto das Estradas de Portugal que lhe sucedeu (1998-2000); membro não executivo do Conselho de Administração da Brisa, SA (2004-2009); presidente do Conselho de Administração da Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (2006-2014); membro da Secção de Arquitetura e Arqueologia do Conselho Nacional de Cultura (2012-2016); presidente do Conselho de Administração e do Conselho Diretivo da Fundação Centro Cultural de Belém (FCCB), nomeado em 28 de outubro de 2014 e exonerado em 15 de março de 2016. Foi membro externo do Conselho Geral da Universidade de Évora, 2017-2021.

Paulo Pires do Vale

É comissário do Plano Nacional das Artes. Docente, ensaísta e curador, é licenciado e mestre em Filosofia pela FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Lecionou na Universidade Católica Portuguesa, no Departamento de Arquitetura da UAL e na Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich, onde coordenou a Pós-Graduação em Práticas Artísticas e Processos Pedagógicos.

Escreveu "Tudo é outra coisa. O desejo na Fenomenologia do Espírito de Hegel" (Colibri, 2006) e inúmeros ensaios para livros, revistas e catálogos de exposições coletivas e individuais, em Portugal e no estrangeiro, focando-se na relação entre arte, educação e sociedade.

Como curador, destacam-se as exposições "Ana Vieira, Muros de Abrigo" (Museu Carlos Machado, Ponta Delgada, e Centro de Arte Moderna – Fundação Calouste Gulbenkian, 2010-2011); "Tarefas infinitas. Quando a arte e o livro se ilimitam" (Museu Calouste Gulbenkian, 2012); "Visitação. O Arquivo como memória e promessa" (Igreja de São Roque e Galeria de exposições temporárias – Museu de São Roque, 2014); "Júlio Pomar, Tratado dos olhos" (Atelier-Museu Júlio Pomar, 2014). Foi curador de "Ana Hatherly e o Barroco" (Museu Calouste Gulbenkian, 2017) e Museo de las Artes Universidad de Guadalajara (México, 2018); "Do tirar polo natural. Inquérito ao retrato português" (com Filipa Oliveira e Anísio Franco, Museu Nacional de Arte Antiga, 2018); ou ainda "Tarefas Infinitas. Quando a arte e o livro se ilimitam" (SESC e Biblioteca Brasiliana Mindlin – Universidade de São Paulo, Brasil, 2018).

Fez parte do júri de prémios como o Prémio Artes Plásticas AICA – Ministério da Cultura, Concurso

de Apoios Arquitetura, Artes digitais, Artes plásticas, Design e Fotografia da DGArtes ou dos Concursos de Bolsas da Fundação Eugénio de Almeida. Foi Membro do Grupo de Consultores da Direção-Geral das Artes para a seleção de Lista de Curadores convidados a apresentarem propostas para Representação Oficial de Portugal na 58.ª Bienal de Veneza, em 2019. Presidente da AICA – Portugal desde 2015.

Lino Tavares Dias

Licenciado em História, Doutorado e Agregado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1978, 1995, 2012). Arqueólogo, Investigador no CITCEM/Faculdade de Letras e no CEAU/Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FCT J093272674G7), tem integrado equipas com investigadores de várias universidades internacionais, nomeadamente Roma III, Valladolid, Bronwn, Barcelona e Anger – Objecto de investigação: Construção da Paisagem Antiga (romana) da bacia do Douro. Professor Coordenador Principal e Presidente do Instituto Superior Politécnico de Gaya. Professor do Curso de Estudos Avançados em Património Arquitectónico da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e do Curso de Doutoramento em Património Cultural na Universidade Católica. Como arqueólogo do Ministério da Cultura foi o coordenador da Investigação de Tongobriga e Territorium, entre 1980 até 2013. Desempenhou funções de Director Regional de Arqueologia e de Director Regional do Norte do Património Cultural do Ministério da Cultura (1988-1992; 1998-2006). Foi gestor da Medida Cultura do Plano Operacional da Região do Norte do III Quadro Comunitário de Apoio entre 2000 e Março de 2006.

Joana Sousa Monteiro

É museóloga. É diretora do Museu de Lisboa desde 2015.

Foi assessora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa para os museus e o património (2010-2015). Foi Coordenadora-adjunta da Rede Portuguesa de Museus/ Instituto Português de Museus (2000-2010). Anteriormente, foi técnica do Instituto de Arte Contemporânea e do Museu Nacional de Arte Con- temporânea.

É licenciada em História, variante História da Arte (Universidade Nova), pós-graduada em Museologia (Universidade Lusófona), e pós-graduada em Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo (ISCTE).

No Conselho Internacional de Museus (ICOM), foi secretária do ICOM Portugal (2014-2016), e presidente do Comité Internacional de Museus de Cidade, ICOM-CAMOC (de 2016 a 2022).

Sónia Talhé Azambuja

Licenciada em Arquitetura Paisagista pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA) em 2000, obteve os graus de mestrado (2006) e de doutoramento (2015) em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da ULisboa. É professora universitária desde 2003, sendo atualmente Professora Auxiliar Convidada de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISA/ULisboa), e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve (FCT/UAlg), onde é regente de História da Arte Contemporânea, História da Arte dos Jardins, e História e Teoria da Arquitetura Paisagista. Leciona também no Doutoramento em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana do ISA/ULisboa, FC/UPorto e UCoimbra. É Investigadora do CEABN-InBio/ISA/ULisboa e colaboradora do ARTIS/IHA/FL/ULisboa. Foi Secretária-geral da direção da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas-APAP (2016-2020). Atualmente, é Presidente da Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda (AAJBA) e, desde 2010, coordena as obras de conservação e restauro do Jardim Botânico da Ajuda. Foi ainda membro internacional do ICOMOS-IFLA – International Scientific Committee on Cultural Landscapes (2009-2019). Já orientou cerca de três dezenas de dissertações de mestrado em

Arquitetura Paisagista e, em 2020, foi distinguida pelo Júri do Prémio Archiprix Portugal com um Diploma de Reconhecimento de Mérito. Recebeu o Galardão de Lisboa Capital Verde Europeia 2020 atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa. Curadora da Exposição 80 Anos de Ensino de Arquitetura Paisagista em Portugal (1942-2022): Arte e Ecologia. É autora dos livros A Linguagem Simbólica da Natureza. A Flora e Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa (1.ª ed. Lisboa: Nova Vega, 2009; 2.ª ed. Lisboa: Scribe, 2017), Plantas, Animais e Paisagem. Da Iconografia à Iconologia na Pintura dos Séculos XV e XVI em Portugal (Lisboa: Scribe, ARTIS-IHA/FL/ULisboa e CML, 2021), obras de referência sobre o significado das plantas e dos animais na Arte em Portugal.

www.soniaazambuja.com

José Luís Neto

É técnico superior da Direção Regional de Cultura dos Açores, onde exerce o cargo de Diretor do Museu da Horta (2020-2023) e exerceu o cargo de Chefe de Divisão do Património Móvel, Imaterial e Arqueológico (2017-2020). Representa a Região no Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento da Convenção 2001 da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático.

Doutorado em arqueologia pós-medieval pela Universidad de Salamanca, mestre em arqueologia por Salamanca, mestre em património e museologia pela Universidade dos Açores, pós-graduado em filosofia pela FLUL e licenciado em História pela FCSH-UNL, é autor de cerca de duas dezenas de livros e conta com mais de quatro centenas de artigos publicados nas áreas da arqueologia, história, património cultural e museologia.

Foi o técnico responsável pelas candidaturas "Carta arqueológica subaquática dos Açores", premiada como Best Pratices for Underwater Cultural Heritage, da UNESCO, em 2019 e "Património Cultural Subaquático dos Açores", premiada European Heritage Label, da União Europeia, em 2020, para lá de projetos de financiamento europeu. Criou o Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores, com mais de trinta sítios visitáveis e as Cartas de Risco Arqueológico, expressões maiores da arqueologia nos Açores, para além de diplomas legais.

Colaborou na criação do Museu do Sabão de Belver e foi o museólogo responsável pelo Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias, de Belver, eleitos no conjunto dos 14 pequenos grandes museus em todo o País, pela Visão, em 2017. Cocriou a exposição de longa duração do Museu das Flores. Criou e coordenou o Sector de Património e Arqueologia da Divisão de Museus da Câmara Municipal de Setúbal, bem como antes coordenou o Museu de Setúbal/Convento de Jesus. Lecionou diversas cadeiras no âmbito do património na Universidade Moderna – Setúbal e noutras academias pontualmente. Foi bolseiro da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. É Investigador do IAP, FCSH-UNL.

Luís Pereira

Licenciado em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar; mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; e doutorado em Documentação e Informação na Universidade de Alcalá de Henares, desde 2005 que desenvolve a sua atividade profissional e reflexão científica nas áreas da conservação preventiva, conservação e restauro e museologia. Com larga experiência em projetos em contexto de Museu, Arquivo e Bibliotecas, é fundador da Cooperativa Água de Cal, onde assume as funções de administrador e a responsabilidade pelas intervenções em documentos gráficos e pela área de gestão de coleções. É ainda, desde 2016, membro da direção da Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal (atualmente vice-presidente) e, desde 2020, docente na licenciatura e mestrado em conservação e restauro, no Instituto Politécnico de Tomar.

Rosário Correia Machado

Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Doutoranda em Estudos Culturais na Universidade do Minho; Pós-Graduada em Gestão de Centros Urbanos, promovida pela Urbe, no âmbito da qual efetuou estágios em Londres e Turim; Pós-graduada em Turismo, Ordenamento e Gestão do Território pela Universidade Fernando Pessoa; Curso de Gestão Pública na Administração Local, pelo CEFA.

O seu percurso profissional principia por terras de Moçambique, em 1996, como cooperante. Em 1997, aceita o desafio de vir para a região Norte coordenar tecnicamente o projeto Pacto Territorial para o Emprego do Vale do Sousa na VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa.

De 2006 a 2021 é diretora da Rota do Românico. Funda e assume funções de Diretora do Centro de Estudos do Românico e Território e, entre outros, é responsável geral pelo projeto de programação cultural supra municipal Palcos do Românico.

De 2013 a 2021 integra a Direção Executiva da TRANSROMANICA I Itinerário Cultural do Conselho da Europa.

Em 2021 assume funções na Câmara Municipal de Amarante como Diretora de Departamento de Cultura.

Membro do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), em 2014, foi perita avaliadora de proposta a Património Mundial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) dos "Caminhos de Santiago no Norte de Espanha | extensão dos "Caminhos de Santiago de Compostela" (Espanha).

Integra o Conselho Científico e a comissão executiva do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal | Brasil e o Conselho Científico da Ribeira Sacra, Espanha.

Guta Moura Guedes

Co-fundadora e Presidente da associação cultural sem fins lucrativos Experimenta, criada em Lisboa em 1998, há mais de 20 anos que o seu trabalho se destaca internacionalmente no território da cultura, do design e da arquitectura. Concebe, dirige e comissaria diversos projectos nestas áreas, exercendo também actividade enquanto consultora, jurada, professora e oradora em debates e conferências na área do design e do desenvolvimento estratégico, em Portugal e no estrangeiro.

Tendo estudado Piano, Biologia, Cobol 74, Gestão Hoteleira e Design, foi Directora da Fundação Casa da Música e Administradora da Fundação Centro Cultural de Belém, tendo sido distinguida pelo Governo Francês com o Grau de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras. É considerada desde 2018 uma das 25 mulheres mais influentes de Portugal.

Desenvolve o seu percurso profissional tendo como principal objectivo reforçar a importância da cultura enquanto pilar de uma sociedade sustentável e igualitária, enquanto factor indispensável ao desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Augusto Mateus

HASKEL, Jonathan e **WESTLAKE**, Stian (2018). *Capitalism without Capital, The Rise of the Intangible Economy*, Princeton University Press.

Lino Tavares Dias

ANTUNES, João Lobo (1996). *Um Modo de Ser*, Lisboa, Gradiva.

ATTALI, Jacques (2007).*Breve História do Futuro – A Incrível História dos Próximos 50 Anos*, Lisboa, D. Quixote.

AZEVEDO, Joaquim (1994). *Avenidas da Liberdade – reflexões sobre política educativa*, Porto, Asa.

BAPTISTA, Mário (1997) *Turismo, Competitividade Sustentável*, Lisboa, Verbo.

CARRILHO, Manuel Maria (2001) *A Cultura no Coração da Política*, Lisboa, Notícias editorial.

COLARDELLE, Michel (1998). "Les Acteurs de la Constitution du Patrimoine", in *Patrimoine et Passions Identitaires*, Paris, Fayard, pp.123-135.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1974). *Um Rumo para a Educação*, Lisboa, Ed. República.

HENRIQUES, Mendo *et all* (2012). *PLANO C – O Combate da Cidadania*, Lisboa, Bertrand.

LE GOFF, Jacques (1998). *Patrimoine et Passions Identitaires*, Paris, Fayard.

MARQUES, A. Margarida (1994). *A Decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-educativo como Modelo Decisional – o Caso das Escolas Profissionais*, Porto, Afrontamento.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (2007). *Portugal Identidade e Diferença*, Lisboa, Gradiva.

MENDONÇA, José Tolentino (2019). *Uma beleza que nos pertence*, Lisboa, Quetzal.

MOURA, Vasco Graça (2013). *A Identidade Cultural Europeia*, Lisboa, FFMS .

SANTOS, Maria de Lourdes Lima coord. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais.

STAVENHAGEN, Rodolfo (1996). "O Tesouro da Educação: uma velha arca apta para enfrentar o século XXI", in*10 anos da Lei de Bases Memórias e Projetos*, Porto, Edições Asa, pp. 69-80.

Joana Sousa Monteiro

ABUNGU, G. O. (2019). *Museums: Geopolitics, Decolonisation, Globalisation and Migration*. Sandahl, J., Ed. (2019). *Museum International*, vol. 71, Issue 1-2 *The Backbone of Museums*. Paris: ICOM.

ANIM-ADDO, J., **GOLDING**, V., **MODEST,** W. (2022). "Activisme". Mairesse, F. (dir.). *Dictionnaire de Muséologie*. Paris: ICOM; Armand Colin.

ArtNet News (2022). *After Years of Debate, Leading Experts Have Finally Decided What Defines an Ideal Museum. Did They Not Go Far Enough?*. https://news.artnet.com/art-world/after-years-of-debate-leading-experts-have-finally-decided-what-defines-a-museum-does-it-go-far-enough-2165551#:~:text=Here%20is%20the%20full%20definition,museums%20foster%20diversity%20and%20sustainability.

Arts Council (2021). *Let's Create. Strategy 2020-2030*. Arts Council England.

BRIGHENTI, S. (2022). *Como podem os museus contribuir para o bem comum?. Revista de Museus #3 2020/ 2021 – Museus, Coleções e Narrativas*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

CAMACHO, C., Coord. (2020). *Grupo de Projeto Museus no Futuro – Relatório Final*. DGPC. https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/museus-monumentos-e-palacios/relatorio-final-do-grupo-de-projeto-museus-no-futuro/. Versão final Camacho, C. F., ed. 2021. *Grupo de Projeto Museus no Futuro: Relatório Final*. Direção-Geral do Património Cultural. Lisboa http://hdl.handle.net/10174/32166.

CAMACHO, Clara Frayão (2018). "Entre o Museu Proteiforme e o Museu Colaborativo: É Tempo de Reinventar os Museus?" arcqa: Arquitetura e Arte, n.º 132: 110-11.

CARVALHO, Ana, and **ALEXANDRE** Matos (2018). Museum Professionals in a Digital World: Insights from a Case Study in Portugal. *Museum International (Special Issue: Museums in a Digital World)*, 70 (277–278): 34-47. https://doi.org/10.1111/muse.12191.

Center for the Future of Museums (2022). *TrendsWatch – Museums as Community Infrastructure*. American Alliance of Museums.

Conferência de Porto Santo (2021). *Carta do Porto Santo – A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. https://www.culturaportugal.gov.pt/media/9171/pt-carta-do-porto-santo.pdf. Nomeadamente nos pontos 23 e 25.

DILENSCHNEIDER, C. (2017 e 2019). *Know your Own Bone*, "In Museums We Trust. Here's How Much (Data Update)".

FELISMINO, D. e **AMARO**, G. (2021). Resultados do inquérito sobre a presença de património proveniente de territórios não-europeus em museus portugueses, pp. 125-136. *Boletim ICOM Portugal*, Série III, n.º 17, dezembro.

FILIPE, Graça, e **CAMACHO**, Clara Frayão (2018). "Que Futuro Queremos dar aos(s) Museu(s)?", *RP – Revista Património*, n. 5: 50-59.

ICOM (2020). *REPORT Museums, museum professionals and COVID-19*. Paris: ICOM.

ICOM Portugal (2022): *Nova Definição de Museu*. Posted by ICOM Portugal on Set 30, 2022 in *Destaques*, Notícias. https://icom-portugal.org/2022/09/30/nova-definicao-de-museu-2/.

International Council of Museums (2022). *International Museums Day to focus on sustainability and wellbeing*. https://imd.icom. museum/.

KLAMER, J. (2012). *The mode of financing matters. What is the right thing to do?* Rotterdam: Erasmus University.

LAURELLE A. Harris, B.A., L.L.B., C.F.M (2020). *Review Lead Rebuilding the Foundation – External review into systemic racism and oppression at the Canadian Museum for Human Rights. Phase One Report.*

MADAN, R (2011). *Sustainable Museums. Strategies for the 21st Century*. Edinburgh: MuseumsEtc.

MURPHY, A. (2021). *Hello Future: Manchester Museum's redevelopment – becoming 'the museum our city needs'*. Museum Next. https://www.museumnext.com/article/hello-future-manchester-museums-redevelopment-becoming-the-museum-our-city-needs/.

PAUGET, B.; **TOBELEM**, J.-M.; **BOOTZ**, J.-P. (2020). *The future of French museums in 2030*. Journal Technological Forecasting & Social Change. Elsevier Inc.

RIBEIRO, A.P. (2020). *¿Podemos descolonizar los museos?*, Bogotá: Ediciones Vestigio.

SIMON, N. (2016). *The Art of Relevance*. Santa Cruz, California: Museum 2.0.

SZÁNTÓ, A. (2020). *The Future of the Museum – 28 Dialogues*. Berlin: Hatje Cantz Verlag GmbH.

UNESCO (2015*). Recomendação da UNESCO relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*. Versão da tradução do documento realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus e revista pelo ICOM Portugal, disponível em https://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf

UNESCO (2020). *Museums around the world in the face of COVID-19*. UNESCO.

Sónia Talhé Azambuja

ANDRESEN, Teresa; **MARQUES**, Teresa Portela (2001). *Jardins Históricos do Porto* Lisboa: Edições Inapa.

ANDRESEN, Teresa; **SILVA**, Maria Matos (2022). "Historic Gardens of Portugal: Qualification and Structuring of a New Touristic Offer". In *Proceedings of the Fábos Conference on Landscape and Greenway Planning,* Vol. 7: Iss. 1, Article 54. Disponível em: https://doi.org/10.7275/r7xm-am41

AÑÓN FELIÚ, Carmen (1993). "El jardín Histórico: Notas para una Metodología Previa al Proyecto de Recuperación". In ICOMOS – *Journal Scientifique – Jardins et Sites Historiques*: 312-325. Madrid: ICOMOS.

AJH (2017). "Manifesto pela Salvaguarda dos Jardins Históricos de Portugal". Lisboa: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH). Disponível em: https://www.jardinshistoricos.pt/Documents/Support/1/DOC_7Manifesto_pelos_JH.pdf

AJH & OP/FC/UPorto (2018). *Os Jardins Históricos em Portugal e o Apelo à Ação de Berlim: Património Cultural para o Futuro da Europa*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH)/ Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Disponível em: https://www.jardinshistoricos.pt/Documents/Support/3/DOC8APELODEBERLIM.pdf

ANTROP, Marc (2005). "Why landscapes of the past are important for the future". *Landscape and Urban Planning*, vol.70 (1-2), pp. 21-34. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.002

ARAÚJO, Ilídio Alves de [2020, (1.º ed. 1962)]. *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Coordenação da 2.ª ed.: Teresa Portela Marques e Teresa Andresen. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

ARAÚJO, Ilídio Alves de (1974). "Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)". In separata da revista Bracara Augusta, volume XXVII, fascículo 63 (75), Braga.

AZAMBUJA, Sónia Talhé (2001). "Real Quinta das Necessidades: um fio condutor na Arte dos Jardins em Portugal". In CASTEL-BRANCO, Cristina (Coord.) *Necessidades: Jardins e Cerca*. Lisboa: Livros Horizonte/ Jardim Botânico da Ajuda, pp. 129-151.

AZAMBUJA, Sónia Talhé (2017). "A Arquitetura Paisagista e a Conservação e Restauro do Jardim Botânico da Ajuda". In GECoRPA – Grémio do Património (ed.). *Pedra & Cal*, Conservação e Reabilitação. O Projeto – Intervir em Património, n.º 63, 2.º semestre, julho-dezembro. Lisboa: GECoRPA – Grémio do Património, pp. 51-53. Disponível em: http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/PC63_50.pdf

AZAMBUJA, Sónia Talhé (2021). *Plantas, Animais e Paisagem. Da Iconografia à Iconologia na Pintura dos Séculos XV e XVI em Portugal*. Lisboa: Scribe, ARTIS-IHA da FL/ ULisboa e CML.

BIRNBAUM, Charles A.; **PETERS**, Christine Capella (ed.) (1996) *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for the Treatment of Cultural Landscapes*. Washington, D.C.: Dept. of the Interior, National Park Service, Cultural Resources, Preservation Assistance Division, Historic Landscape Initiative.

BENFIELD, Richard W. (2013). *Garden Tourism*. Oxfordshire: CABI.

CARITA, Hélder (1990). *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*. Lisboa: Círculo de Leitores.

CABRAL, Francisco Caldeira (2003). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. 2.ª ed. Lisboa: ICN.

CANCELA D'ABREU, Alexandre; **PINTO CORREIA**, Teresa; **OLIVEIRA**, Rosário (coord.) (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental*. Lisboa: Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Disponível em: https://www. dgterritorio.gov.pt/paisagem/unidades-paisagem

CARVALHO, Raquel; **MARQUES**, Teresa Portela (2019). "*A Evolução do Conceito de Paisagem Cultural*". In *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 16: pp. 81-98. Disponível em: http://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/viewFile/2019.16.004 /pdf

CASTEL-BRANCO, Cristina (dir.) (2002). *Jardins com História: Poesia atrás de Muros*. Lisboa: Edições Inapa.

CASTEL-BRANCO, Cristina (dir.) (2010). *A Água nos Jardins Portugueses*. Lisboa: Scribe.

CASTEL-BRANCO, Cristina (2014). *Jardins de Portugal*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios.

CASTEL-BRANCO, Cristina (2017). *A Índia nos Jardins Portugueses*. Lisboa: Verbo/ Babel.

CASTEL-BRANCO, Cristina; **AZAMBUJA**, Sónia Talhé (2020). "Restauro de Jardins Históricos: Teoria, Prática e Ensino (1989-2017). In AA. VV. *Actas do 5.° Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro*, Vol. II: 1037-1055. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez. Disponível em: https://drive.go ogle.com/file/d/1roJ_bh7rb5k90oBnEUjH3QgamDjQ8Jb/view?usp=share_link

DAVOS BAUKULTUR ALLIANCE (2018) *Declaração de Davos*. Davos: Davos Baukultur Alliance. Disponível em: https://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/declaracao_de_davos_pt.pdf

DIÁRIO DA REPÚBLICA (1976). N.º 86/1976, Série I de 1976-04-10, [CRP] *Constituição da República Portuguesa.* Disponível em: https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2001). Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/lei/107-2001-629790

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2005). N.º 31/2005, Série-A, pp. 1017-1028, Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro. Disponível em: https://files.dre.pt/1s/2005/02/031a00/10171028.pdf

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2015). N.º 130/2015, Série I, pp. 4657-4667, Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho. Disponível em: https://files.dre.pt/1s/2015/07/13000/0465704667.pdf

HARNEY, Marion (ed.) (2014). *Gardens and Landscapes in Historic Building Conservation*. Oxford: Wiley Blackwell.

HERITAGE, George; **LARGE**, Andrew R. G. (Eds.) (2009). *Laser scanning for the environmental sciences.* Oxford: Blackwell Publishing.

ICOMOS-IFLA (1981). *Carta de Florença (Jardins Históricos)*. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf

ICOMOS (1994). *The Nara Document on Authenticity*. Disponível em: https://www.icomos.org/ charters/nara-e.pdf

ICOMOS – Austrália (2013). Austrália ICOMOS *Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance (The Burra Charter)*. 1981, atualizada em 2013. Disponível em: https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf

LOPES, Flávio; **CORREIA**, Miguel Brito (2012). *Património Arquitetónico e Arqueológico. Noção e Normas de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio.

LOPES, Flávio; **CORREIA**, Miguel Brito (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio.

MATEUS, Luís Miguel Cotrim (2012). *Contributos para o Projecto de Conservação, Restauro e Reabilitação Uma Metodologia Documental Baseada na Fotogrametria Digital e no Varrimento Laser 3D Terrestres*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, na especialidade de Comunicação Visual, apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: s.n.

MARQUES; Teresa Portela (2006). "Da Recreação à Conservação – Os Jardins Históricos na História da Salvaguarda Patrimonial". In APAP (coord.) Congresso 30 Anos da APAP: A Paisagem da Democracia. Lisboa: APAP, pp. 193-203.

MITCHELL, Nora; **RÖSSLER**, Mechtild; **TRICAUD**, Pierre-Marie (ed.) (2009). *World Heritage Cultural Landscapes. A Handbook for Conservation and Management*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.

PNAP (2015). *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem* (PNAP), Anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho, Diário da República n.º 130/2015, Série I de 2015-07-07, pp. 4657-4667. Disponível em: https://files.dre.pt/1s/2015/07/13000/0465704667.pdf

TREIB, Marc (2011). "Must Landscapes Mean? Approaches to Significance in Recent Landscape Architecture". In *Meaning in Landscape Architecture and Gardens*, editado por Marc Treib: 82-125. Nova Iorque: Routledge.

UNESCO (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf

UNESCO (2021). *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial* (ver. 2021). Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO – Portugal. Disponível em: https://whc.unesco.org/document/191701

VITERBO, Sousa (1906). *A Jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua História*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

WATKINS, John; **WRIGHT**, Thomas (2007) *The Management and Maintenance of Historic Parks, Gardens and Landscapes: The English Heritage Handbook*. Londres: Frances Lincoln.

Recursos de Internet

AJH (2023). *Inventário dos Jardins Históricos de Portugal* [em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH) [Consult. jan. 2023]. Disponível em: https://www.jardinshistoricos.pt/home/search

DGPC (2023). *Pesquisa do Património Classificado ou em vias de Classificação* [em linha]. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural (DGPC) [Consult. jan. 2023]. Disponível em: http://www.patrimoniocultural. gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/

DGPC (2023). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)* [em linha]. Lisboa: DGPC [Consult. jan. 2023]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

European Union (2023). *New European Bauhaus*. Bruxelas: European Union [em linha]. Consult. jan. 2023]. Disponível em: https://new-european-bauhaus.europa.eu/about/about-initiative_en

ERHG (2023). *European Route of Historic Gardens* [em linha]. Sl: ERHG [Consult. jan. 2023]. Disponível em: https://europeanhistoricgardens.eu/coming-soon/

IBM (2023). *What is a digital twin?* [em linha]. Nova Iorque: IBM. Disponível em: https://www.ibm.com/topics/what-is-a-digital-twin

ICNF (2023). *Registo Nacional do Arvoredo classificado de Interesse Público em Portugal continental* [em linha]. Lisboa: ICNF [Consult. jan. 2023]. Disponível em: http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresPesquisa

IEJP/CEABN (coord.) (2023) – *Inventário de Jardins e Paisagens de Portugal* [em linha]. Bénouville: *Institut Européen des Jardins & Paysages* (IEJP)/Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves (CEABN) – [Consult. jan. 2023]. Disponível em: http://europeangardens.eu/inventories/pt/?locale=fr

---

Luís Pereira

CANELAS, Lucinda (2022). *Escassez de pessoal compromete futuro de museus nacionais*, ed. Jornal Público, n.º 11 801.

CAETANO, Joaquim (2022). *Duas ou três notas sobre um declínio: os museus nacionais,* ed. Jornal Público, n.º 11 800.

"Cultural Heritage Actions to Refine Training, Education and Roles". [online]. *European Cultural Heritage Skills Alliance*, 2022. Disponível em: https://charter-alliance.eu/about-us/what/

Decreto-Lei n.º115/2012 de 25 de Maio de 2012. *Diário da República* I Série.102 (12-05-25), pp.2772-2777.

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de Junho de 2001. *Diário da República* I Série. 133 (09-06-15), pp. 3653-3659.

Decreto-Lei n.º 342/1999 de 25 de Agosto de 1999. *Diário da República* I Série. 198 (99-08-25), pp. 5735-5741.

Despacho n.º 414/ 2020 de 13 de Janeiro de 2020. *Diário da República* II Série. 8 (20-01-13), pp. 96-105.

Grémio do Património (2007). *Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro do património na Europa*, Lisboa: Grémio do Património.

GONÇALVES, C.; **CARVALHO**, J.; **TAVARES**, J. (2020). *Património Cultural em Portugal: Avaliação do valor económico e social.* Lisboa: Fundação Millennium bcp.

Lei n.º 2/2021 de 02 de Janeiro de 2021. *Diário da República* I-A Série. 14 (21-01-02), pp. 2-10.

Lei n.º 32/2012 de 14 de Agosto. *Diário da República* I Série. (12-08-14), pp. 4452-4483.

Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto de 2004. *Diário da República* I Série. 195 (04-08-19), pp. 5379-5394.

Lei n.º 107/2001 (2001). *Diário da República* I-A Série. 209 (01-09-08), pp. 5808-5829.

PEREIRA, L.; **MARÇAL**, E.; **BORGES**, R. (2020). *Os procedimentos concursais de Conservação e Restauro em Portugal: principais aspectos associados e aplicação da legislação*. Lisboa: Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal.

PEREIRA, L. (Ed.) (2020). *A Conservação e Restauro em Portugal em Tempos de Pandemia*. Lisboa: Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal.

PEREIRA, L. (Ed.) (2020). *A empregabilidade no sector da conservação e restauro em Portugal*. Lisboa: Associação Profissional de Conservadores-restauradores de Portugal.

PEREIRA, L. – *A lei que faltava para a regulamentação das profissões da preservação e conservação do património*. Património.pt [Online]. Disponível em: *A lei que faltava para a regulamentação das profissões da preservação e conservação do património* (patrimonio.pt).

PEREIRA, L. – *A falta de mão-de-obra chegou também ao sector do património cultural*. Património.pt [Online]. Disponível em: *A falta de mão-de-obra chegou também ao sector do património cultural* (patrimonio.pt).

Portaria n.º 23/2022 de 07 de Janeiro de 2022. *Diário da República* I Série. 51 (22-01-07), pp.51-53.

Portaria n.º 223/2012 de 24 de Julho de 2012. *Diário da República* I Série. 142 (12-07-24), pp. 3876-3881.

Portaria n.º 377/2007 de 30 de Março de 2007. *Diário da República* I Série. 64 (07-03-30), pp. 2024-2028.

RAPOSO, Luís (2022). *Assistentes de sala: nova desvergonha nos museus nacionais,* ed. Jornal Público, n.º 11 781.

Resolução da Assembleia da República n.º188/2021 de 29 de Junho de 2021. *Diário da República* I Série. 124 (21-06-29), pp. 5.

"Revisão NACE 2022 – Inclusão de uma divisão para a área da Conservação e Restauro". [online]. ARP, 2022. Disponível em: *Revisão NACE 2022 – Inclusão de uma divisão para a área da Conservação e Restauro – ARP.*

Rosário Correia Machado

CARVALHO, P; **FERNANDES**, J. L. J. (2012). *Património Cultural e Paisagístico*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

CIDEC (2004). Plano de Acão para a implementação e dinamização turística e cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa, I Parte (Relatório Final).

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2005). N.º 31/2005, Série-A, pp. 1017-1028, Decreto n.º 4/2005 de 14 de fevereiro (Convenção Europeia da Paisagem, Florença, 2000). Disponível em: https://files.dre.pt/1s/2005/02/031a00/10171028.pdf

ICOMOS (2011). *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*, Paris.

ICOMOS-IFLA (1981). Carta de Florença (Jardins Históricos). Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadeflorenca.pdf

YOURCENAR, Marguerite (2020). *O Tempo, Esse grande Escultor*, tradução Helena Vaz da Silva, Relógio D'Água.

SILVA, Augusto Santos, "Um património para a nossa vida" in *Jornal Público* de 16-11-1995.

Catarina Valença Gonçalves

DIAS, Lino Tavares (2023), "Formação em Património Cultural" in *Os Próximos 10 Anos do Património Cultural em Portugal: Tendências*. Lisboa: Spira – revitalização patrimonial.

Eurobarómetro Especial "Os Europeus e o Património Cultural" (2017), n.º 466, Setembro-Outubro. Bruxelas: Comissão Europeia.

GONÇALVES, Catarina, **CARVALHO**, José Maria Lobo e **TAVARES**, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Lisboa: Fundação Millennium bcp.

GREFFE, Xavier (1990), *La Valorisation Économique du Patrimoine – La Demande et l'Offre des Monuments.* Paris: Anthropos, 1990.

KEPLER (2022), *O Contributo Económicos das Casas Históricas em Portugal.* Lisboa: Associação Portuguesa das Casas Antigas.

MATEUS, Augusto (2013), *A Cultura e a Criatividade na Internacionalização da Economia Portuguesa.* Lisboa: GEPAC.

Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território – PNOPT (2019), Diário da República, n.º 170/2019, Série I, de 2019-09-05.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine (1945), *Le Petit Prince*. Paris: Gallimard.

SILVA, Antónia Costa (2020), *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. Lisboa: República Portuguesa.

UNESCO UK (2021), *Mental Health and Weel-Being Report*. Londres: UNESCO UK.

VALE, Paulo Pires do (2023), "A Pedra de Exu. A Cultura como Aventura" in *Os Próximos 10 Anos do Património Cultural em Portugal: Tendências*. Lisboa: Spira – revitalização patrimonial.

OS PRÓXIMOS
10 ANOS
DO PATRIMÓNIO
CULTURAL
EM PORTUGAL:
TENDÊNCIAS

https://www.patrimonio.pt

No âmbito da comemoração dos 10 anos da patrimonio.pt, oportunidade para prospectivar a próxima década do sector do Património Cultural em Portugal, no formato de uma Monografia: 10 especialistas abordam as tendências de 10 temas chave no campo das políticas patrimoniais em território português, perspectivando-as a 10 anos.

Se é evidente o reconhecimento crescente do potencial contributo deste recurso endógeno do nosso país para a criação de mais valor económico, há ainda uma clara ausência tanto de uma visão sistémica, incluso social, relativamente ao valor potencialmente gerado, como de uma estratégia nacional consequente e agregadora de todos os agentes e de todas as valências deste activo singular.

Ora, pensar estrategicamente e com uma perspectiva longa é fundamental num campo como o do Património Cultural: economia do património, gestão patrimonial, educação patrimonial, formação, o papel dos museus, o património "dito" arqueológico, interdisciplinaridade com a arquitectura e o design, o património paisagístico, os projectos de desenvolvimento local de base patrimonial e a conservação & restauro perfazem o conjunto de reflexões aqui compiladas.

Depois do Estudo *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social* publicado em 2020, coordenado pela Spira e com o mecenato exclusivo da Fundação Millennium bcp, a Spira e a Fundação voltam a procurar contribuir para a reflexão crítica e estratégica sobre o sector, agora a pretexto da celebração dos 10 anos da plataforma de comunicação de referência no Património Cultural – a patrimonio.pt.

PATRIMÓNIO.PT para todos nós

Um projecto___ Spira revitalização patrimonial

Mecenas exclusivo___ FUNDAÇÃO MILLENNIUM BCP